

Entre a

FORMA e a MEMÓRIA

Análise e mapeamento do patrimônio edificado da cidade de Patos, Paraíba

Fernanda de Castro Farias

João Paulo da Silva

Priscila de Souza Maciel

ORGANIZADORES



Appris
Editora

ENTRE A FORMA E A MEMÓRIA

ANÁLISE E MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA CIDADE DE PATOS, PARAÍBA

Editora Appris Ltda.
1.ª Edição - Copyright© 2021 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

E612e
2021

Entre a forma e a memória : análise e mapeamento do patrimônio edificado da cidade de Patos, Paraíba / Fernanda de Castro Farias, João Paulo da Silva, Priscila de Souza Maciel (orgs.). - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021.
127 p. ; 25 cm. - (Coleção geral).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-250-1645-0

1. Patrimônio cultural – Paraíba. 2. Edifícios históricos – Conservação. I. Farias, Fernanda de Castro. II. Silva, João Paulo da. III. Maciel, Priscila de Souza. IV. Título. V. Série.

CDD – 720.288

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Fernanda de Castro Farias

João Paulo da Silva

Priscila de Souza Maciel

(org.)

ENTRE A FORMA E A MEMÓRIA

ANÁLISE E MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA CIDADE DE PATOS, PARAÍBA

Appris
editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) Jacques de Lima Ferreira (UP) Marilda Aparecida Behrens (PUCPR) Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ) Conrado Moreira Mendes (PUC-MG) Eliete Correia dos Santos (UEPB) Fabiano Santos (UERJ/IESP) Francinete Fernandes de Sousa (UEPB) Francisco Carlos Duarte (PUCPR) Francisco de Assis (Fiam-Faam, SP, Brasil) Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL) Maria Aparecida Barbosa (USP) Maria Helena Zamora (PUC-Rio) Maria Margarida de Andrade (Umack) Roque Ismael da Costa Göllich (UFFS) Toni Reis (UFPR) Valdomiro de Oliveira (UFPR) Valério Brusamolín (IFPR)
ASSESSORIA EDITORIAL	Renata Miccelli
REVISÃO	André Luiz Cavanha
PRODUÇÃO EDITORIAL	Juliana Adami Santos
DIAGRAMAÇÃO	Jhonny Alves dos Reis
CAPA	Uriel Lucas dos Santos
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Débora Nazário Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora Taise da Costa Farias, por toda ajuda e suporte teórico e prático ao Nupedi, além de sua sempre simpática e reconfortante companhia em nossos encontros acadêmicos.

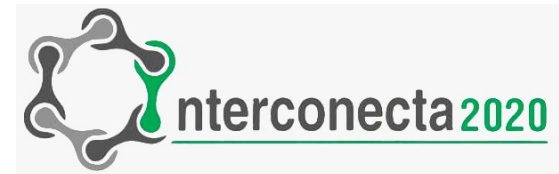
Agradecemos ao arquiteto Arthur Francisco da Silva Coelho, por aceitar o convite do núcleo de pesquisa e pelas boas reflexões que ajudaram na elaboração deste escrito.

Agradecemos, também, à professora Renata Drummond Marinho Cruz, por toda assistência e eficiência durante o processo da pesquisa.

APRESENTAÇÃO NUPEDI

O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Tecnologia, Educação, Cultura e Diversidade (Nupedi) é composto por um grupo de pesquisadores e pesquisadoras com proposta de investigação multidisciplinar conjunta, com linhas de pesquisa estabelecidas e enquadradas em áreas de concentração da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC). O núcleo é sediado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (*campus* Patos) e conta com parcerias técnico-científicas da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Federal de Minas Gerais (*campus* Ouro Preto) e Centro Universitário de Patos. Atualmente, o Nupedi unifica três linhas de pesquisa que atuam concomitantes: Metodologia de Ensino e Processo de Aprendizagem; Estudo, Preservação e Restauro do Patrimônio Histórico Edificado; e Tecnologia, Ambiente e Sustentabilidade. Nesses últimos cinco anos de atividades o Nupedi vem se destacando em rede nacional com as suas múltiplas pesquisas e publicações avaliadas pelo Qualis Capes.

Esta obra foi selecionada e desenvolvida por meio de fomento das chamadas 01/2020 e 20/2020 do edital de pesquisa Interconecta. Os projetos intitulados “Documentação do patrimônio arquitetônico do município de Patos – PB: redesenho de fachadas de edifícios representativos para a memória” e “Elaboração de mapeamento de danos de edificações históricas de Patos – Igreja Nossa Senhora da Conceição, Estação Ferroviária e Prefeitura” deram suporte a esta publicação.



APRESENTAÇÃO

Com base no conceito de patrimônio como herança, cultura, criação e produção de um grupo social em um determinado tempo e espaço, chegamos à noção do patrimônio cultural abordado neste livro. Aqui, o patrimônio cultural é visto como um conjunto de bens imbuídos de valores simbólicos que lhe são atribuídos, constituídos e reconhecidos por uma sociedade, como representativos de sua memória coletiva, identidade e história.

Sabemos que o tema patrimônio cultural assumiu, no final do século XX, um papel particularmente importante nos estudos referentes às memórias coletivas e às identidades nacionais e regionais, passando a ser objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, que buscavam discutir a preservação dos bens, fossem eles materiais ou imateriais.

Em um primeiro momento, o discurso patrimonial se resumiu aos monumentos artísticos e históricos que necessitavam ser preservados, a fim de garantir a sua perpetuação, frente ao acelerado processo de globalização e modernização das sociedades.

Nesse período, no Brasil, foram reconhecidos como símbolos nacionais apenas as obras de arte representativas e de excepcional valor histórico e artístico. Esse processo terminou por associar, por muito tempo, a preservação patrimonial como sinônimo de imutabilidade, contrapondo-se à ideia de mudança e transformação em que as sociedades e as cidades estão relacionadas, além de priorizar a atenção preservacionista nos objetos e menos nos sentidos, simbologias e valores que lhe são atribuídos ao longo do tempo.

Porém essa noção de preservação do patrimônio, amparada apenas na materialidade dos bens, não correspondia à diversidade cultural presente no nosso país, nem mesmo ao almejado projeto de “identidade e formação da nação”. E, nesse sentido, reduzia o patrimônio cultural de uma complexa sociedade, como a nossa, às expressões de apenas uma – a europeia – das várias influências que a formaram.

Assim, com as contribuições das áreas da história, sociologia e antropologia, o conceito de patrimônio caminhou para uma concepção mais ampla, na qual a diversidade cultural passou a ser reconhecida e valorizada. Com essa ampliação as políticas culturais passaram a se aproximar dos contextos multiétnicos, multirreligiosos e heterogêneos que caracterizam a nossa sociedade brasileira.

Desse modo, corroborando com o entendimento contemporâneo de patrimônio cultural, não mais centrado nos valores de determinados objetos e sim numa relação da sociedade com sua cultura, os escritos deste livro vêm contribuir para o conhecimento e conseqüentemente para a preservação do patrimônio cultural da cidade de Patos.

A cidade de Patos, enquanto produto da ação humana, é o reflexo de valores, construções históricas, sociais e culturais que se relacionam no imaginário da sua população. O seu espaço urbano que contém os patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais, é o lugar onde a dimensão subjetiva se revela de forma mais intensa, contribuindo para a construção do imaginário e conseqüentemente da identidade social.

Dessa maneira, o espaço ganha materialidade a partir das práticas sociais, como modo de apropriação desse lugar. Com a apropriação os sujeitos sociais assumem o lugar como propriedade sua e entende que ele pertence a esse lugar. Esse sentimento de pertença é importante, pois, a partir dele, o sujeito interage com o patrimônio cultural, em sua construção, conhecimento e valorização, contribuindo para a sua identidade, seja ela individual ou coletiva. Por sua vez, a identidade se relaciona com a memória, que se articula com a lembrança e o esquecimento, sofrendo transformações constantes, mas estabelecendo a maneira dos indivíduos se relacionarem com os grupos sociais e o espaço urbano.

As análises presentes neste livro seguem por essa trilha, articulam o espaço urbano da cidade de Patos, com o seu patrimônio arquitetônico e a memória e identidade do seu povo. Por meio de diversos olhares contemporâneos, dialogando com vários autores, contribui para o encontro do conhecimento com a preservação do patrimônio.

Após a introdução, no segundo capítulo, a história da fundação da cidade se conecta com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em uma leitura simbólica do espaço sagrado e sua contribuição para a memória do lugar. Sua análise arquitetônica aborda questões da historiografia em uma relação com as descrições funcionais, construtivas e estéticas, a partir de uma metodologia que valoriza a documentação enquanto ferramenta de conhecimento e preservação do patrimônio arquitetônico.

O terceiro capítulo traz a edificação da Prefeitura Municipal a partir da espacialidade antropológica, da relação existente entre a construção e a imagem absorvida pelos transeuntes e sua simbologia de poder. Aqui, vemos a arquitetura se relacionar com o espaço urbano e as pessoas, com a memória e os signos, com a história e o poder social e econômico, e, mais uma vez, a documentação, o desenho e a leitura do edifício contribuem para a sua valorização.

O quarto capítulo nos apresenta à Estação Ferroviária, ou ao que restou dela. Aqui, a memória é resgatada a partir da história econômica do lugar e de sua importância para a construção cultural da cidade. O documento representado pela fotografia nos ajuda a resgatar as lembranças de um lugar símbolo de uma modernidade, que promoveu a conexão de Patos com outras cidades, que abriu as portas para novas mercadorias e novas trocas simbólicas.

O quinto capítulo analisa e reflete criticamente sobre as políticas preservacionistas instituídas pelo poder municipal da cidade. Somos apresentados ao descaso do poder público e a luta de pequenos grupos pela valorização do patrimônio. É aqui que percebemos o quanto este livro é relevante para a democratização do saber e para a defesa do patrimônio.

E no último, mas não menos importante, somos apresentados à atual situação do patrimônio estudado e analisado por este livro, a partir de diagnósticos de conservação e do mapeamento das patologias encontradas em cada uma das edificações. Novamente, percebemos a falta de ações efetivas que busquem a conservação e manutenção desses bens.

Dessa maneira, percebemos que reunir esses artigos em um livro nos mostra a amplitude e possibilidades de pesquisa sobre o patrimônio cultural. Reforça que novos estudos estão, de fato, trazendo contribuições, preenchendo lacunas, renovando o debate, mas, principalmente, democratizando o conhecimento e dialogando com diversas áreas.

Ao final, entendemos que a preservação e conservação do patrimônio cultural é um dever primordial do Estado, por meio das suas políticas culturais preservacionistas, mas não é responsabilidade exclusiva dele. É imprescindível a participação cidadã a partir de suas organizações, para que seja garantida a apropriação coletiva e democrática desse patrimônio. Para que isso possa resultar em um benefício comum, é necessário ter consciência acerca da importância da preservação – e é aí que temos o mérito deste livro. Pois, a partir dele, percebemos que o acesso e o usufruto ao conhecimento e ao patrimônio também constitui um direito de todos.

Este livro é, portanto, um convite à memória de um lugar e, a partir dele, a história de Patos, do seu patrimônio e de sua população que se mantém viva.

Taise Costa de Farias

Graduada em Arquiteta e Urbanista (UFPB), mestre em História da Arquitetura e das Cidades (PPGAU/UFPB) e doutoranda em Teoria e História da Arquitetura (ULisboa).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.....	25
<i>Elis Dantas Medeiros, Erygeanny Machado de Lira, Fernanda de Castro Farias, Fernando de Oliveira Moraes, João Paulo da Silva</i>	
2 PREFEITURA MUNICIPAL.....	44
<i>Elis Dantas Medeiros, Erygeanny Machado de Lira, Fernanda de Castro Farias, Fernando de Oliveira Moraes, João Paulo da Silva</i>	
3 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	60
<i>Elis Dantas Medeiros, Erygeanny Machado de Lira, Fernanda de Castro Farias, Fernando de Oliveira Moraes, João Paulo da Silva</i>	
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE DE PATOS (PB)	76
<i>Erygeanny Machado de Lira, Uriel Lucas dos Santos</i>	
5 ANÁLISE TÉCNICA DAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS.....	88
<i>Luis Felipe de Medeiros Brito, Maria Emelly Batista de Sousa, Marcos Michael Goncalves Ferreira, Priscila de Souza Maciel, Rafael Augusto Queiroz Silva Bento, Vinícius da Silva Vieira</i>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
SOBRE OS AUTORES.....	125

INTRODUÇÃO

Fernanda de Castro Farias

João Paulo da Silva

É importante que o leitor, antes de iniciar a leitura, entenda as categorias que serão percorridas durante o processo de discussão. Essas camadas que constroem e amparam as narrativas de cada capítulo são compostas por marcadores específicos, elementos comuns de entendimento que ajudam a tornar esse escrito interdisciplinar. Memória, identidade e patrimônio são as peças-chave, as camadas que estruturam o escrito e dão forma as análises sociológicas, antropológicas, historiográficas, arquitetônicas e técnicas que compõe essa obra.

A ideia de memória, identidade e patrimônio nesse escrito remete ao conjunto de marcações na paisagem humana, arquitetônica e simbólica que os indivíduos reconhecem como significativos de suas experiências e história coletiva. Vamos nos debruçar, nesta primeira parte da introdução, no entendimento dessas categorias.

Na obra *Contos e lendas afro-brasileiros: a criação do mundo*, Reginaldo Prandi nos conta uma história bem interessante sobre o poder simbólico da memória.

Adetutu, uma jovem mãe africana, é aprisionada por caçadores de escravos e trazida para o Brasil em um navio negreiro. No percurso, ela sonha com a criação do mundo pelos Orixás, deuses de seu povo. Ela é tomada por todos os sentimentos, sua terra tinha ficado para trás, a dor já era inevitável. No sonho, Adetutu pegou em suas mãos uma sacolinha de segredos que apareceu pendurada no pescoço, onde os Orixás guardaram pequenas lembranças e lhe presentearam. Adetutu sabia que aqueles segredos seriam usados no Brasil, lembranças que agora faziam parte da sua “sacola mística”, a sua memória.

O conto de Prandi (2007) mostra que a memória para os iorubás é um lugar de resistência, elemento de ligação entre o sagrado e o mundo físico, um lugar de oposição e, sobretudo, de ressignificação.

Maurice Halbwachs (2013), seguindo uma tradição durkheimiana, foi o primeiro pensador do campo da sociologia a recuperar o tema da memória para o campo das interações sociais. Sua obra negava a ideia recorrente na época que a memória seria o resultado da percepção de eventos reais na mente humana e ele formou a tese de que os indivíduos tecem suas memórias a partir das diversas formas de interação socioculturais que mantêm com outros indivíduos. Dessa forma, determinadas lembranças são reiteradas na família, outras na religião, outras no trabalho e assim por diante. Como os indivíduos em seus processos de sociabilidades não pertencem só a um grupo e se inserem em múltiplas e complexas relações sociais, as diferenciações individuais de cada memória anunciam a trajetória de cada indivíduo ao longo de sua vida. Assim, a memória individual expõe apenas a extensa rede de interações sociais e culturais vivenciadas por cada um.

A grande importância do trabalho de Halbwachs é mostrar que a memória individual não pode ser despreendida das memórias coletivas. Não é o indivíduo, de maneira solitária, que tem o controle do resgate sobre as representações e narrativas do passado. A memória individual é resultado do processo das interações cotidianas e das performances que o sujeito enxerga no mundo por meio das construções simbólicas e coletivas da sua linguagem e dos símbolos materiais e subjetivos que os rodeia.

Quando nos debruçamos na tradição teórica e nas narrativas do senso comum, a memória parece ter algo a ver não só com o passado. Como o conto de Prandi nos projeta, a memória também está intrinsecamente ligada com a identidade e com as percepções do que enxergamos à nossa volta. Poderíamos dizer que a memória é uma reconstrução ininterruptamente atualizada do passado e, mais do que uma reprodução fiel, ela é o campo das estratégias e das interpretações do que queremos lembrar no futuro. Como observou Candau (2019), “a memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas”. A memória está numa constante relação dialética com a identidade: ao passo que molda os indivíduos, ela também é moldada.

É nessa dinâmica entre a memória e identidade que nasce a interpretação dos elementos subjetivos e materiais que circundam as sociabilidades. Ao entender que a memória tem uma dupla relação com o sujeito, conseguimos compreender com mais clareza a força das interpretações históricas a nossa volta. Dessa forma, quando olhamos para o patrimônio em seus múltiplos sentidos culturais e materiais, podemos notar o tempo e a identidade como elemento de uma ressignificação de coletividade, como observou Ferreira (2006) citando Sibony (1998):

Noções de tempo e identidade operam em conjunto para o reconhecimento de algo como patrimônio, e, mais do que reconstruir o passado supostamente conservado ou retido, a preocupação subliminar é garantir o presente e projetá-lo em um devir. Daí o porquê de, conforme Sibony, patrimônio não ser somente esse lugar de identidade, de passado contido, mas um apelo ao presente e ao futuro, uma ressignificação do mesmo. (p. 80).

Como observou Gonçalves (2015, p. 213), o patrimônio é um processo em que bens, celebrações e modos de fazer “são menos expressões de identidades do que meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva”. Na medida em que remetem a processos de memória que se ancoram em experiências de conflito, são também parte de um repertório de reflexões que é iminentemente político. Nesse sentido, é:

Fundamental ressaltar-se que nessa construção cultural que é o patrimônio, o jogo de escolhas e o espaço do conflito são elementos inerentes ao mesmo, tal como afirma Nora quando diz que o patrimônio é muito mais reivindicado do que herdado e muito menos comunitário que conflitivo (NORA, 1997, p. 392). Quando falamos de escolhas nos referimos ao caráter sempre eletivo daquilo que vai representar um grupo, uma sociedade, ou a própria humanidade no seu sentido mais amplo. Ao falar de conflitos nos remetemos à memória, à sua própria natureza ambivalente, que carrega a lembrança e o esquecimento como faces de um mesmo processo. (FERREIRA, 2006, p. 80).

Construído nessa condição de categoria de pensamento, o patrimônio pode ser entendido como esse empenho constate de resguardar o passando no presente e na perspectiva de levá-lo ao futuro. E, para que exista a ideia de

patrimônio, é necessário que seja reconhecido, eleito e tenha recebido um certo valor — o que só é possível por meio das relações sociais e simbólicas que são traçadas ao redor do objeto ou das celebrações.

Patrimônio [...] simboliza uma forma de vida fixada, “algo que se realizou naquele objeto ou construção”; ou seja, patrimônio é portador de tempo e vivências. Entretanto, como afirma o autor, esses espaços patrimoniais trazem também certa liberdade, ou seja, são livres para ser qualquer outra coisa, e, além disso, foram gerando outros movimentos possíveis e até mesmo se reportando a uma outra função da memória, a do esquecimento. (FERREIRA, 2006, p. 80).

Na história da sociedade brasileira, o patrimônio tem se caracterizado como um instrumento de gestão de memória e de reconhecimento da especificidade das múltiplas histórias que marcaram a narrativa dos contingentes que produziram a sociedade nacional (FONSECA, 1997). Nesse aspecto, o conjunto de bens reconhecidos como patrimônio cultural estão em uma relação de continuidade com outros espaços de celebração da memória de grupos e sujeitos, como os edifícios que serão estudados nesse livro.

Mergulhado em elementos simbólicos, o patrimônio se estrutura como um lugar de resistência ao desencantamento do mundo, tal como afirma Le Goff (1998). Ao se levar pelos elementos simbólicos os sujeitos se fundam em suas subjetividades, dão sentido ao mundo de forma poética e sagrada. A memória, a identidade e o patrimônio dentro das relações de sociabilidade se estabelecem como uma arena de acordos e conflitos de valores, avaliações e proposições, que comprova como essas categorias são, além de uma construção social, uma prática eminentemente de negociação política. Afinal, refletir para quem é o patrimônio, em meio às memórias e aos esquecimentos que o atravessam, é uma forma de continuar apostando na construção coletiva da sociedade e, conseqüentemente, no fazer democrático.

A produção edificada de um município é um lugar de memória, um registro que vai além da “pedra e cal” para os personagens envolvidos na construção desse processo histórico, pois, essas edificações contam as múltiplas narrativas dessa cidade. É nesse sentido que, ao nos debruçarmos sobre a história do município de Patos, no sertão da Paraíba, consegue-se observar com clareza os conceitos de patrimônio, de memória e identidade. Esta obra, particularmente, dedica-se à análise da Igreja Nossa Senhora da Conceição, da Prefeitura Municipal e da Estação Ferroviária.

Patos tem como marco da sua ocupação urbana a construção, em 1765, da Capela de Nossa Senhora da Guia, atual Igreja Nossa Senhora da Conceição; tal acontecimento se relaciona com a doação de parte das terras dos sítios “Pedra Branca” e “Patos”. A política de doação de terras provém da busca de estabilidade por parte dos proprietários dos sítios, que já se encontravam vinculados a uma prestigiosa patente militar¹, e, portanto, tinham interesse em se consolidar na região, em busca de proveitos políticos, econômicos e sociais (FERNANDES, 2003).

¹ Como Lemenhe destaca, “a ‘genealogia política’ dá conta da dimensão que assume a nobilitação advinda das patentes militares na história construída pela própria família” (1995, p. 70), no qual “a terra cimentava os laços de identificação mais duradouros entre os grupos de parentes consanguíneos e seus parentes colaterais mais distantes” (LEWIN, 1993, p. 125). A hereditariedade sobre a terra era o fator marcante dessa sociedade, assim, a seguridade de passar a propriedade entre gerações serviu também como uma condição que alimentava o monopólio na região (CANUTO, 2018).

A construção da capela em um terreno doado pela elite local representou o jogo de interesses sociais, políticos e econômicos daquela burguesia e desempenhou a função de núcleo urbano inicial por meio do agrupamento dos primeiros edifícios nos seus arredores e da concentração de “pessoas de todos os quilates e níveis sociais – trabalhadores, camponeses, pedreiros, criadores, vaqueiros e homens de destaque que se constituíam os mentores da administração local” (NDIHR, 1985, p. 30).

A capela, implantada nos limites do lote, com um grande largo à frente, foi construída em barroco simplificado, devido às limitações locais, relacionadas à mão de obra, às técnicas e aos materiais. O estilo barroco, associado ao catolicismo, foi marcado pelo uso de elementos decorativos rebuscados, como frontões, cornijas, cimalkas e volutas.

Dessa forma, a construção do edifício influenciou o surgimento das principais vias, a circulação de pessoas, e, direcionou a expansão urbana da cidade nos séculos seguintes. Em 1833, o então povoado foi elevado à categoria de vila. Naquele momento do século XIX, o traçado urbano da vila de Patos segue o padrão colonial, conforme as antigas tradições urbanísticas portuguesas, com edificações nos limites dos lotes, normalmente coladas ao edifício vizinho.

No início do século seguinte, mais precisamente em 1903, a vila de Patos foi emancipada à cidade, adquirindo a demarcação municipal. Um pouco depois, em 1910, a capela dedicada à Nossa Senhora da Guia, padroeira da cidade, foi renomeada de Igreja de Nossa Senhora da Conceição, pois, uma igreja maior, a Catedral Diocesana de Patos (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia), seria construída para comportar a crescente população do município.

Nesse período, teve início o processo de urbanização e, conseqüentemente, de modernização² no Brasil, em um contexto político-social marcado pela hegemonia cultural europeia, um processo em que a sociedade procurava assimilar as alterações nos padrões de vida, de higiene e de progresso, os novos materiais construtivos e tecnologias.

Em consonância com o momento nacional, no município de Patos, os esforços governamentais concentravam-se na construção de uma cidade com ares de modernidade, por meio de importantes obras de infraestrutura como: serviços de abastecimento de água e esgoto, aberturas de novas avenidas e criação de novos espaços públicos.

A arquitetura que precisava expressar a modernidade foi construída, em um primeiro momento, sob linguagem eclética, estilo marcado por características como: a simetria, a grandiosidade, a hierarquização dos espaços internos, a riqueza e robustez da decoração e algumas inovações na organização espacial. O ecletismo se disseminou por todo o país em edifícios públicos, moradias burguesas e edifícios religiosos. Nos municípios de pequeno e médio porte, caso de Patos, o ecletismo aconteceu de forma tardia, a partir dos anos 1930, observado, especialmente, nas residências das famílias nobres.

² Para Berman (1982, p. 25-26), modernização são os processos sociais que dão vida ao turbilhão da vida moderna; modernidade é uma experiência que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. O autor divide a modernidade em três fases: na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, “as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem ideia do que as atingiu”; a segunda fase caracteriza-se pela onda revolucionária de 1790, “com a Revolução Francesa e suas reverberações ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público”; a terceira e última fase, no século XX, “o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo”.

Outro estilo arquitetônico que marcava o cenário das cidades brasileiras no segundo quarto do século XX era o *art déco*, que buscava expressar a modernidade arquitetônica por meio da geometrização do ornamento, do uso do escalonamento, da platibanda com formas retificadas, de elementos decorativos como marquises, balcões, frisos e da simplificação das linhas e dos planos da construção.

O estilo atendia aos anseios de modernização de uma sociedade conservadora, pois mostrava-se menos radical que as primeiras manifestações do Movimento Moderno, uma alternativa mais fácil de ser assimilada, pelo uso de elementos de fácil reprodução, de materiais construtivos e de técnicas convencionais acessíveis ao construtor comum, o que possibilitava a redução dos custos da construção, uma modernização simplificada.

Em Patos, o estilo se fez presente na Prefeitura Municipal, no Mercado Público, no antigo edifício dos Correios e Telégrafos, na Estação Ferroviária, nos antigos Cinemas Eldorado (demolidos), em escolas, agências bancárias e residências unifamiliares. Logo, a partir de finais de 1930, o *art déco* foi adotado como um estilo arquitetônico que expressou o anseio de modernidade da sociedade patoense.

O edifício da Prefeitura Municipal, projetado no final dos anos 1930 e inaugurado em 1940, é uma “vitrine” do repertório *art déco* que se disseminou no Brasil, tendo como eixo de simetria a esquina do lote, cujo tratamento abaulado permite a continuidade de leitura entre as fachadas, ritmadas pelas esquadrias e ornamentadas com frisos, balcões, marquises e faixas verticais em alto-relevo. O edifício se relaciona com o processo de expansão urbana e modernização da arquitetura no município.

As razões que justificam a escolha do *déco* na edificação estão atreladas ao contexto de disseminação dessa arquitetura no país, em que o Estado utiliza os edifícios públicos para divulgar uma imagem política de construção de um país moderno. Dessa forma, o edifício é um símbolo da influência do poder público na construção de uma “Patos moderna”.

O *art déco* também é recorrente em edifícios que abrigam os chamados novos programas, como cinemas, rádios-difusoras, clubes e estações ferroviárias. Tais exemplares remetiam à ideia de modernidade e foram construídos nos municípios brasileiros por meio do incentivo da elite local. Em Patos, o edifício da Estação Ferroviária é marcado pela simplificação formal, um único bloco horizontal, simétrico e uma platibanda com justaposição de formas geométricas.

O edifício, inaugurado na década de 1940, relacionou-se com o impacto da chegada do trem de ferro à cidade, associado ao aumento na circulação de pessoas advindas de outros municípios e estados, ao desenvolvimento econômico e ao incremento nas atividades comerciais.

Os programas dos edifícios públicos, como a Prefeitura Municipal, e dos edifícios associados aos novos programas, como a Estação Ferroviária, foram, recorrentemente, associados ao *déco* no Brasil e, provavelmente, tiveram uma função propagadora, de “efeito demonstração”³ dessa modernidade arquitetônica para a população local.

³ Conceito usado por Martins em texto originalmente publicado em 1999 e retomado por Freire (2015) para esclarecer que a difusão da arquitetura Moderna se dá antes mesmo de Brasília e não teria sido, portanto, o “intenso efeito-demonstração da exposição na mídia da aventura de Brasília o detonador dessa adesão” (MARTINS, 2010, p. 160 *apud* FREIRE, 2015, p. 118).

Os três exemplares analisados nessa inquirição — a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Prefeitura Municipal e a Estação Ferroviária — direcionaram, em diferentes momentos, o crescimento e a expansão urbana do município, representando efetivamente, diferentes camadas da sociedade patoense, a Igreja Católica, a administração pública local e a burguesia — todos com prestígio social e poder econômico para incentivar o crescimento do município.

Cabe ressaltar que, desde 1998, por meio do Instituto Histórico e Geográfico de Patos (IHGP), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (Iphaep) iniciou os primeiros estudos sobre o patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade de Patos. Anos mais tarde, foi feito o cadastramento de cinco edifícios, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora da Guia, a Prefeitura Municipal, a Estação Ferroviária e a antiga Cadeia Pública Municipal (demolida em 2018). Segundo o Decreto n. 7.819, de 24 de outubro de 1978, esses edifícios, ainda que não tombados, somente poderiam ser demolidos ou modificados em suas volumetrias com a permissão do Iphaep.

Dentre eles, apenas o edifício da Estação Ferroviária é tombado, a nível estadual. O processo ocorreu em 2001, quando o Iphaep realizou o tombamento de algumas estações ferroviárias do estado da Paraíba, por meio do Decreto n. 22.082. Desde 2011, o edifício integra, ainda, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), nos termos da Lei n. 11.483/07 e da Portaria n. 407/2010 (IPHAN, 2019). O que mais impressiona nesse contexto é que, apesar de ser o único edifício tombado a nível estadual e protegido a nível federal, a estação encontra-se em processo de deterioração, sem uso e sofrendo modificações bruscas no seu entorno, com a construção de edifícios de médio e grande porte.

Embora pesquisadores da área tenham, a partir do início deste século, desenvolvido ações que buscam a preservação do patrimônio material do município, com estudos acadêmicos e tentativas de processos de tombamentos perante os órgãos responsáveis; não estão conseguindo que os bens sejam, efetivamente, conservados, seja por falta de recursos financeiros, por falta de uma política de planejamento ampla que articule os diversos setores da sociedade, ou, ainda, por falta de uma educação patrimonial, direcionada à população.

No caso específico do patrimônio edificado, as ações voltadas para a documentação assumem um papel fundamental no reconhecimento da importância do valor cultural que esses edifícios representam para a preservação da memória no município. As edificações históricas, caso das três edificações selecionadas nessa obra, estão entre os objetos alvo da documentação arquitetônica. A documentação é um instrumento que auxilia na proteção e preservação do patrimônio arquitetônico e da memória cultural, por meio dela, são produzidas fontes para pesquisas, reformas ou restaurações futuras e, em caso de destruição, está registrada a existência e as características estruturais e estilísticas do edifício (AMORIM, 2018).

No município de Patos, devido à inexistência dos projetos originais no Arquivo Central da Prefeitura, foi necessário realizar o registro do estado atual das edificações, baseando-se em um levantamento fotográfico das superfícies externas que permitiu a retificação das imagens, removendo a deformação da perspectiva e gerando as ortofotos das fachadas das edificações. Por meio dessa técnica foi possível encontrar a verdadeira grandeza do objeto, com,

ao menos, uma medida conhecida. Portanto o levantamento fotográfico e arquitetônico foram a base do processo de documentação dessas edificações históricas.

O conjunto de dados levantados e estudados, após processados, geraram os seguintes produtos: redesenhos técnicos e elaboração das fichas e dos mapas de danos das fachadas das três edificações.

Os materiais resultantes constituem-se, por si só, em uma salvaguarda para a memória da população – perante as constantes ameaças e perigos a que essas edificações estão submetidas – e contribuem com as políticas de gerenciamento do patrimônio histórico-cultural da cidade de Patos.

Os resultados fornecem, ainda, subsídios para que a população local, os órgãos de preservação e as autoridades municipais, estaduais e federais, tenham acesso a uma documentação que proporciona a reflexão, a preservação e, sobretudo, aparato técnico para posteriores intervenções de restauro nos edifícios.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Arivaldo Leão de. Documentação do patrimônio arquitetônico do Estado da Bahia. In: **Seminário Computação gráfica: pesquisas e projetos rumo à Educação Patrimonial**. São Paulo, 2008.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.
- CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. **Senhoras e possuidoras de terras: as mulheres proprietárias no sertão paraibano (Vila de Patos 1855-1875)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- FERNANDES, Flávio Sátiro. **Na rota do tempo: Datas, fatos e curiosidades da história de Patos**. João Pessoa: Imprell, 2003.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio: Discutindo alguns conceitos. **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.
- FIGUEIREDO, Francisco Severiano de. **A diocese da Paraíba do Norte**. Parahyba do Norte: Typ. da imprensa, 1906.
- FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Recepção e difusão da arquitetura moderna brasileira: uma abordagem historiográfica**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – EESC/USP, São Carlos, 2015.
- NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR). **HISTÓRIA de Patos: Paraíba 400 anos**. Coedição: Comissão do IV Centenário Prefeitura Municipal de Patos; NDIHR/UFPB. João Pessoa: Grafset, 1985.
- FONSECA, Cecilia L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume; Edições UFC, 1995.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. 4. ed. João Pessoa: IFPB, 2016.

PRANDI, Reginaldo. **Contos e lendas afro-brasileiros: a criação do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 223p.

SOUSA, Antônio José de. **Apanhados Históricos Geográficos e Genealógicos do Grande Pombal**. Pombal: Gráfica Comercial, 1971.

Igreja
NOSSA SENHORA
da Conceição



1773

PREFEITURA MUNICIPAL

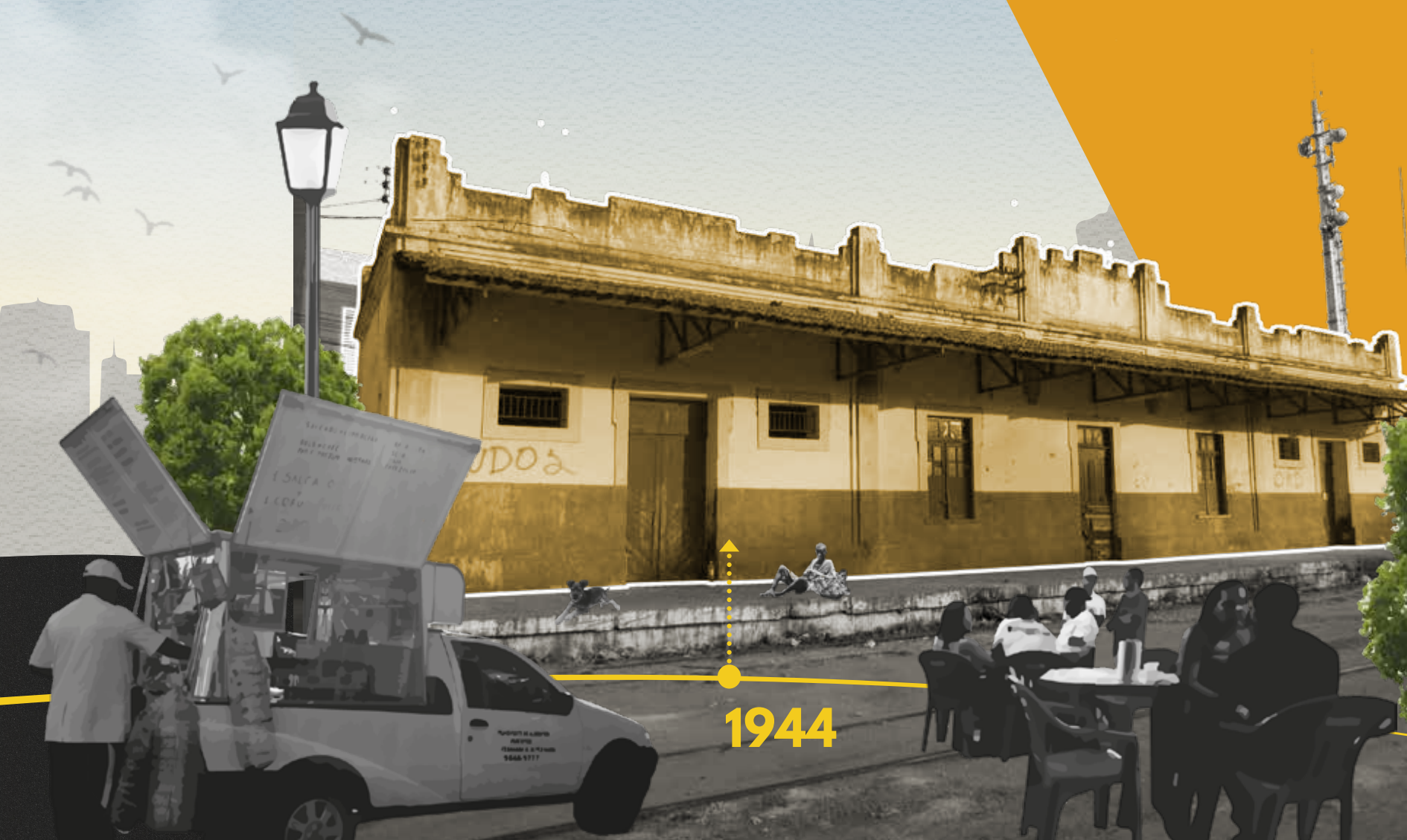
de Patos



1940



Antiga ESTAÇÃO FERROVIÁRIA de Patos



1944

Igreja

NOSSA SENHORA da Conceição

Elis Dantas Medeiros

Erygeanny Machado de Lira

Fernanda de Castro Farias

Fernando de Oliveira Morais

João Paulo da Silva

- 1.1** Memória e fé: espaço religioso como elemento de identidade
- 1.2** O edifício da fé como marco da formação urbana



1.1 MEMÓRIA E FÉ: ESPAÇO RELIGIOSO COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE

As lembranças do espaço religioso na cidade de Patos remontam ao século XVIII, ao período da história luso-brasileira denominado pombalismo, em homenagem ao então Ministro do Rei D. José I – o Marquês de Pombal. Que essas recordações sejam associadas a certos lugares, localização, objetos, rituais, não há o que se espantar. A separação fundamental entre o universo sagrado e o universo profano realiza-se materialmente no espaço, como podemos observar na imagem a seguir.

Imagem 1 – Praça Edvaldo Mota, Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Patos, PB



Fonte: IBGE (1960)

Quando o cidadão entra numa igreja, num lugar sagrado, transforma-se no cristão e sabe que vai encontrar ali além de um estado de espírito, uma comunidade de fiéis, visível, com pensamentos e lembranças comuns que foram formadas e mantidas em épocas anteriores nesse mesmo lugar.

São considerados locais sagrados, de acordo com Assmann (2011), os locais em que se pode evidenciar a presença dos deuses. Esses locais são assinalados por tabus especiais. O local sagrado é uma zona de contato entre Deus e o homem. São locais de culto, por isso, a edificação em si torna-se um espaço sagrado.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição voltada para a Praça Edvaldo Mota e para a Escola Estadual Monsenhor Manuel Vieira, antigo Colégio Pedro Aleixo, figura entre as primeiras imagens de bens materiais históricos da cidade de Patos na imaginação de todos aqueles que por ali trafegam (conforme imagem 2). A igreja, assim, é ainda hoje um espaço destinado às atividades sociais da cidade, por essa razão é um importante local de memória.

Imagem 2 – Vista aérea da cidade de Patos, Avenida Sólon de Lucena e Praça Edvaldo Mota



Fonte: IBGE (1960)

Não é preciso atravessar a entrada da Igreja Nossa Senhora da Conceição para lembrarmos em detalhes das nossas relações com os grupos que professam a mesma crença que nós. Em todo caso, como sublinha Halbwachs (1990), nesses espaços religiosos, as pessoas encontram-se com a mesma disposição de espírito dos fiéis quando estão em um local de culto, ainda que não se trate de acontecimentos específicos, mas de uma certa inclinação uniforme de pensamentos, está aí o fundamento e o conteúdo da memória coletiva religiosa.

As formas de vida e as experiências das pessoas impregnam esse tipo de templo com sua tradição e suas histórias, visto que o espaço religioso é marcado pela continuidade, isto é, por uma comunicação evidente entre passado e

presente. A história, nesses locais — e isso não se dá de maneira diferente na Igreja de Nossa Senhora da Conceição — cristaliza-se na edificação que passa também a ter relevância simbólica.

A igreja conserva, sem interrupção, a mesma corrente de pensamento religiosa que molda tanto as memórias individuais como as memórias coletivas. Há momentos, é claro, que a igreja se encontra vazia, ou quase vazia, períodos durante os quais as suas portas estão fechadas, em que há somente paredes, pedras e objetos. Mesmo assim, ela permanece o que era e os próprios fiéis passando em frente da igreja ou a vendo de longe ou escutando os sinos dobrarem terão em mente a imagem da reunião nesse local, das cerimônias que assistiram e que lhes permaneceram presentes na memória, por isso a recordação religiosa lhes ocorrerá imediatamente. Em outras palavras, o espaço religioso tem como principal elemento a estabilidade, a continuidade e o equilíbrio das recordações dos fiéis (como podemos ver na imagem a seguir).

Imagem 3 – Igreja Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Acervo Damião Lucena

A igreja não é apenas um lugar onde se reúnem os fiéis e o recinto no interior do qual não penetram influência dos espaços profanos. Ao contrário, dialoga e reproduz as dinâmicas sociais externas das memórias individuais e do grupo. A partir da disposição dos assentos, dos objetos, da ordem cronológica dos rituais dá-se o modo como praticamos o culto e como recebemos o ensino religioso dentro dessa edificação, todos os pensamentos do grupo tomam a forma dos objetos sobre os quais eles se concentram. E aqui estamos falando das imagens de Jesus, dos apóstolos, dos santos, das luzes ou velas, dos paramentos e vestimentas eclesiais, os fiéis se imaginam dentro desse quadro do sagrado e transpõem para a memória as verdades transcendentais dos dogmas religiosos.

O local religioso se expressa, conseqüentemente, sob formas simbólicas que se desenvolvem e se aproximam no espaço: é apenas sob essa condição que a memória religiosa sobrevive e acontece em lugares determinados, pois, como resumiu Halbwachs (1990, p. 158), “a memória religiosa tem necessidade de imaginar os lugares”.

Há na Igreja Nossa Senhora da Conceição em Patos uma memória religiosa feita de tradições que remontam a acontecimentos geralmente distantes no passado. Esse local é fundamental para manter a estabilidade das coisas materiais e é amparado nele que o pensamento coletivo do grupo dos fiéis tem maior oportunidade de se eternizar e durar. Esta, segundo Halbwachs (1990, p. 158), “é realmente a condição da memória”.

1.2 O EDIFÍCIO DA FÉ COMO MARCO DA FORMAÇÃO URBANA

A história da Igreja Nossa Senhora da Conceição, antiga Capela de Nossa Senhora da Guia, originou-se em 1765 a partir da doação de uma parte de terras inseridas nos sítios “Pedra Branca” e “Patos”, de propriedade do capitão Paulo Mendes de Figueiredo e sua esposa, Maria Teixeira de Melo, e do alferes João Gomes de Melo e sua companheira, Mariana Dias Antunes, para construção de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Guia (FERNANDES, 2003).

Assim, em 4 de maio de 1772, os dois cunhados começaram a construção da capela, e, conseqüentemente, a formação do povoado de Patos, que se incorporava à freguesia de Sant’Ana do Seridó, com sede em Caicó, Rio Grande do Norte (FIGUEIREDO, 1906, p. 46; SOUSA, 1971, p. 39; FERNANDES, 2003, p. 37-41, LUCENA, 2015, p. 176).

A ocupação do povoado de Patos seguiu o padrão colonial conforme Reis Filho: “As vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos” (REIS FILHO, 2014, p. 21). Assim, a capela assemelhou-se às antigas tradições urbanísticas de Portugal com traçado retangular, ocupando uma quadra só para si, com um lago à sua frente. Além dessas características, esse lote localiza-se nas proximidades do Rio Espinharas, demonstrando uma escolha de estratégica, pois essa região possui uma centralidade geográfica que possibilita acessos diversificados, tanto de passagem quanto de convergência e entroncamento viário na proximidade das fronteiras dos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, mas também configura-se como um ponto intermediário entre o sertão (adiante ao estado do Ceará) e o litoral, atraindo um fluxo considerável de pessoas que resultou na polarização da região do Espinharas.

Além da própria centralidade geográfica em relação às vias, a capela também desempenhou a função de núcleo por meio do agrupamento dos primeiros edifícios nos seus arredores e da concentração de pessoas de todas as classes sociais, em consonância com a “gênese da maior parte das cidades nordestinas [que] formarem-se ao redor de uma capela, sob a invocação de um santo ou santa, que passava a padroeiro ou padroeira, após a elevação do povoado a vila” (CAVALCANTE, 2008, p. 35), refletindo as bases da fé e do civismo. Assim, a visibilidade da igreja, com vista para as principais vias, garantiu a centralidade e o controle da vida citadina da vila e direcionou a expansão urbana nos séculos seguintes.

A construção da capela foi concluída no ano de 1773⁴ e, com o passar dos anos, a povoação de Patos apresentou um aumento considerável no número de fiéis devotos da santa, sendo que “em fevereiro de 1855, agregava ao seu templo principal as capelas de Santa Luzia, Santa Maria Madalena e Nossa Senhora da Conceição do Estreito e de Passagem” (LUCENA, 2015, p. 178). A notoriedade da edificação motivou o surgimento de um movimento em defesa da elevação da capela à paróquia, repercutindo no provimento de suas administrações, o que resultou em embates políticos, jurídicos e paroquiais da região do Seridó, área de disputa territorial e demarcação eclesiástica entre as províncias do Rio Grande do Norte e Parahyba do Norte.

A Paróquia Nossa Senhora da Guia foi criada por força da Provisão, assinada por Dom Diogo de Jesus Jardim, da Ordem do Patriarca São Jerônimo, bispo de Pernambuco, por graça de Deus e da Santa Sé Apostólica, em 10 de julho de 1788, desmembrada da freguesia da Gloriosa Sant’Anna do Seridó – Rio do Grande do Norte. [...] O primeiro vigário foi o padre José Ignácio da Cunha Souto Maior, que permaneceria na função até 1796 (LUCENA, 2015, p. 177).

Dessa maneira, com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Guia, a capela foi elevada à categoria de matriz da paróquia de Nossa Senhora da Guia, por provisão régia n. 14, pelo vigário da Paróquia de Pombal, tornando-se autônoma no campo eclesiástico da tutela de Pombal, representando uma relativa independência. Ainda nesse mesmo ano, 1788, foi criado o Distrito de Patos, subordinado, na administração, ao município de Pombal (NDIHR, 1985).

Com o crescimento da população de Patos, o edifício se tornou pequeno para abrigar os fiéis. No período de 1878 a 1918, o padre Joaquim Alves Machado assumiu o cargo de Vigário Titular de Nossa Senhora da Guia e promoveu a reforma da edificação. A reforma consistiu na ampliação do espaço por meio da adição de um patamar externo anexado em frente à fachada da Matriz, construído “em alvenaria e madeira, bem decorado, na parte externa, local que passou a ser utilizado para as celebrações, sendo que as mulheres assistiam as missas no interior da Igreja e os homens se aglomeravam no lado de fora” (LUCENA, 2015, p. 178).

⁴ Conforme uma placa localizada no interior da Igreja da Conceição, antiga capela Nossa Senhora da Guia, inserida em 8 de dezembro de 1954. Conforme uma placa localizada no interior da Igreja da Conceição, antiga capela Nossa Senhora da Guia, inserida em 8 de dezembro de 1954.

Imagem 4 – Croqui ilustrativo da Igreja com a adição do patamar entre os anos de 1878 e 1918

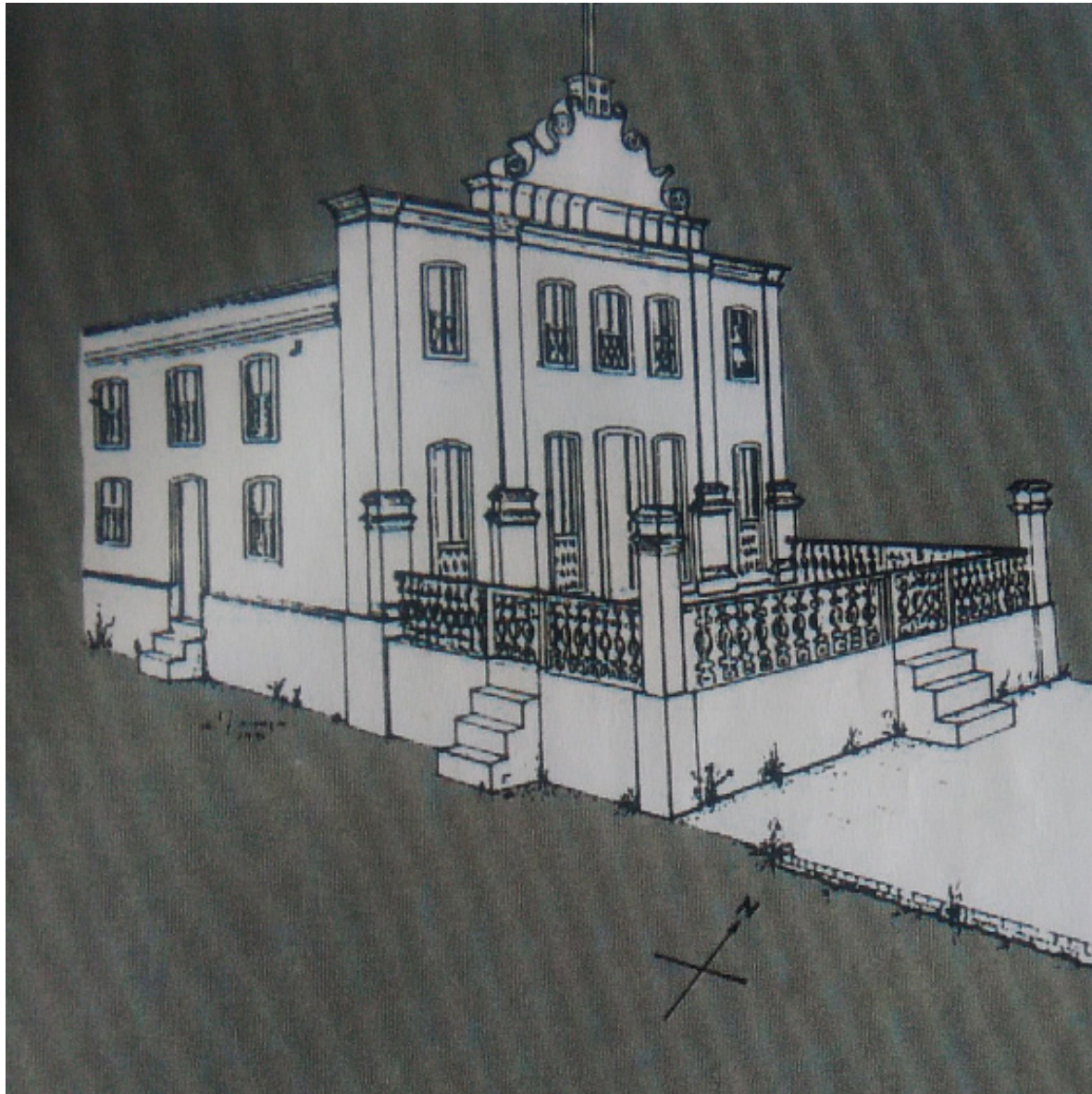


Foto: Fernando de Oliveira Morais (2020)

Fonte: Iphaep (2003b, p. 6)

Contudo a medida foi paliativa, pois a expansão não foi suficiente para solucionar o problema da falta de espaço para comportar os fiéis durante os atos religiosos nos anos seguintes, logo, uma consulta popular foi realizada sobre a “aceitabilidade da construção de uma igreja mais espaçosa” (LUCENA, 2015, p. 178), já que demolir a matriz não era possível, pois tratava-se de uma obra histórica para o povo da comunidade paroquial.

Com a decisão de construir uma nova igreja, em 22 de outubro de 1893, lançou-se a pedra fundamental do novo e segundo templo católico de Patos, na Rua Alegre, que passou a ser a Igreja Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, enquanto a antiga foi dedicada à Nossa Senhora da Conceição (LUCENA, 2015).

Os primeiros edifícios religiosos implantados no Brasil eram vinculados exclusivamente à religião católica apostólica romana, pois a coroa portuguesa não permitia outra manifestação religiosa, exercendo severa vigilância sobre o fato. Tais edificações são classificadas pelas tipologias e cronologia de seus conjuntos em três fases distintas⁵. A construção da antiga Capela de Nossa Senhora da Guia, no final do século XVIII, integra a terceira fase:

[...] marcada pela construção de Igrejas e capelas para abrigar o culto das irmandades e confrarias, que desempenharam relevante papel na organização e na consolidação da ocupação do interior, perdurando por todo o século XVIII (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2010, p. 154).

Dessa maneira, o interior do Brasil recebeu uma diversidade de capelas e igrejas para sediar as ordens laicas, irmandades e confrarias, que não necessitavam das construções monásticas ou conventuais litorâneas e sofreu restrições referentes à “proibição formal da presença de ordens religiosas na região interiorana, por ordem do rei” (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2010, p. 154).

Em relação ao estilo arquitetônico, no período se empregava o barroco, associado à contrarreforma, mas também associado à opulência e à monumentalidade das edificações, representando o poder da Igreja Católica. O barroco é conhecido pelo excesso de ornamentação, contudo, considerando as limitações dos municípios do interior, como a disposição da mão de obra e dos materiais, é justificável a produção de um barroco simplificado, diferente da produção do litoral que possuía mais recursos técnicos e financeiros. Seguindo a lógica das capelas dos engenhos de açúcar, os materiais empregados na capela de Nossa Senhora da Guia são considerados resistentes, como pedra, alvenaria em tijolo cerâmico, pintura da fachada com tinta à base de cal, refletindo “a simplicidade das técnicas denunciava, assim, claramente, o primitivismo tecnológico” (REIS FILHO, 2014, p. 26).

A igreja possui estrutura composta em três partes bem definidas: base, corpo e coroamento. O embasamento liso tem a função de elevar o piso da edificação e distanciá-la do nível da rua, o que sugere uma posição de destaque, pois, como informa Reis Filho (2014), a proximidade com a rua, ou seja, com o chão batido, remetia à pobreza. Para vencer esse desnível há a inserção de escadas internas nas portas, possibilitando o acesso à Igreja. Albernaz e Lima (1998a) acrescentam que, em construções antigas, o embasamento também servia para distribuir o peso do edifício

⁵ A primeira fase do barroco brasileiro iniciou-se com a chegada dos jesuítas, em 1549, ocupando o litoral, enquanto a segunda fase foi caracterizada pela expansão das demais ordens religiosas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, iniciando-se na segunda década dos seiscentos e perdurando até as primeiras décadas do século XVIII (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2010, p. 154-155).

em superfície maior, podendo, às vezes, ser formado pela elevação de alicerce contínuo acima do nível do chão, que correspondia muitas vezes à altura do primeiro pavimento. O corpo da igreja abrange os pavimentos térreo e o superior, sem campanário.

A fachada frontal, disposta em frente à praça Edivaldo Mota, apresenta simetria e enquadramento de fachada formado por embasamento, pilastras, cunhais e cimalha. O par de pilastras delimita o enquadramento central do edifício enquanto o par de cunhais nas extremidades define os enquadramentos laterais. Na presença desses elementos semiembutidos, o embasamento passa a ser emoldurado, composto de dado e cornija, com função de proteger a parte inferior deles.

O enquadramento central, no térreo, comporta o acesso principal à igreja, caracterizado por uma porta de abrir de madeira com duas folhas almofadadas envaziadas e levemente mais alta em relação ao eixo horizontal das demais esquadrias, disposta entre duas janelas rasgadas por inteiro de madeira, cada uma com duas folhas almofadadas envaziadas, e guarda-corpo entalado de concreto em formato de treliça rente a fachada, e, abaixo, ornamentado de gola. Posteriormente, foram adicionados grampos nas travessas-de-peito das janelas. No pavimento superior, há a inserção de três janelas de abrir de madeira, cada uma com duas folhas almofadadas, alinhadas com o eixo vertical das esquadrias do pavimento térreo. Também é visível que todas as esquadrias possuem arco rebaixado com verga alteada.

Os enquadramentos laterais possuem os mesmos elementos adjacentes do enquadramento central: o pavimento térreo apresenta janelas rasgadas por inteiro com guarda-corpo entalado ornamentado de gola e janelas de abrir no pavimento superior. Contudo há detalhes que são singulares: (i) a altura da janela rasgada por inteiro na lateral esquerda no pavimento térreo é sutilmente menor que as demais; (ii) as folhas das janelas rasgadas por inteiro em ambos os enquadramentos laterais do pavimento superior são almofadadas; (iii) a janela do pavimento superior da lateral direita abrigava a sineira, de acordo com antigas fotografias⁶.

O coroamento é composto por uma cimalha contínua à extensão da fachada frontal do edifício, acima dela encontra-se um friso ornamentado com tríglifos minimalistas, cornija e frontão ondulado com presença de volutas, e, por fim, o elemento de maior destaque é representado pelo poial, ornamentado com uma cruz, emoldurado e com cornija, que apoiava a cruz latina com lâmpadas de bulbo, ressaltando que a cruz funcionava como uma referência visual e simbólica tanto pela altura na qual ela se encontra, quanto pelo elemento de fé cristã ao emitir luz.

As duas fachadas laterais são diferenciadas entre si: a lateral esquerda, na rua do Prado, apresenta simetria e enquadramento de fachada formado por embasamento, cunhais com dado e cornija, cimalha e platibanda. Apresenta, ainda, uma alternância entre conjuntos: (i) três grupos de janelas no térreo e no pavimento superior com janelas com guarda-corpo entalado com balaústres de madeira, ambas com arco rebaixado emoldurado de guarnição; (ii) no térreo há dois grupos de portas de abrir de madeira com duas folhas, sendo uma porta com almofadas e outra sem, ambas com uma bandeira e, no pavimento superior, com janelas com guarda-corpo entalado com balaústres de madeira.

⁶ A identificação do estilo da Igreja da Conceição como barroca é encontrada no parecer do documento do Iphaep (2003b, p. 5).

A fachada da lateral direita, na travessa Cônego Machado, é assimétrica e diferenciada pelos seguintes elementos: (i) inserção de uma pilastra; (ii) conjunto adicional de janelas no térreo e no pavimento superior similar a fachada da lateral esquerda; (iii) as duas portas não possuem bandeira e folhas almofadadas; (iv) uma das portas teve seu acesso interrompido pela inserção de um parapeito de alvenaria; (v) em um dos espaços destinados às janelas do pavimento superior há o preenchimento com alvenaria pintada de marrom, simulando uma janela falsa, mas com guarnição; (vi) inserção de uma rampa de concreto com guarda corpo metálico na calçada; (vii) a inserção de grampos nas janelas do térreo próximas a fachada frontal.

Imagem 5 – Foto da Igreja de [08/1991 ou 09/1998?] de autoria de Tião Santos que mostra a edificação antes da instalação da rampa de concreto na calçada da travessa Cônego Machado



Foto e edição: Fernando de Oliveira Morais (2020)

Fonte: Iphaep (2003a, p. 17)

Em 22 de março de 2003, o historiador patoense, José Romildo de Sousa relatou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) que algumas obras foram realizadas inadvertidamente na atual Igreja da Conceição do município de Patos; ainda naquela data, o imóvel não estava tombado e, portanto, tornou-se necessário reconhecer seu significado histórico e arquitetônico como, inclusive, célula *mater* do município de Patos

(IPHAEP, 2003a). Após o comunicado, em 8 de abril do mesmo ano, o Iphaep providenciou uma vistoria técnica no imóvel a fim de identificar as descaracterizações⁷.

Como visto, naquela época, a igreja sofreu algumas descaracterizações, entre elas a de maior impacto e mais polêmica entre a população foi a instalação da rampa de concreto na calçada da travessa Cônego Machado, justaposta à fachada da igreja, com a intenção de dotar de acessibilidade o acesso ao espaço religioso justificado pelo desnível do embasamento, embora de forma fixa, resultando na descaracterização da fachada.

Também foram registrados problemas estruturais como a deterioração do teto e das paredes, impregnados pelo cupim, assim como seus detalhes de madeira (varandas, tablados, bancos e portas), que sofreram com a impregnação dos insetos, além da parte elétrica do espaço religioso que precisava ser reformada e toda pintura interna e externa que deveria ser recomposta. Segundo o Iphaep, as obras de restauração custaram R\$ 22.000,00 e foram realizadas por meio de doações dos fiéis (IPHAEP, 2003a, p. 12).

Finalmente, em outubro de 2003, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi cadastrada por meio da Notificação n. 0005/2003, localizada na página 11 do processo n. 0127/2003 e, posteriormente, em 26 de fevereiro de 2004, a diocese de Patos, então administrada pelo D. Manoel dos Reis de Farias, tomou ciência do cadastramento do imóvel (IPHAEP, 2003b). Revendo a história da igreja percebe-se que a permanência e a sobrevivência ao tempo, mesmo sofrendo pontuais descaracterizações, deve-se ao reconhecimento de valores por parte da população enquanto símbolos histórico e religioso da cidade de Patos, que somados aos elementos políticos, motivaram o seu tombamento.

Tais valores podem ser identificado⁸ pelo valor de antiguidade: pela visibilidade dos traços originais desde 1773; valor histórico enquanto reconhecimento da sua existência enquanto criação singular de uma dada sociedade, em uma determinada época, sem perder a perspectiva das gerações futuras; valor simbólico enquanto reconhecimento de símbolo da fé cristã pela população; valor de uso que contempla a satisfação das atividades do homem contemporâneo, ou seja, o templo continua sendo utilizado, lembrado e significado, permitindo que a sociedade (e as futuras gerações) possam (re)conhecer a história e arquitetura da primeira igreja da cidade de Patos no sertão da Paraíba.

⁷ Na Igreja da Conceição, o pavimento superior é reservado ao coro e nele há a janela-sineira. “Nas partes laterais da abertura é em geral fixado o eixo que sustenta o sino. É também chamada janela-sineira e vão campanário” (ALBERNAZ; LIMA, 1998b, p. 570). O primeiro sino da Igreja, em bronze fundido, “encontra-se completo com badalo no mesmo material. Foi desinstalado por motivos estruturais, atualmente encontra-se no térreo próximo à entrada lateral esquerda. O novo sino foi posto em 2003, na ocasião da reforma” (LIMA, 2019, p. 70).

⁸ Nesse sentido, faz-se necessário zelar por sua arquitetura, impedindo deformações como as que, atabalhoadamente, se encontram ora procedidas”. (Ofício GD N° 0147/Iphaep); além de outras modificações anteriores e das atuais que “implicam em verdadeira descaracterização da Igreja da Conceição”. (Ofício GD N° 0179/Iphaep). Durante a vistoria conforme mostram as fotos foi possível anotar várias alterações; as portas e janelas (externas) estão sendo recuperadas no próprio local (Igreja) e reinstaladas, com emassamento, embora segundo informações não sejam pintadas em seguida; toda instalação elétrica antes aparente foi embutida, notando-se o percurso dos conduítes pelas paredes internas; as antigas luminárias (canaletas duplas para lâmpada fluorescente) foram substituídas por luminárias que remetem ao estilo dos lampiões; os antigos ventiladores instalados nas paredes laterais e próximos ao altar foram substituídos por modelo mais moderno. Ressalto que no decorrer de todas essas obras os bens móveis integrados (mobiliário, imagens etc.) não foram removidos da Igreja, estando dessa forma sob risco de acidentes. (conforme fotos 19 – imagem e uma escada e 21 – imagem e pia batismal escorando madeirite); e que as caixas de som instaladas ao lado dos altares laterais danificam frisos e adornos, prejudicando todo o conjunto (conforme fotos: 12 e 17). A interferência causada pela implantação de uma rampa lateral (foto 09 e 22) arquivo da Divisão de Cadastramento e Tombamento 1991 causou a descaracterização dessa edificação que é o maior destaque do patrimônio arquitetônico da cidade de Patos. O estado geral de conservação desse monumento religioso é razoável, mas necessita de cuidados permanentes; o que possibilita ao Instituto proceder inicialmente o cadastramento do imóvel; para executar vistorias periódicas, enquanto se instrui o processo de tombamento (IPHAEP, 2003a, p. 18-19).

[6] Valores identificados em Lacerda (2012).

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**: Vol. 1 – A a I. São Paulo: ProEditores, 1998a.
- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**: Vol. 2 – J a Z. São Paulo: ProEditores, 1998b.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CAVALCANTE, Vilma Lúcia Urquiza. **A centralidade da cidade de Patos**: Um estudo a partir de arranjos espaciais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- FERNANDES, Flávio Sátiro. **Na rota do tempo**: Datas, fatos e curiosidades da história de Patos. João Pessoa: Imprell, 2003.
- FIGUEIREDO, Francisco Severiano de. **A diocese da Paraíba do Norte**. Parahyba do Norte: Typ. da imprensa, 1906.
- NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR). **HISTÓRIA de Patos**: Paraíba 400 anos. Coedição: Comissão do IV Centenário Prefeitura Municipal de Patos; NDIHR/UFPB. João Pessoa: Grafset, 1985.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- IPHAEP. Processo n. 075 de 7 de abril de 2003. Comunicado de infração. **Processo interno do Instituto**. 2003a.
- IPHAEP. Processo n. 127 de 27 de maio de 2003. Cadastramento da Igreja N. S. da Conceição. **Processo interno do Instituto**. 2003b.
- LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, N.; ZANCHETTI, S. (org.). **Gestão da Conservação Urbana**: Conceitos e Métodos. v. 1. 1. ed. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 44-54.
- LIMA, Erson Kaio Araújo. **O inventário do patrimônio arquitetônico religioso católico da cidade de Patos – PB**. Patos, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e do Urbanismo) – Centro Universitário de Patos, Patos, 2019.
- LUCENA, Damião. **Patos de todos os tempos**: A capital do sertão da Paraíba. João Pessoa: A União, 2015.
- MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. **Arquitetura no Brasil**: De Cabral a Dom João VI. 2. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- SANTOS, José Ozildo dos. **Contribuição à história eclesiástica de Patos**. Patos: Soluções & Escritos, 2005.
- SOUZA, Antônio José de. **Apanhados Históricos Geográficos e Genealógicos do Grande Pombal**. Pombal: Gráfica Comercial Ltda, 1971.

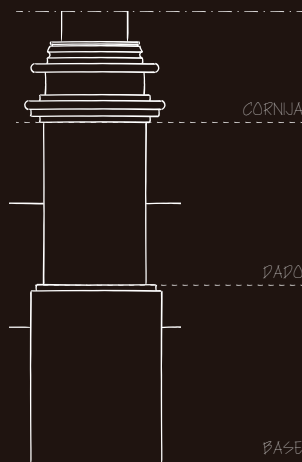


FACHADA FRONTAL (RUA CÂNDIDO MOTA)

COROAMENTO

CORPO

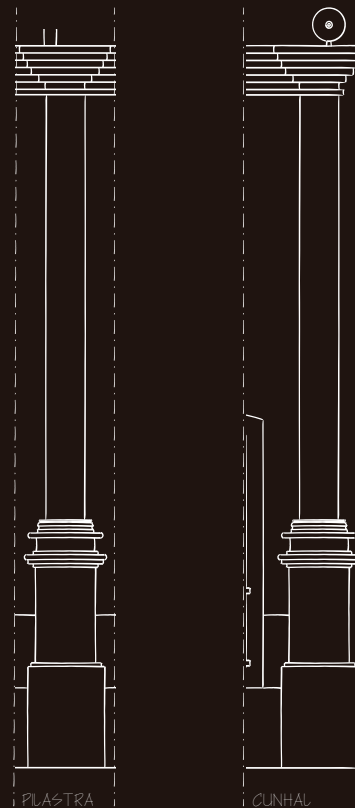
EMBASAMENTO



CORNISA

DADO

BASE

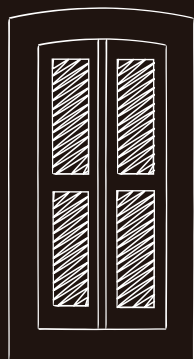


PILASTRA

CUNHAL



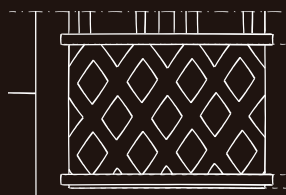
CIMALHA



ALMÓFADAS



JANELA RASGADA
POR INTERO



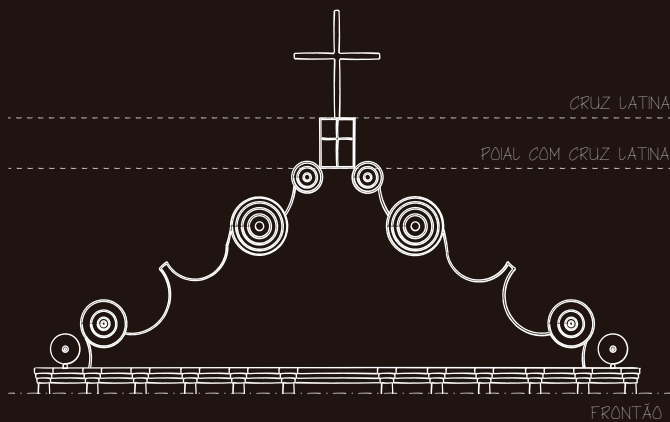
PAU-DE-PEITO

GUARDA-CORPO

GÓLTA



VERGA EM
ARCO
REBAIXADO



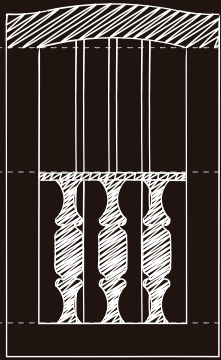
CRUZ LATINA

FOIAL COM CRUZ LATINA

FRONTÃO

IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DETALHAMENTO ARQUITETÔNICO



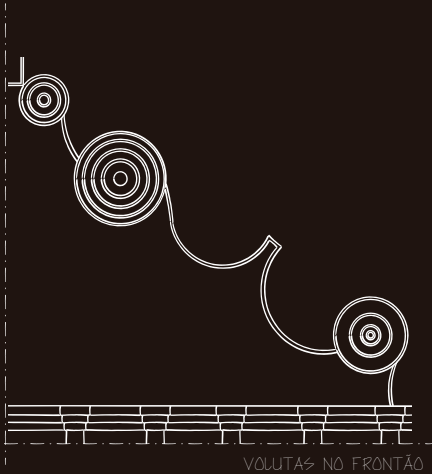
VERGA EM
CANGA DE BOI

BALAÚSTRE EM
ESQUADRIAS



FRISO ABAIXO DO FRONTÃO

TRÍGLIFO



VOLUTAS NO FRONTÃO



FACHADA LATERAL DIREITA (TRAVESSA PEDRO CAETANO)



FACHADA LATERAL ESQUERDA (RUA DO PRADO)

PREFEITURA MUNICIPAL

de Patos

*Elis Dantas Medeiros
Erygeanny Machado de Lira
Fernanda de Castro Farias
Fernando de Oliveira Morais
João Paulo da Silva*

- 2.1** Encruzilhada do tempo: espaço como elemento de poder
- 2.2** A modernidade arquitetônica como símbolo do poder do Estado



2.1 ENCRUZILHADA DO TEMPO: ESPAÇO COMO ELEMENTO DE PODER

Da calçada da Prefeitura Municipal de Patos podemos ver e sentir toda a movimentação da cidade. Estamos no cruzamento entre a Avenida Epitácio Pessoa e a Rua Pedro Firmino, duas das mais importantes vias de transporte e comércio da cidade (ver imagem 1). Nesse mesmo lugar, temos o cruzamento que nos leva a outras rotas importantes do estado, como ao brejo, ao alto sertão e ao cariri. Estamos, de fato, no centro do espaço geográfico do estado da Paraíba. A partir desse olhar mais amplo, perdemos as miudezas do cotidiano e a pluralidade do real. Entretanto a espacialidade que pretendemos seguir neste capítulo é aquela proposta por Michel Certeau (1998), isto é, antropológica ou “transumante”, seguindo os passos dos sujeitos universais e anônimos que por ali transitam diariamente.

Imagem 1 – Prefeitura Municipal, Avenida Sólon de Lucena (Epitácio Pessoa): Patos, PB, na década de 1950



Fonte: IBGE (1960)

As caminhadas dos patoenses pelo centro da cidade passam necessariamente pelo prédio da prefeitura. E o caminhar, ainda seguindo Certeau (1998), molda os espaços, ou, em outras palavras, cria uma experiência social do espaço a partir dos cruzamentos e entrelaçamentos sociais urdindo o tecido urbano. Malgrado as desigualdades e diferenças econômicas dos caminhantes, constrói-se a identidade simbólica da cidade entre os nomes e os símbolos, no caso, o símbolo do Poder Executivo municipal.

Da prefeitura, podemos também notar as transformações do espaço urbano da cidade. Prédios novos e altos, salas comerciais, bancos, Correios se misturam aos ambulantes, trabalhadores, consumidores, enfim, cidadãos que frequentam o centro comercial da cidade e reconstroem cotidianamente as suas memórias individuais e a memória histórica da cidade.

Os locais, de acordo com Assmann (2011), são peças de construção fundamentais para a arte da memória. São espaços significativos não apenas porque solidificam e legitimam a recordação, pois a sustentam no chão, mas também por materializar a continuidade da duração que supera a simples recordação um pouco breve de indivíduos, épocas, estilos arquitetônicos e culturais, que está concretizada em edificações históricas.

As edificações, como sabemos, não se constroem em espaços neutros. Geralmente, elas se constituem ao lado da utilidade econômica e também da relevância simbólica, ou seja, o caminhante participa como indivíduo desses locais, mas esses locais também o transcendem. São nesses locais – aqui estamos nos referindo a edificações – que se cruzam memórias individuais, as memórias do grupo e a memória da coletividade.

A Prefeitura Municipal de Patos surge, assim, como um símbolo do poder político local em estreita relação entre as pessoas e o local geográfico: este define as formas de vidas e as experiências das pessoas, bem como estas preenchem o local com as suas tradições e histórias. Os locais políticos se notabilizam pela sua continuidade, ou seja, por uma simetria entre o passado e o presente. No local político, a história segue adiante, o que muda são as pessoas ou grupos que se alternam no poder. A prefeitura (ver imagem 2), nesse sentido, cristaliza-se enquanto local de poder e mantém ligação com a vida local do presente, pois, como sublinhou Halbwachs (1990, p. 136), “não é fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens”.

Imagem 2 – Prefeitura Municipal de Patos, provavelmente na década de 1980



Fonte: Fundação Ernani Satyro (2014 *apud* IBGE, 2017)

O local político não é um espaço vazio que simbolizaria apenas uma possibilidade indefinida de relações entre o poder e os homens. O poder está na base de todo o ordenamento político, a partir dele é possível conceber como todas as outras relações sociais são definidas. Em decorrência disso, a cidade adota uma atitude permanente com relação ao objeto, leia-se edificação, que abriga em si as propriedades e características desses locais de poder, no caso do presente capítulo, a Prefeitura Municipal de Patos.

A memória permanece no espaço. Por isso, é fundamental enfatizar que a sociedade não estabelece apenas uma relação entre a imagem de um lugar (falamos aqui especificamente do sentido da visão) e um escrito. Ela considera o local enquanto se relaciona a uma pessoa, seja porque reside nas proximidades, seja porque enquanto caminhante traçou rotas mentais e habitualmente passa por aquele local, seja porque o enxerga como um espaço do qual emana poder. Tudo isso pode ser chamado de espaço político, espaço permanente, pelo menos dentro de certos limites de

tempo, que permite a cada instante à memória coletiva, desde que identifique o local, de nele encontrar a lembrança do poder, em outras palavras: do mando e da obediência.

A prefeitura guarda em si a memória política local, permanente, durável. É o espaço por onde os cidadãos sempre passam, ao qual sempre têm acesso e que, em todo caso, a imaginação ou o pensamento é a cada momento capaz de reconstruir. Sobre esse local político que o pensamento do cidadão patoense consegue se fixar, para que reapareça alguma categoria de lembrança.

2.2 A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA COMO SÍMBOLO DO PODER DO ESTADO

No início do século XX, Patos foi emancipada à cidade, adquirindo demarcação municipal em 1903, quando, no dia 22 de agosto foi instalada a sua Câmara de Vereadores. Uma década depois, em 1913, a administração municipal oficializou o sistema de prefeitura e passou a contar com a contribuição de prefeitos que buscavam a criação de uma cidade condizente com o novo século.

O primeiro prefeito do Município, o médico José Peregrino de Araújo Filho, ocupou o cargo durante 15 anos [1913 – 1928]. Ele acordou Patos para um confronto com o espírito do século [...] E cuidou do bem estar da capital do Município, urbanizando suas ruas. De início deu-lhe uma iluminação singela, através de lampiões e querosene e, em 1921, instalou, em Patos a luz elétrica, montada pelo Engenheiro Cavalcante. Construiu a ponte de S. Sebastião sobre o rio Espinharas, ligando a cidade àquele bairro e começou a arborização das ruas da sede do município (NDIHR, 1985, p. 40).

Firmino Ayres Leite (1928-1931), segundo prefeito do município, estimulou a continuidade às obras de asseio e arborização da cidade, além de obras de infraestrutura, como a construção de um canal subterrâneo (NDIHR, 1985). Em seguida, Adelgício Olintho (1931-1934) incentivou intervenções como: o levantamento do cadastro da cidade, o alinhamento das ruas e avenidas, a promulgação do código de Posturas do Município, a abertura de novas avenidas, o embelezamento das frentes das casas, a construção de calçadas nas avenidas principais, a recomendação aos princípios de saúde e higiene e a obrigatoriedade da construção de sanitários e fossas nas habitações da órbita urbana (NDIHR, 1985, p. 41).

Também alinhado à ideia de construção de uma cidade moderna, Dr. Clóvis Sátyro e Souza, primeiro prefeito eleito pelo voto direto (1935 a 1940) e que havia exercido um breve mandato em 1931, prosseguiu com as obras de expansão:

Ele era empolgado por Cidades modernas, ruas alinhadas, niveladas, limpas, calçadas e bem iluminadas. É isso que gostava. Trabalho, desenvolvimento modernizante. O calçamento das avenidas de Patos, constituía empreendimento prioritário na lista dos vários objetivos de sua plataforma administrativa. Começou a pavimentação pela avenida Solon de Lucena, continuando pela Epitácio Pessoa, Praça Getúlio Vargas e outras adjacentes (NDIHR, 1985, p. 43).

Os supracitados gestores buscavam construir a imagem de uma Patos urbana e moderna. Para tanto, contaram com o momento político favorável da Paraíba no cenário nacional, especialmente após a chegada de Getúlio Vargas ao poder (1930-1945)⁹ e a nomeação de José Américo de Almeida para o Ministério de Viação e Obras Públicas, que permitiu ao estado receber investimentos federais, devido à posição privilegiada que passou a ocupar como aliado do governo federal.

O projeto de desenvolvimento nacional estava comprometido com a integração do território, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, com a abertura de rodovias e de ferrovias, a expansão dos aparatos de rádio transmissão e a criação de um sistema nacional de correios e telégrafos para permitir a circulação de informações. As preocupações urbanas tinham como foco questões como: a salubridade, a higiene, o desenho de um novo e retificado traçado e a criação de espaços públicos. Em paralelo, os profissionais da área da construção buscavam expressões arquitetônicas que refletissem a adaptação aos novos tempos, com o intuito de renovar a fisionomia dos edifícios.

Dessa maneira, o processo de desenvolvimento e expansão territorial da cidade de Patos é concomitantemente ao processo de modernização da arquitetura e do urbanismo no Brasil, cujo intuito era apagar as referências coloniais na reformulação de um novo e moderno cenário urbano.

O edifício da Prefeitura Municipal de Patos foi projetado e construído, no final da década de 1930¹⁰, durante mandato de Dr. Clóvis Sátyro e Souza. A inauguração oficial, contudo, ocorreu em janeiro de 1940, inserida nas comemorações do aniversário do governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940).

A publicação sobre o evento comemorativo dos cinco anos da gestão estadual, divulgada pelo Departamento Estadual de Estatística, trazia uma síntese das “impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana”, em um contexto de “vibração patriótica e confiança nos homens públicos” que era o que queria o “Estado Novo, a Nação, e Getúlio Vargas”. Entre as “notáveis realizações do Governo do Estado” os autores destacavam a inauguração, “em Patos, do novo edifício da Prefeitura Municipal” (PARAÍBA, 1940, p. 23), um dos mais “imponentes edifícios” da Paraíba:

Sendo oportuno ressaltar, que o referido prédio foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 1940 [...] e fez parte de um conjunto de inaugurações que celebraram o quinto aniversário do governo Argemiro de Figueiredo. Visto que o Estado Novo implantou um calendário comemorativo que contemplava: 19 de abril data do aniversário natalício de Vargas, 01 de maio dia do trabalhador, 07 de setembro dia da independência do Brasil, e para complementar as datas festivas, na Paraíba comemorava-se também o aniversário natalício, e do governo, dos Interventores Federais (SILVA, 2011, p. 42).

⁹ Períodos do Governo Vargas: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

¹⁰ Há uma lacuna referente à falta de informações como a data de construção e o arquiteto ou construtor responsáveis pelo projeto, tendo em vista que a prefeitura não possui as pranchas ou documentos da época em seus arquivos.

Imagem 3 – Prefeitura Municipal e antigo edifício dos Correios



Fonte: Acervo Enoque Neves¹¹

A construção do edifício da Prefeitura Municipal representou o poder público local e, nesse caso, simbolizou uma imagem moderna para o município, imagem que foi evidenciada pela escolha de elementos formais associados ao *art déco*, estilo arquitetônico disseminado no Brasil no segundo quarto do século XX¹².

¹¹ Sobre o acervo consultar, cf. Melo (2012).

¹² O *art déco* é apresentado oficialmente na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em abril de 1925, em Paris. Contudo o termo só começa a ser empregado para referir-se a uma produção arquitetônica nos anos 1960.

O estilo foi uma das produções arquitetônicas que buscavam expressar a modernidade em suas fachadas por meio da geometrização do ornamento, da simplificação das linhas e dos planos da construção, do uso do escalonamento, da platibanda com formas retificadas e de elementos decorativos como marquises, balcões e frisos. No Brasil, apresentou soluções formais e estéticas simples e facilmente assimiláveis para atender as necessidades e gostos da época (FARIAS, 2018).

Em pesquisa anterior, Farias (2018) identificou as prefeituras municipais como um tipo recorrente edifício *art déco*, presente em, ao menos, 316 municípios, com base nos registros da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicado pela IBGE na década de 1960¹³. Esse dado revela que a cidade de Patos estava sintonizada com os acontecimentos nacionais. A escolha pelo estilo representou a intenção do poder público de difundir uma imagem de progresso, construindo um edifício que figurava entre os mais modernos da Paraíba, era um edifício institucional que abrigou uma função do estado que se modernizava.

Há de se convir que, no Brasil do período varguista, o *art déco* foi o portador da mensagem arquitetônica do moderno, tanto nas obras particulares como oficiais. Enquanto linguagem moderna preponderante nos edifícios públicos da Obra Getuliana, contribuiu o *art déco* para torná-los testemunhos e monumentos inteligíveis do pensamento político autoritário e das ações progressistas, que embalsamaram o período varguista (REIS, 2014, p. 254).

Na configuração urbana da cidade de Patos, o *déco* esteve presente, ainda, em edifícios como: a Estação Ferroviária, o Mercado Municipal, o antigo Correios e Telégrafos¹⁴, os dois edifícios do Cine Eldorado (demolidos), em agências bancárias, escolas e residências. Esses edifícios ratificavam a escolha do estilo como um método projetual que colaborou com a implantação de uma imagem de modernidade na cidade.

¹³ A coleção *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* foi editada pelo IBGE entre 1957 e 1964, objetivando uma sistematização das informações estatísticas e geocientíficas do território brasileiro, priorizando o município, mas oferecendo também informações sobre as grandes regiões brasileiras, tanto no que tangia aos aspectos físicos, quanto características demográficas e socioeconômicas. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/enciclopedia-dos-municipios-brasileiros.html> Acesso em: 16 mar. 2017. Para representar o município de Patos (PB) os organizadores da publicação selecionaram os seguintes edifícios: a Prefeitura Municipal, a Agência dos Correios e Telégrafos, a Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Guia, o Ginásio Diocesano Municipal, o Mercado Público Municipal, a Agência do Banco do Brasil, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Praça João Pessoa, o Coreto da Praça Getúlio Vargas, o Hospital Regional, a Cadeia Pública, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, um palacete residencial e residências unifamiliares da Rua do Prado (IBGE, 1960, p. 317-323).

¹⁴ O projeto do edifício dos Correios implantado na cidade de Patos segue um modelo padrão implantado em várias regiões do país. Na Paraíba, temos exemplares similares em: Cabedelo, Itabaiana e Guarabira, para citar alguns. Na Era Vargas (1930-1945), os edifícios dos Correios e Telégrafos fizeram parte de uma ação federal e constituíram uma marca da ação desenvolvimentista do governo. Para saber mais sobre o assunto, indica-se as pesquisas de: Margareth Pereira (1999), *Os correios e telégrafos no Brasil*, e Marcus Vinicius Reis (2014), *O art déco na obra getuliana, moderno antes do modernismo*.

Imagem 4 – Rua Sólon de Lucena (Epitácio Pessoa), na década de 1950, vendo-se à direita, o antigo edifício dos Correios e a Prefeitura Municipal, edifícios públicos de filiação *art déco*



Fonte: Folha Patoense (2018)

No edifício da Prefeitura Municipal, a elite local pôde vivenciar a modernização, em seu salão nobre eram realizados bailes e oferecidos almoços em homenagem a figuras ilustres e autoridades que visitavam Patos, também ocorriam cerimônias de hasteamento da bandeira, para inaugurar obras de grande impacto, como a Estação Ferroviária (SILVA, 2011). Nesse cenário, para a população carente, o acesso à modernidade era restrito a poucos espaços ou a contemplação dos elementos externos da fachada.

O edifício foi construído na esquina resultante da confluência entre a Avenida Epitácio Pessoa e a Rua Pedro Firmino, número 91,

[...] vizinho à [antiga] Escola Rio Branco e ao prédio dos Correios, na rua da matriz de Nossa Senhora da Guia, próximo ao Hotel Central, ponto de parada das marinetes, caminhões e demais veículos automotores, uma espécie de cartão de visita da cidade (SILVA, 2011, p. 42).

Assim, a implantação da edificação em um terreno estratégico, no cruzamento das principais avenidas do município tornou o lugar, de fato, um “cartão de visitas” de Patos.

A localização do exemplar em um lote de esquina, com intensa circulação de pedestres e de veículos, garantiu maior visibilidade do edifício na malha urbana e permitiu a presença da entrada principal, de uma marquise e de um balcão, na quina abaulada do edifício, onde, habitualmente, são hasteadas as bandeiras do Brasil, da Paraíba e de Patos. Novamente, Patos mostrava-se sintonizada com os acontecimentos nacionais, onde os “edifícios mais modernos, eram colocados em lugares que garantiam maior visibilidade, para propagar a ideia de progresso e modernidade para a população” (FARIAS, 2018, p. 200).

O edifício, um sobrado de dois pavimentos, possui estrutura composta em três partes bem definidas, marcadas por linhas horizontais que dividem a volumetria em: base, corpo e coroamento. A implantação é tradicional, nos limites do lote, e a planta do pavimento térreo é, provavelmente, repetida no pavimento superior, o que promovia agilidade, rapidez e redução de custos no processo da construção. O sistema de composição é caracterizado pela presença de aberturas similares, em madeira e vidro, que conferem ritmo à fachada, com predominância dos cheios sobre os vazios.

O volume curvo de esquina é o ponto de partida da composição volumétrica, funcionando como um eixo de simetria (elemento central) para as duas fachadas, há, contudo, uma leve quebra nessa simetria, devido ao prolongamento da fachada na Rua Pedro Firmino, marcado pela limpeza ornamental, sem balcões e marquises; em contraponto, ao muro que permite a entrada veículos na Sólon de Lucena.

Na esquina, tem-se a entrada principal, composta por uma porta de abrir de duas folhas, emoldurada por elementos verticais em alto-relevo e encimada por uma marquise e um balcão curvos; nas fachadas laterais, têm-se mais três acessos: duas portas de abrir, dispostas abaixo dos balcões no plano contínuo e simétrico da edificação; e uma terceira porta emoldurada por duas faixas verticais, no prolongamento da Pedro Firmino.

Na parte superior do volume abaulado, tem-se uma janela (acima do balcão curvo) e o letreiro com a identificação do edifício. A inscrição “Prefeitura Municipal” tinha o objetivo de destacar a função e promover uma maior visualização do equipamento, exercendo um papel de comunicação entre o edifício e a população (D’ELBOUX, 2013). Esse elemento, localizado na confluência das duas fachadas e na porção mais alta da platibanda, é realçado, ainda, por uma solução escalonada no sentido vertical e frisos decorativos. Desse modo, a tipografia foi usada como um elemento arquitetônico de destaque, tornando-se parte integrante da edificação, com um desenho de padrão geometrizado em alto-relevo, efeitos escalonados e o uso de linhas retas, praticamente reduzindo as letras a figuras geométricas simples.

Nas fachadas, os balcões têm peitoril fechado, em alvenaria de tijolo, e são usados como recurso adicional, constituindo-se em importante elemento de composição volumétrica. Esses elementos projetam-se a partir de um plano contínuo de fachada, em balanço; e em formato curvo, na quina do edifício, ancorado nas duas faces. As marquises aparecem sobre as janelas e em cima da porta principal, ornamentadas com dois elementos decorativos circulares e equidistantes. Os frisos, também com efeito decorativo, aparecem no fechamento horizontal da platibanda, contornando o edifício, exceto no coroamento acima dos dois balcões laterais. Importante ressaltar, ainda, que esses elementos aparecem nos balcões e nas esquadrias e sacam do plano da edificação.

As faixas verticais em alto-relevo, que também sacam da alvenaria de vedação e aparecem ao longo das duas fachadas, são arrematadas por duas estreitas faixas verticais. Outros detalhes decorativos, localizados entre o pavimento térreo e superior, são as reentrâncias horizontais em formato retangular.

Os escalonamentos da fachada, obtidos mediante a sobreposição de camadas de alvenaria, também são recursos decorativos e não guardam relação direta com a estrutura, ou seja, é usada a técnica construtiva tradicional em que não há correspondência entre estrutura e vedação. Contudo alguns detalhes, como as marquises em balanço, dão indícios do uso de estruturas tímidas de concreto armado, um avanço técnico para a época.

A platibanda, escalonada e arrematada por frisos horizontais, tem a finalidade de evitar a participação do telhado tradicional na composição volumétrica final. O tratamento uniforme do coroamento é rompido pelo destaque dado ao acesso principal, onde a platibanda encontra-se a uma altura maior.

Esses princípios projetuais, em sua maioria com efeito decorativo, apontam a intenção de demonstrar, por meio da arquitetura, valores e desejos da modernidade, tais como: simplificar, retificar, racionalizar, geometrizar e se adequar aos fenômenos tecnológicos modernos. Uma arquitetura de poucos recursos financeiros, com o uso de técnicas de fácil assimilação, em que o tratamento ornamental é, na maioria das vezes, limitado às fachadas do edifício.

Passados mais de 80 anos de construção, a edificação permanece na principal esquina do município de Patos e mantém o seu uso original, gestão após gestão, independente da alternância de partidos. As intervenções normalmente se limitam a adequações nas subdivisões de ambientes internos, com acréscimos de divisórias e a alterações das cores das fachadas. Os elementos decorativos: frisos e marquises, comumente, recebem uma pintura em cor distinta da aplicada na alvenaria de vedação, o que ressalta as saliências e reentrâncias do corpo do edifício.

O exemplar *art déco* construído para abrigar a Prefeitura Municipal tornou-se emblemático para a população local, na medida em que constitui como um lugar de memória no cenário urbano de Patos, símbolo que representa a cidade em capas de livros e revistas (SOUSA, 2003). Prova disso é que o edifício da Prefeitura Municipal é cadastrado no Iphaep, desde 2003, como passível de tombamento, conforme processo n. 0129/2003. Desse modo, ainda que não tombado, somente pode ser demolido ou modificado em sua volumetria com a permissão do supracitado órgão, de acordo com o Decreto n. 7.819, de 24 de outubro de 1978.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano** – artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

D'ELBOUX, José Roberto. **Tipografia como elemento arquitetônico no art déco paulistano**: uma investigação acerca do papel da tipografia como elemento ornamental e comunicativo na arquitetura da cidade de São Paulo entre os anos de 1928 a 1954.

2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

FARIAS, Fernanda de Castro. **As expressões da modernidade no Brasil:** o lugar da arquitetura associada ao termo art déco. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – UFPB, João Pessoa, 2018.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Na rota do tempo** – Datas, fatos e curiosidades da história de Patos/Paraíba. João Pessoa: Imprell Editora, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

IPHAEP. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Processo n. 075 de 7 de abril de 2003. Comunicado de infração. **Processo interno do Instituto**. 2003a.

LUCENA, Damião. **Patos de todos os tempos:** A capital do Sertão da Paraíba. João Pessoa: Editora União, 2015.

MEDEIROS, Elis Dantas. Patrimônio Histórico-Cultural de Patos/PB: diagnóstico e diretrizes para sua gestão e preservação. *In:* ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA, 11. 2011.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR). **HISTÓRIA de Patos:** Paraíba 400 anos. Coedição: Comissão do IV Centenário Prefeitura Municipal de Patos; NDIHR/UFPB. João Pessoa: Grafset, 1985.

PARAÍBA. **Cinco anos de governo:** reportagem das festas do quinto aniversário do governo Argemiro de Figueiredo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas. João Pessoa: Departamento Estadual de Estatística, 1940.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Os correios e telégrafos no Brasil:** um patrimônio histórico e arquitetônico. São Paulo: MPS/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

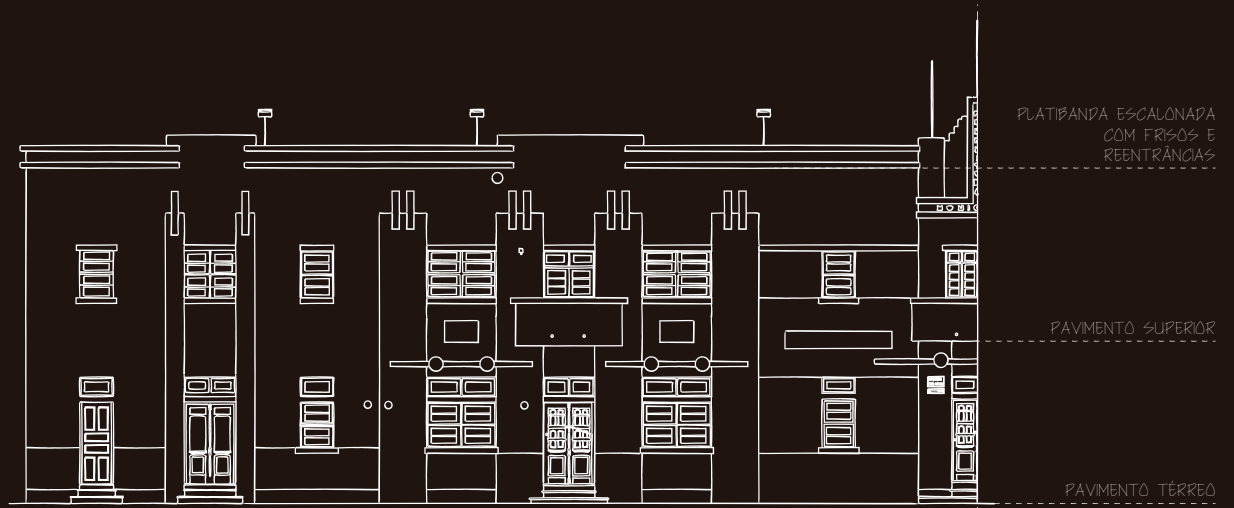
SILVA, Josinaldo Gomes da. **Imagens do Moderno em Patos – PB:** (1934-1958). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

REIS, Marcio Vinícius. **O art déco na obra Getuliana** – moderno antes do modernismo. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SOUZA, José Romildo. **Patos à morada do sol**. Texto adaptado do livro: À Procura do Tempo Perdido, um Olhar Saudosista sobre Patos, 2003. Disponível em: <http://www.funes.pb.gov.br/a-cidade-de-patos>. Acesso em: 10 dez. 2019.



TIPOGRAFIA EM ALTO-RELEVO

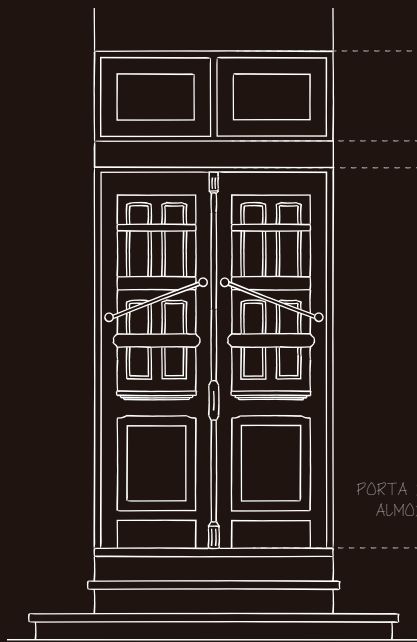


FACHADA LATERAL (RUA PEDRO FIRMINO)

PLATIBANDA ESCALONADA
COM FRISOS E
REENTRÂNCIAS

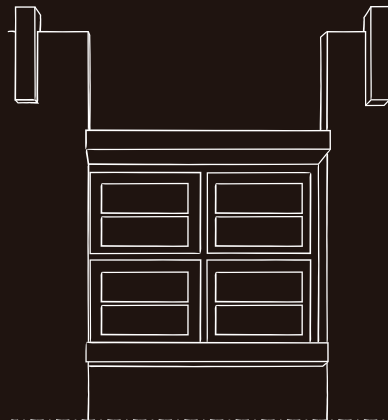
PAVIMENTO SUPERIOR

PAVIMENTO TÉRREO

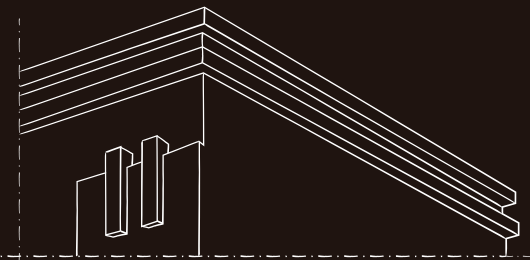


BANDEIRA FIXA EM
MADEIRA E VIDRO E
EMOLDURADA

PORTA DE DUAS FOLHAS COM
ALMOFADADAS E VEDAÇÕES
EM VIDRO



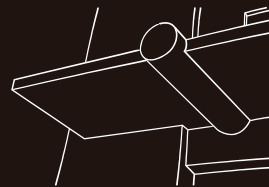
FENESTRAÇÕES INTERCALADA ENTRE VOLUMES
(ESQUADRIA BASCULANTE EM MADEIRA E VIDRO)

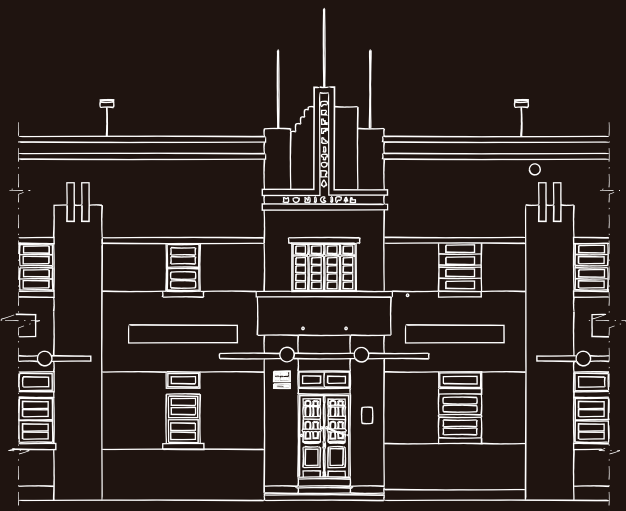


ALTO-RELO NA PLATIBANDA FORMANDO REENTRÂNCIAS



APLICAÇÃO DE MARQUESIS





FACHADA FRONTAL
(ESQUINA AV. PEDRO FIRMINO E AV. EPI TÁCIO PESSOA)

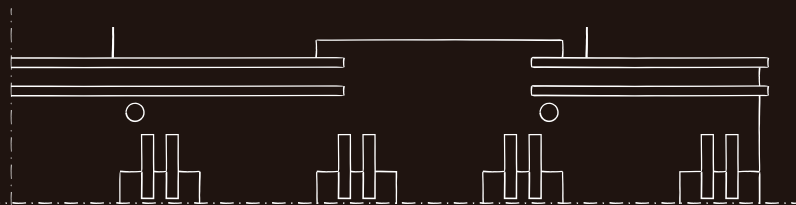


FACHADA LATERAL (AV. EPI TÁCIO PESSOA)

PLATIBANDA ESCALONADA
COM REENTRÂNCIAS

PAVIMENTO SUPERIOR

PAVIMENTO TÉRREO



COMPOSIÇÃO DE RITMO POR MEIO DE ALTOS-RELEVOS



RITMO DE ABERTURAS COM RELEVOS E PRESENÇA DE BALCÃO



BALCÃO COM PARAPEITO
E FRISO ACOMPANHANDO
CURVATURA DA FACHADA.
ACIMA DO ACESSO PRINCIPAL

Antiga

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA de Patos

Elis Dantas Medeiros

Erygeanny Machado de Lira

Fernanda de Castro Farias

Fernando de Oliveira Morais

João Paulo da Silva

- 3.1** Rastros da memória: espaço como elemento de recordação
- 3.2** A modernidade sobre trilhos e os caminhos da expansão urbana



3.1 RASTROS DA MEMÓRIA: ESPAÇO COMO ELEMENTO DE RECORDAÇÃO

Ao chegarmos ao que sobrou da Estação Ferroviária da cidade de Patos, sentimos o cheiro do abandono. O que outrora foi o símbolo do desenvolvimento econômico da cidade, hoje está, infelizmente, largado as intempéries do acaso. Mas, para lembrarmos dos ensinamentos de Pierre Nora (1983, p. 12), não seriam os “lugares de memória, antes de tudo, restos”? Em sociedades rápidas, ansiosas e voltadas para o futuro, como as atuais, esses lugares de memória se constroem e se mantêm pelo artifício e pela vontade da coletividade. São o que Nora (1983) chamou de “ilusões da eternidade”. É o caso da Estação Ferroviária, o que existe são resíduos de locais de memória mediados pela história.

A Estação Ferroviária está diretamente associada à vida econômica de Patos. Esta nos coloca em relação com os bens materiais, não pensemos aqui em valores, preços ou objetos físicos, mas no trabalho e no esforço das pessoas, compradores e vendedores, membros do grupo que construíram a memória econômica da cidade.

De acordo com Lucena (2015), a Estação Ferroviária de Patos seria uma rota essencial para o escoamento do algodão do Seridó, do sal de Mossoró, oiticica e gado do Ceará, com destino a Campina Grande, João Pessoa e Recife. Fica clara, então, a relevância da edificação para a memória econômica da cidade, como podemos observar na imagem 1. Ressalta-se, nesse ponto, a importância da comunicação por meio da língua, de imagens, de rituais e trocas de produtos (como o algodão, o sal e o gado) na construção e organização das memórias dos indivíduos e das culturas.

Imagem 1 – Estação Ferroviária de Patos, em construção

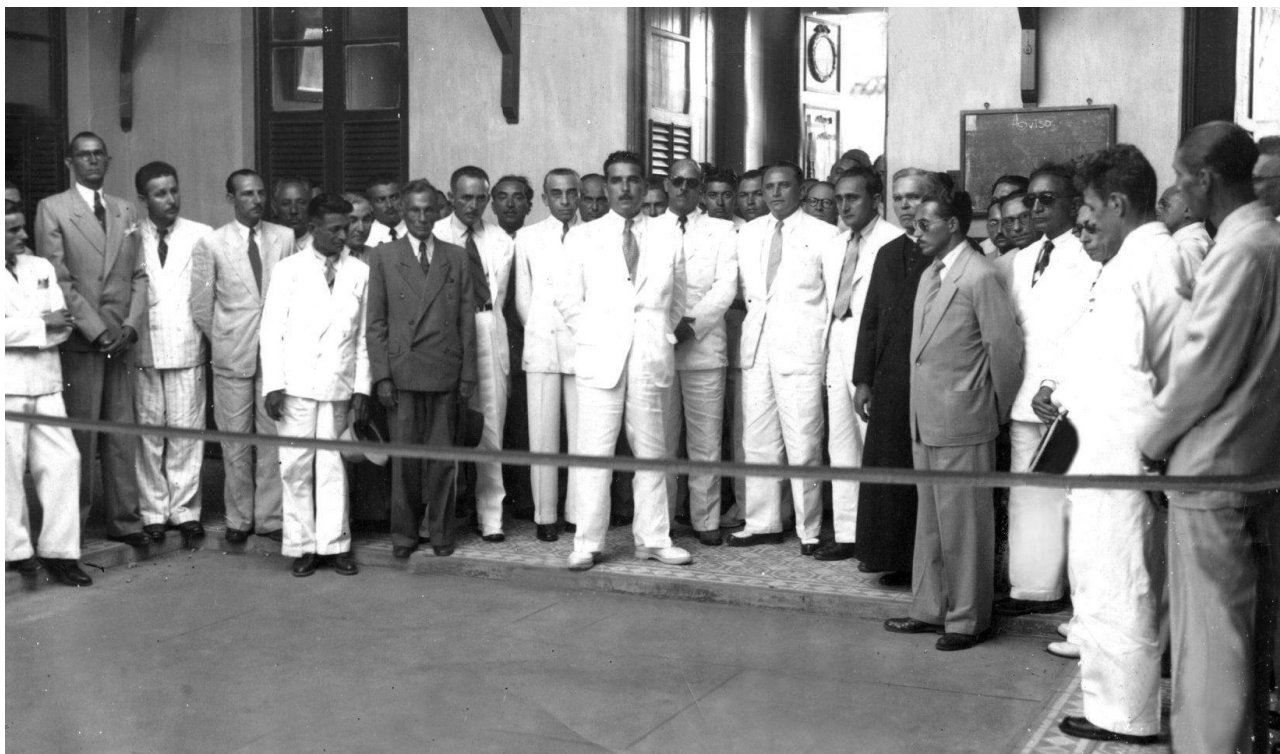


Fonte: Acervo da Rede de Viação Cearense

No caso da Estação Ferroviária, as mídias tecnológicas, essencialmente as fotografias, são mecanismos de armazenamento externos da memória. Sem estes, é impossível construir uma memória que transpasse gerações e épocas. As mídias externas de memória, de acordo com Assmann (2011), englobam localizações que são transformadas em lugares de memória, devido a algum acontecimento de ordem histórica, política, econômica ou biográfica. Esses lugares, como a Estação Ferroviária (que se encontra abandonada), podem preservar uma memória para além de fases de esquecimento coletivo. Após períodos de suspensão das atividades econômicas, de locomoção e de convívio desses locais, é possível ocorrer, a partir de políticas públicas patrimoniais, a “reanimação” do local não apenas como recordação individual, mas com a requalificação do lugar.

A análise de fotografias da Estação Ferroviária em funcionamento resgata a importância dos grupos e dos contextos culturais e sociais no qual a realidade social foi compartilhada (BITTENCOURT, 1994). Registra o passado e resgata a memória, como podemos ver no registro fotográfico da inauguração da Estação na imagem a seguir.

Imagem 2 – Inauguração da Estação ferroviária de Patos, em 1944



Fonte: Acervo Damiano Lucena

Nesse sentido, a Estação Ferroviária configuraria o que Assmann (2011, p. 15) denominou de “signo do acabado”. Essa lógica diz respeito ao caráter retrospectivo da lembrança, mobilizado apenas quando a experiência na qual a lembrança se baseia já estiver consolidada no passado. A lembrança, assim, desenvolve-se (atrelada a um) no símbolo acabado, como por exemplo, uma estação de trem.

Nessa perspectiva, e seguindo a interpretação de Halbwachs (1990), o espaço econômico é um lugar onde se formam ideias, opiniões e valores sobre as coisas, onde se trocam mercadorias e se transmite lembranças dos preços, quilos, quantidades; por essa razão serve de suporte à memória econômica. Em outras palavras, nesse tipo de espaço ocorre a reunião de grupos que têm como objetivo discutir os preços e os modos de transportar as mercadorias. É dentro desse quadro espacial formado por esses lugares que é possível rememorar as ações de troca, valor e deslocamento da mercadoria, quer dizer, o conteúdo da memória econômica.

A Estação Ferroviária, assim, corresponde tanto ao aspecto comercial e econômico, sobretudo, com o ciclo do algodão, como ao desenvolvimento da interligação da cidade de Patos com outras cidades de médio e grande porte da região. Dessa maneira, a estação não foi apenas um lugar para escoar produtos, mas um lugar de compra e venda, ou seja, de troca entre consumidores e produtores. A estação, representou assim, durante alguns anos, os contornos e os limites da sociedade econômica patoense, que têm seu cerne no contato estabelecido entre viajantes, comerciantes, produtores e consumidores.

Bem entendido, a Estação Ferroviária, ainda que abandonada pelas autoridades e correndo o risco de se tornar ruína, é a cristalização da lembrança simbólica no sentido que caracteriza um acontecimento ou experiência vividos em um determinado período histórico por um diverso grupo de pessoas. Por isso, pode ser caracterizada como um importante “lugar de memória” da cidade de Patos.

3.2 A MODERNIDADE SOBRE TRILHOS E OS CAMINHOS DA EXPANSÃO URBANA

Em 26 de janeiro de 1944, Patos recebeu o primeiro trem de passageiros, procedente de Fortaleza, marcando, assim, o término da construção da linha férrea vinda de Pombal (FERNANDES, 2003, p. 264). Em 19 de abril do mesmo ano, foi inaugurada oficialmente a ligação Patos-Fortaleza. O acontecimento foi noticiado em vários jornais locais da época, que ressaltaram a importância da ligação para a cidade, pois atendia às demandas do Sertão Paraibano, dentre elas um problema recorrente da região: a seca (SILVA, 2010, p. 5-6).

Visando soluções para amenizar essa questão e preocupados com o desenvolvimento econômico da região, representantes da elite paraibana encaminharam um pedido de prolongamento da linha férrea para o interior do estado ao governo federal, conforme relatado em um jornal local, datado de 1908. Cabe ressaltar que esse meio de transporte havia chegado à capital do estado, em 1880 e à cidade de Campina Grande em 1907 (SILVA, 2010, p. 2), um ano antes dessa solicitação.

As obras que convêm sejam executadas, traduzindo auxílios solicitados *lata venia* seja-nos permitido dizê-lo, devem obedecer à preocupação de empregar o maior número possível de trabalhadores, dando-se preferência àqueles de que resultam benefícios estáveis, prevenindo as deploráveis consequências da seca. Em tais condições estão os açudes pequenos, mas fartamente disseminados; os poços artesianos nos centros mais populosos e pelas estradas; **o prolongamento da estrada de ferro até o sertão, Patos, Pombal ou mais além**, partindo a linha de Alagoa Grande ou Campina Grande [...] e outras que o operoso Governo de V. Ex. julgar convenientes. (O NORTE, 1908, edição 154).

Assim, na década de 1920, deu-se início às obras ferroviárias no interior do estado, conforme fotografia da construção da Estação de Patos, datada de 1928 (ALMEIDA, 2018, p. 30). O prolongamento do trecho Fortaleza-Paraíba havia chegado às cidades de Sousa, em 1926 e de Pombal, em 1932¹⁵, uma vez que as obras do interior da Paraíba ficaram a cargo da administradora Rede Viação Cearense (RVC).

Imagem 3 – Construção da Estação Ferroviária de Patos, 1928



Foto: Bruno Almeida, 2016

Fonte: Rede Viação Cearense, fornecido por Maria Simone Moraes Soares

¹⁵ O jornal *A União* traz reportagens sobre a inauguração dos trechos ferroviários e das estações das cidades de Sousa e Pombal nas edições número 100, de 8 de maio de 1926, e número 246, de 26 de outubro de 1932, respectivamente.

Na década de 1930, ainda que as obras do edifício da Estação de Patos tivessem iniciado, jornais locais relataram atrasos no prolongamento da estrutura da linha férrea, devido a desvios de recursos financeiros, o que gerou na época uma cobrança da população:

Há um sobressalto da população local, diante de notícias segundo as quais seriam desviados para o Ceará, especificamente para a região de Sobral, não só os recursos, mas o próprio material destinado à construção do trecho ferroviário Pombal-Patos. Os recursos são da ordem de quatro mil e quinhentos contos de réis, alocados pelo Deputado Federal Pereira Lira, a quem um grupo de pessoas endereça o seguinte telegrama [...] Nós abaixo assinados, sensivelmente prejudicados pedimos V. Excia. que se digne patrocinar nossa justa causa, sentido seja terminada estrada de ferro aqui cujo entrave é uma falta de patriotismo e de justiça da coletividade. (A IMPRENSA, 1936: Edições de 29 de abril e 10 de julho *apud* FERNANDES, 2003, p. 234-235).

Desse modo, apenas em 1944, o trecho da linha férrea chegou à Patos e o edifício da estação foi inaugurado, ligando a cidade diretamente ao município de Pombal e, conseqüentemente, ao estado do Ceará. Quase uma década mais tarde, em 1955, foi feito o assentamento do primeiro trilho em direção à Campina Grande. A ligação entre Patos e Campina Grande era necessária, uma vez que a cidade sertaneja necessitava desse meio de transporte para comercializar seus produtos com as cidades de João Pessoa e Campina Grande, e a ferrovia vinda do Oeste, do estado do Ceará, servia mais para levar mercadorias à Patos do que escoar seus produtos para esse estado (FERNANDES, 2003, p. 264, 295 e 299).

Em 1957, chegou à cidade de Soledade o primeiro trem vindo de Campina Grande, esse acontecimento foi acompanhado por autoridades, engenheiros e altos funcionários da Rede Ferroviária do Nordeste (RFN), administradora que conduzia as obras do trecho ferroviário Patos-Campina Grande, que estavam sendo executadas pelas construtoras Camilo Collier e Castro Ferreira. No mesmo ano, o trem chegou também à cidade de Juazeirinho, tal ato inaugural contou com a presença do então presidente da república Juscelino Kubitschek e de outras autoridades federais, estaduais e municipais. (FERNANDES, 2003, p. 300).

Ainda em 1957, a RVC passou a ser incorporada como subsidiária da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Um ano depois, em 1958, a ligação das cidades de João Pessoa e Campina Grande com o interior do estado, almejada desde o início do século, foi finalmente concretizada por meio da inauguração do ramal Patos-Campina Grande. Essa ligação representou, ainda, outro objetivo desejado desde o início das obras no interior da Paraíba, o intercâmbio de Fortaleza com outras capitais nordestinas, a exemplo de João Pessoa e Natal, além de Recife, detentora de um porto, que possibilitaria, assim, o escoamento da produção de inúmeras cidades do Nordeste (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2010 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 19).

O ramal da Paraíba foi aberto ao tráfego entre 1923 e 1926, partindo da estação de Arrojado, na linha da antiga E. F. Baturité, construída em 1922 especialmente para dar partida aos trens do ramal. Entrava pela Paraíba através da cidade de Poço Adão e parava na cidade de Sousa. Nesta cidade, a partir de 1933, encontrou-se também a linha Mossoró-Sousa, vinda do Rio Grande do Norte. O ramal da Paraíba foi prolongado até Patos, em 1944 e em 1958,

com a união desta cidade à Campina Grande-PB, ficou definitivamente incorporado pela Rede Ferroviária do Nordeste, completando a ligação do Ceará às demais localidades do Nordeste, via Paraíba e Pernambuco (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2010 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 20).

O edifício da Estação, localizado à Rua Escritor Rui Barbosa, próximo à Praça dos Pombos, na divisa entre os bairros Centro e Belo Horizonte, simbolizou um momento importante para a cidade: a chegada dos trilhos e a possibilidade de trocas comerciais com estados vizinhos, notadamente com o estado do Ceará, e com outras cidades da Paraíba; um incremento na circulação de pessoas, mercadorias, materiais e dos recursos financeiros e técnicos. Além da instalação de uma grande empresa algodoeira nas proximidades, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (Sanbra)¹⁶, a presença da ferrovia proporcionou, ainda, a construção de uma praça nas suas imediações.

Porém, naquela época, a área na qual a estação foi construída ainda era bastante carente em termos de infraestrutura urbana, porém outra mudança digna de nota está relacionada com a emergência de uma rede de serviços em torno das estações, a exemplo de bares, cafés, hotéis, baixo meretrício etc. espécies de portas abertas para o mundo elas atraíam tanto a rede de serviços como a expansão urbana (ARANHA, 2007, p. 114 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 28).

O projeto do núcleo da estação era constituído por nove residências (destinadas aos funcionários da rede), pela Estação Ferroviária e por oficinas e galpões (ALMEIDA, 2018, p. 33). O engenheiro diretor de construções da empresa RVC, José Olinto, é apontado na historiografia recorrente como responsável por coordenar as obras do edifício, uma vez que esteve presente na sua inauguração (SILVA, 2011, p. 60). Contudo as informações sobre o projeto original são escassas.

A construção de um edifício associado, desde a sua função, a uma imagem moderna, como a Estação Ferroviária, carrega consigo o simbolismo de um espaço importante para o município. Em Patos, o edifício foi implantado em um terreno estratégico, um grande largo, próximo à área central e às principais avenidas, solto no lote, proporcionando a visibilidade das quatro fachadas da edificação e propagando a ideia de progresso e modernidade para a população local.

Fica evidenciado então, o impacto causado pelo trem de ferro na cartografia urbana de Patos, pois além de atrair uma rede de serviços para as imediações da estação ferroviária, esta, tornou-se também ponto de novas sociabilidades, local para onde afluíam: senhoritas, cavalheiros e rapazes a fim de assistirem a chegada do trem (SILVA, 2011, p. 65).

Em meados do século XX, a cidade de Patos passava por um processo de incremento populacional¹⁷ e expansão urbana. O desejo de ser “grande e moderna” deveria estar explícito nas ruas, nas praças, nos calçamentos, nos serviços de abastecimento de esgoto e água, por meio dos melhoramentos urbanos e também na construção de novos edifícios, como a Estação Ferroviária.

¹⁶ A instalação da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (Sanbra) data de 1936, ano no qual se instala na cidade outra grande indústria de beneficiamento do algodão, a Anderson Clayton (SILVA, 2010, p. 7). Vale ressaltar, ainda, que a Algodoeira Horacio Nobrega S.A. também foi locada nas proximidades da Estação, porém mais tardiamente, na década de 1960 (LUCENA, 2015 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 43).

¹⁷ De acordo com o Recenseamento Geral do IBGE, em 1950, o município possuía àquela época, 49.540 habitantes, destes, 34.290 estavam no quadro rural, 13.672 no urbano e 1.578 no quadro suburbano. Esse número correspondia à terceira em população do estado da Paraíba, a saber, a primeira era a capital, João Pessoa, com 89.517 habitantes, seguido por Campina Grande, com 72.464 habitantes.

Imagem 4 – Estação ferroviária de Patos, na década de 1990



Fonte: Acervo Misael Nóbrega

As estações ferroviárias, classificadas entre os chamados novos programas, foram recorrentemente reproduzidas com elementos formais associados ao *art déco*. O estilo se baseava na geometrização do ornamento, produzido em série, e na simplificação das composições volumétricas, inerentes à busca pela racionalização da construção. Nesses edifícios, as elites visualizavam e vivenciavam, por meio da arquitetura, uma imagem de modernidade.

No contexto nacional, Farias (2018) identificou, pelo menos, 15 estações ferroviárias filiadas ao *art déco* na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*¹⁸. Alguns desses exemplares seguiam uma padronização, tanto nas técnicas quanto nos materiais construtivos. O projeto implantado na cidade de Patos, por exemplo, seguia um padrão que foi reproduzido em outros exemplares da RVC, conforme registros de edifícios da administradora nas cidades de Barbalha e Missão Velha, no estado do Ceará, e na cidade de Pombal, na Paraíba. A reprodução de um projeto padrão promovia agilidade e redução de custos no processo da construção.

¹⁸ A coleção *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* foi editada pelo IBGE entre 1957 e 1964, objetivando uma sistematização das informações estatísticas e geocientíficas do território brasileiro, priorizando o município, mas oferecendo também informações sobre as grandes regiões brasileiras, tanto no que tangia aos aspectos físicos (relevo, clima, vegetação, hidrografia), quanto nas características demográficas e socioeconômicas. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/enciclopedia-dos-municipios-brasileiros.html> Acesso em: 16 mar. 2017.

O edifício da Estação de Patos é marcado por linhas e volumes compactos, um único bloco com simplificação formal das linhas gerais e das fachadas, em busca do despojo ornamental. O partido é predominantemente horizontal, com composição tripartida em base, corpo e coroamento. O embasamento apresenta material distinto do corpo do edifício, provavelmente uma argamassa composta de algum tipo de aglomerante, como o cimento.

Nas fachadas frontal e posterior, a composição é simétrica e marcada por uma divisão em três partes verticais: o enquadramento central, composto por uma porta e duas janelas baixas, e duas partes laterais compostas por uma porta e duas esquadrias altas. Cabe ressaltar que as janelas baixas são em madeira, com duas folhas de abrir; as esquadrias altas na fachada frontal são vedadas com gradil de ferro e na fachada posterior com uma textura de desenhos geométricos no seu material de vedação. O uso do ferro, nas pequenas esquadrias da fachada frontal, é considerado uma inovação técnica para a época. Todas as portas e janelas são emolduradas por elementos geométricos com discreta decoração.

Nessas fachadas aparecem quatro faixas verticais em alto-relevo que sacam da alvenaria de vedação, chegam até a platibanda, com uma discreta sobreposição de planos, gerando um relevo na fachada, que não guarda relação com a estrutura do edifício, conservando a técnica construtiva de alvenaria tradicional. Nos quatro cantos da edificação aparecem, ainda, pilastras geometricamente estilizadas que, com uma altura um pouco maior, sacam da alvenaria de vedação e quebram a horizontalidade do volume.

Ainda no corpo do edifício, há, próximo à parte superior da porta central, em ambos os lados, um elemento decorativo geometrizado, escalonado, com formato similar a um "T", em alto-relevo, um dos poucos elementos decorativos presentes nas fachadas da edificação.

O coroamento é demarcado por um friso horizontal que contorna toda a edificação. Com essa marcação da linha de respaldo das paredes, há um destaque para a platibanda, que é composta pelo arranjo de formas geométricas retangulares repetidas e justapostas, um tipo de relevo de fachada de efeito escalonado, obtido mediante a sobreposição de sólidos regulares.

A adoção da platibanda, que arremata o topo da edificação para esconder o telhado tradicional em estruturas de madeira e telhas de barro, é uma constante na produção *art déco* no Brasil. Um detalhe nesse exemplar é a presença de um grande alpendre suspenso por pequenas tesouras de ferro e coberto por telha colonial aparente, na fachada posterior. Essa solução é recorrente nesse tipo de programa, funcionando como abrigo para os passageiros que esperavam o trem.

Outro elemento recorrente nas estações ferroviárias era um letreiro em tipografia nominativa com o nome da cidade. Em Patos, o elemento aparecia com tipografia simplificada. Nas fachadas posterior e frontal, ocupavam lugar de destaque como elementos centrais na platibanda, enquanto nas fachadas laterais eram localizados no corpo do edifício. Nos dias atuais, o letreiro permanece apenas em uma das fachadas laterais, as camadas de pintura, contudo, tornaram o elemento quase imperceptível.

Na cidade de Patos, a Estação Ferroviária configura-se como a única edificação tombada pelo órgão de proteção estadual ao patrimônio. O Decreto n. 22.082, de 3 de agosto de 2001, homologou o tombamento temático das estações ferroviárias e dos seus respectivos conjuntos de imóveis (casas de mestre de linha, armazéns e escritórios) do estado da Paraíba¹⁹, por meio da Deliberação n. 0046/2001, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (Conpec) – órgão superior do Iphaep.

Segundo o decreto, tais bens propostos para proteção estão inseridos dentro de uma temática representativa da formação histórica, artística e cultural, não somente da sociedade paraibana, como também do Nordeste. O decreto ainda esclarece que

[...] o CONPEC reconheceu o inevitável valor do patrimônio ferroviário edificado, característico da época de ascensão da Ferrovia no Estado da Paraíba, ao aprovar o tombamento temático das EFs, pertencentes à Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), com a intenção de resgatar e preservar a memória ferroviária na região (IPHAEP, 2001).

Além disso, por meio Lei n. 11.483 de 31 de maio de 2007, o Governo Federal declarou que cabe ao Iphan “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção”. Ainda de acordo com a lei, a propriedade da Estação Ferroviária de Patos, assim como dos bens móveis e imóveis operacionais da antiga rede, foi conferida ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), uma vez que a RFFSA foi extinta (BRASIL, 2007).

A partir da Portaria do Iphan n. 407, de 21 de dezembro de 2010, foi instituída a *Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário*, que visava inscrever todos os bens reconhecidos como detentores de valor artístico, histórico e cultural que apresentassem

[...] correlação com fatos e contextos históricos ou culturais relevantes, inclusive ciclos econômicos, movimentos e eventos sociais, processos de ocupação e desenvolvimento do País, de seus Estados ou Regiões, bem como com seus agentes sociais marcantes (IPHAN, 2010).

Em 18 de janeiro de 2011, o edifício da Estação Ferroviária de Patos passou a integrar essa lista²⁰, juntamente a outros 638 bens, que receberam o direito à proteção federal.

O tombamento, ainda que simbólico, e a proteção do bem, ainda que inserindo a Estação em um contexto geral da história ferroviária brasileira, não exclui a importância da edificação para a cidade: um marco que representa uma época importante da história local e regional, desde o cultivo e comercialização do algodão a uma época em que a expansão e outras trocas comerciais se davam por meio dos trilhos; da interiorização desse meio de transporte, e; das possibilidades advindas com essa linha férrea, construída inicialmente para solucionar problemas relacionados à seca do sertão nordestino.

¹⁹ Outras municípios e distritos paraibanos com estações ferroviárias tombadas: Alagoa Grande, Bananeiras, Borborema, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande (Sede), Cruz do Espírito Santo, Duas Estradas, Galante (Distrito de Campina Grande), Ingá, Itabaiana, Jacaré (Distrito de Cabedelo), João Pessoa (Sede), Pilar, Pirpirituba, Pombal, Santa Rita e Sousa.

²⁰ Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (Iphan). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/503>. Acesso em: 8 mar. 2021.

Mesmo com o status de edifício tombado a nível estadual e protegido a nível federal²¹, a estação encontra-se, atualmente, sem uso. É possível perceber, ainda, modificações bruscas no seu entorno, como a construção de um edifício público próximo ao imóvel, no espaço conhecido localmente como praça dos Pombos, e a construção, em 2019, de um *shopping center* de grande porte, no quarteirão onde existia a antiga fábrica da Sanbra. Essas mudanças da paisagem nas proximidades da edificação acentuam a preocupação com o futuro da estação, que está atualmente abandonada e sem perspectiva de revitalização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruno. **A linha férrea e sua importância para o desenvolvimento da cidade de Patos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdades Integradas de Patos, Patos, 2018.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

A UNIÃO. **Número 100, de 8 de maio de 1926**. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920> Acesso em: 23 nov. 2020.

A UNIÃO. **Número 246, de 26 de outubro de 1932**. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30> Acesso em: 23 nov. 2020.

BITTENCOURT, Luciana. A fotografia como instrumento etnográfico. **Anuário Antropológico**, n. 92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

BRASIL. **Lei n. 11.483**. 31 de maio de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 de maio de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm. Acesso em: 22 nov. 2020.

FARIAS, Fernanda de Castro. **As expressões da modernidade no Brasil: o lugar da arquitetura associada ao termo art déco**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – UFPB. João Pessoa, 2018.

FERNANDES, Flávio Sátyro. S. **Na Rota do Tempo: Datas, fatos e curiosidades da história de Patos**. João Pessoa: Imprell, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP). **Decreto 20.082**, 03 de agosto de 2001. Tombamento Temático das Estações Ferroviárias da Paraíba. Diário Oficial do Estado da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 04 de agosto de 2001.

²¹ Enquanto o Iphaep conferiu tombamento ao conjunto de imóveis que compõem o Complexo Ferroviário, o Iphan conferiu proteção exclusivamente ao edifício da estação.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria n. 407**. 21 de dezembro de 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao?pagina=8>. Acesso em: 25 set. 2020.

IPHAN. **Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário**. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/503>. Acesso em: 8 mar. 2021.

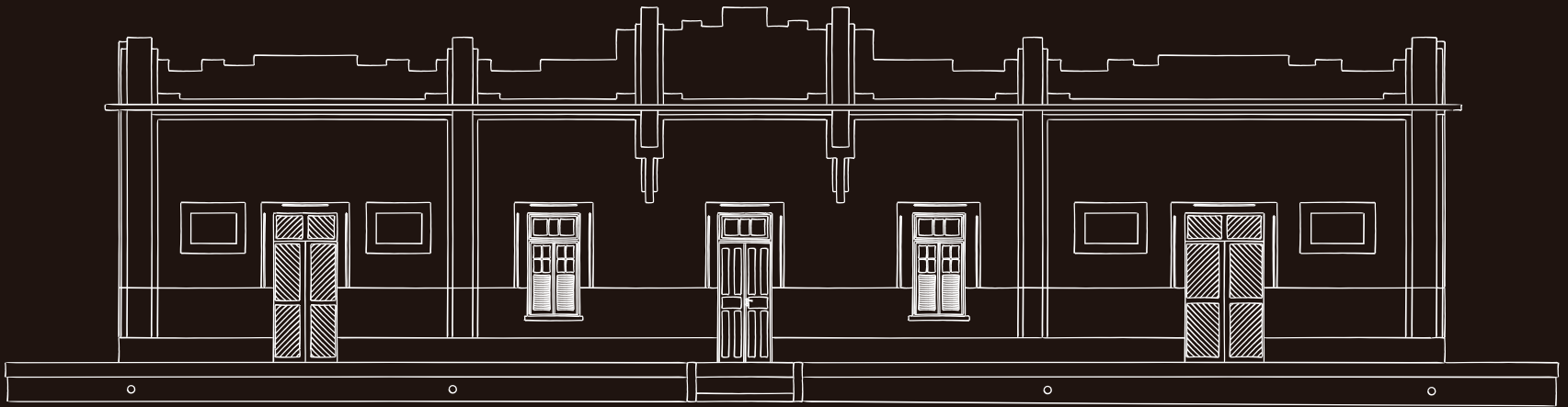
LUCENA, Damião. **Patos de todos os tempos** – A capital do sertão da Paraíba. João Pessoa: Editora União, 2015.

NORA, Pierra. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **História**. n. 10. São Paulo, dez. 1983.

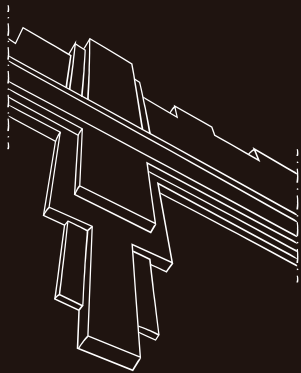
O NORTE. **Edição 154, de 12 de novembro de 1908**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SILVA, Josinaldo Gomes da Silva. A estação ferroviária de Patos e as sensibilidades do moderno (1950-1960). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA. 10., 2010, Recife. p. 13.

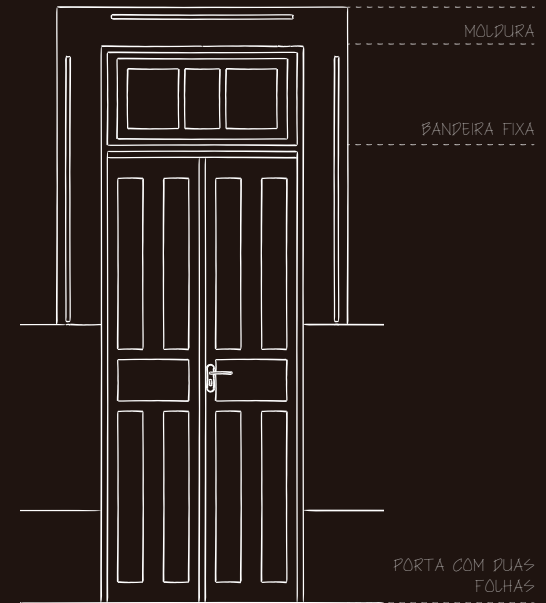
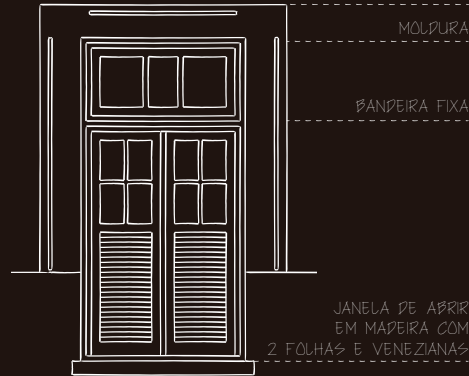
SILVA, Josinaldo Gomes da Silva. **Imagens do Moderno em Patos – PB: (1934-1958)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2001.



FACHADA FRONTAL (RUA LEÔNIO WANDERLEY)

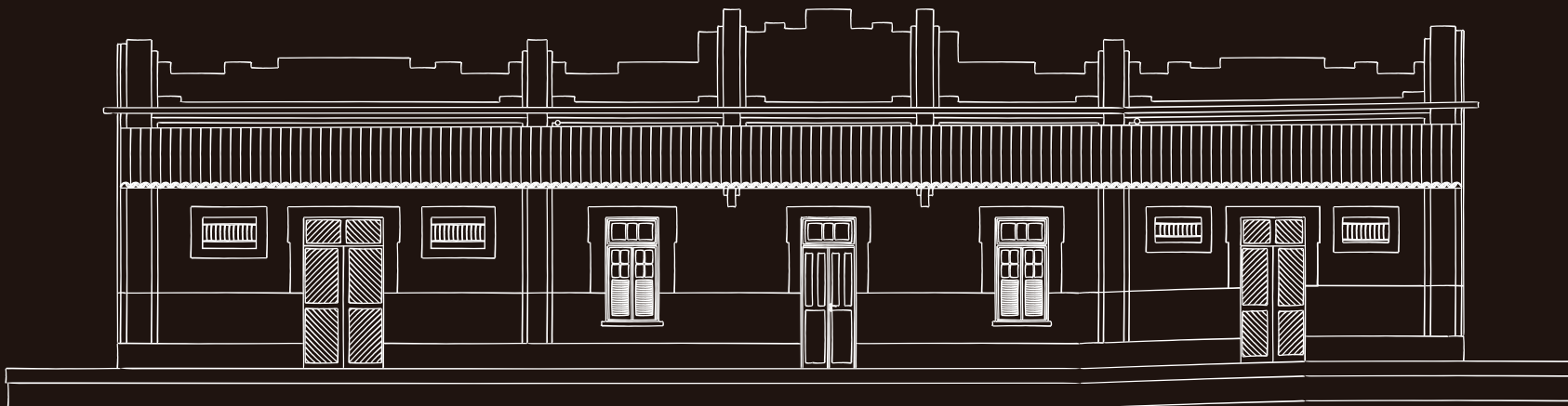


RELEVO PERPASSANDO LINHA DA FAIXA E PLATIBANDA ESCALONADA

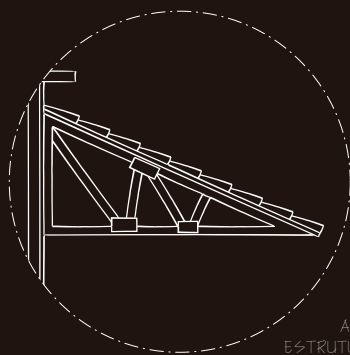


ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PATOS

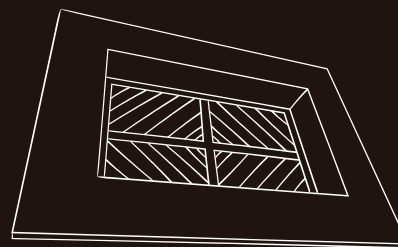
DETALHAMENTO ARQUITETÔNICO



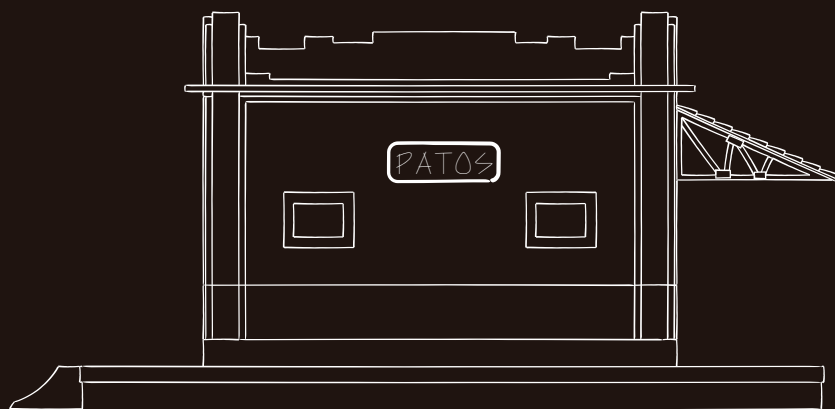
FACHADA POSTERIOR



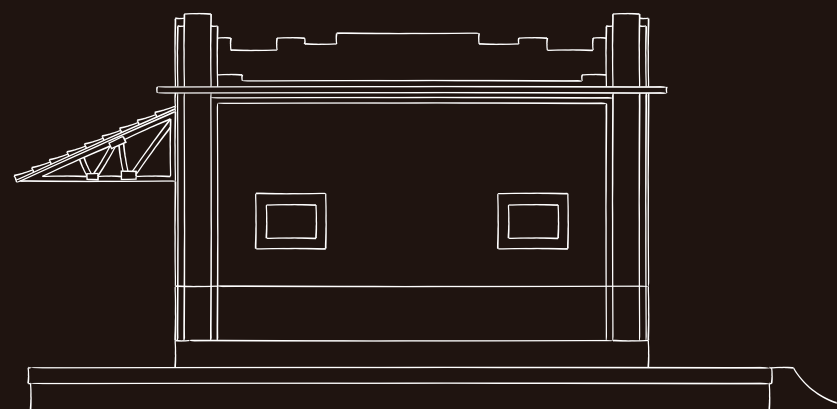
ALPENDRE COM
ESTRUTURA METÁLICA



RELEVO E REENTRÂNCIA
NAS FACHADAS EM RITMO
COM AS DEMAIS ABERTURAS



FACHADA LATERAL ESQUERDA



FACHADA LATERAL ESQUERDA

POLÍTICAS PÚBLICAS

e Patrimônio Edificado na Cidade de Patos

*Erygeanny Machado de Lira
Uriel Lucas dos Santos*

- 4.1** Mapeando o problema
- 4.2** Formulando o problema
- 4.3** Tecendo uma solução



A Constituição Cidadã de 1988 ampliou significativamente a autonomia dos municípios brasileiros, reiterando a sua importância na estrutura político-administrativa da federação, concedendo autogoverno e estipulando competências legislativas e administrativas em relação às do estado e da União. No que se refere à área de patrimônio, a Constituição de 1988, em seu art. 30, inciso IX, promulga que compete aos municípios “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (BRASIL, 1988).

Seguindo a letra da lei, fica claro que compete aos governos locais delimitar juridicamente o patrimônio histórico-cultural da cidade e promover a fiscalização e a proteção desse bem. Nesse sentido, os municípios passaram a se estruturar, de forma legal e administrativa, para coordenar seu patrimônio tendo como referência a descentralização administrativa proposta pela Constituição Federal de 1988. Dessa maneira, as medidas tomadas por alguns municípios no Brasil têm como orientação a conscientização da preservação do patrimônio, que muitas vezes é considerado um instrumento para estimular o desenvolvimento socioeconômico local, gerando novos ganhos para a comunidade.

A valorização do patrimônio histórico-cultural passa necessariamente pela reabilitação de prédios, festas, danças, comidas etc., importantes para a formação da memória social do local. Neste capítulo, como ao longo de todo o livro, focaremos na valorização, preservação e reabilitação do patrimônio edificado das cidades, especificamente da cidade de Patos.

É fundamental termos em mente que para existir uma verdadeira valorização, reabilitação e preservação do patrimônio edificado de uma cidade é imprescindível um conjunto de instrumentos e práticas concretas de políticas públicas. Mas o que são políticas públicas?

Não há uma única definição de políticas públicas, visto que o conceito varia de acordo com a perspectiva teórica adotada e o contexto social e político ao qual ele se aplica. Quer dizer, então, que a resposta à pergunta “o que é política pública?” não é simples nem fácil.

De um modo geral, as políticas públicas têm como objetivo o bem-estar coletivo, alcançado por meio da manutenção de direitos de acesso à saúde, à habitação, à educação, ao lazer. Para Lynn (1980), as políticas públicas estudam as ações do governo baseando-se nos efeitos específicos que irão produzir. Peters (1986), seguindo a mesma linha de raciocínio, define política pública como a soma das atividades dos governos que influenciam na vida dos cidadãos. Dye (1984) resume a definição como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida é de Laswell (1936), isto é, “quem ganha o quê, quando e como” com determinada política pública.²² Para efeitos de análise, neste capítulo tomaremos como base o conceito de política pública sintetizado pelo cientista político Eduardo Marques (2018), qual seja:

[...] [um] conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo. Trata-se do estudo do “Estado em ação” [...], portanto, estudar políticas públicas é analisar por que e como o Estado age como age, dadas as condições que o cercam (MARQUES, 2018, p. 24).

²² Todo este parágrafo é baseado no artigo de Celina Souza (2003). Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt14-16/4232-csouza-estado-da/file> e no livro *Políticas Públicas* (2010) da cientista política Marta M. Assumpção Rodrigues.

Dessa forma, as políticas públicas podem estar voltadas para as demandas na área da saúde, do combate à violência, da desigualdade social, da educação, da cultura, bem como para a valorização, reabilitação e preservação do patrimônio histórico-cultural. O processo de formulação de políticas públicas na área do patrimônio histórico-cultural exige uma atuação governamental descentralizada e participativa, a nível local, para que atenda e beneficie os interesses de toda a comunidade envolvida.

O empenho por ações públicas em defesa da preservação do patrimônio histórico edificado passa por difíceis etapas, visto que vão além da mera aplicação de ações institucionais e jurídicas de preservação. A formulação e implementação de uma ação preservacionista apenas é possível quando o bem (móvel e imóvel, material ou imaterial) a ser preservado é reconhecido como parte constituinte da memória social, política, econômica e cultural da e pela comunidade, a qual, identificando-se com determinado “prédio”, interage no processo de valorização e torna concreta e bem-sucedida a ação de preservação.

Tendo em mente os conceitos de políticas públicas e o contexto de descentralização municipal, especificamente no que diz respeito a políticas públicas para o patrimônio, este capítulo visa delimitar o problema das políticas públicas de patrimônio histórico edificado no município de Patos, cidade localizada no sertão do estado da Paraíba, e aventar algumas soluções para que a questão da valorização, reabilitação e preservação do patrimônio edificado entre na agenda política (da comunidade) e formal (da prefeitura). Para isso, dividimos o capítulo em três partes. Na primeira, denominada “mapeando o problema”, traçaremos em linhas gerais o contexto das políticas de patrimônio na Paraíba e em Patos. Na segunda, chamada “formulando o problema”, tentaremos formular o problema da política e/ou não política de patrimônio na cidade de Patos. Por fim, na terceira parte, intitulada “tecendo soluções”, buscaremos vislumbrar novas possibilidades que guiem a ação político-administrativa na área do patrimônio histórico edificado. A pergunta que norteará as próximas páginas é a seguinte: há políticas de valorização, reabilitação e preservação do patrimônio histórico edificado na cidade de Patos?

4.1 MAPEANDO O PROBLEMA

A área do patrimônio subentende atribuição de significado a determinados bens. Compreende noções que se modificam com o tempo e com os valores da sociedade. Está em diálogo constante com os conceitos de modernidade, identidade e nacionalidade e a sua construção, sublinha Meira (2001), perpassa momentos em comum com os percursos dos conceitos de história, arqueologia, arte e arquitetura.

As políticas públicas de patrimônio são majoritariamente encabeçadas por arquitetos, tanto no Brasil, como, de maneira mais geral, nos países ocidentais. Esses técnicos trabalham em nome de um interesse comum que é, em alguns casos, o interesse da classe dominante declarado por meio do Estado. Porém as políticas públicas de patrimônio pressupõem a participação dos cidadãos. Por participação, entende-se a parte da gestão que se realiza junto

aos atores sociais diretamente envolvidos no processo. Na gestão de uma cidade, por exemplo, a participação dos cidadãos pode ser espontânea ou estimulada por uma política pública.

A tarefa de incentivar a formulação e a implementação de uma política pública cabe ao analista de políticas públicas. É ele quem deve ser capaz de entender o que levou um problema público a aparecer, a ganhar relevância dentro da comunidade política, quais as soluções que existem para atenuar ou extinguir tal problema, por que tais soluções não foram implementadas, quais são os obstáculos para a efetivação de determinadas medidas, quais são as possibilidades de que certas medidas tragam de fato os resultados esperados, como avaliar os impactos de uma política pública. Em outras palavras, só existe política pública se existir um problema público a ser enfrentado, visto que é por meio das políticas públicas que se elaboram orientações para solucionar um problema público: o analista de políticas públicas orienta a atividade ou a passividade de alguém ou de algum órgão do governo.

Voltando para a discussão sobre as políticas públicas de patrimônio e, agora, mais especificamente, para as políticas de patrimônio histórico edificado na cidade de Patos, podemos perceber, a falta de cuidado com o patrimônio material da cidade, nomeadamente com os prédios analisados ao longo deste livro: Igreja Nossa Senhora da Conceição, Prefeitura Municipal de Patos e Estação Ferroviária. A consequência da negligência das autoridades municipais com o patrimônio edificado, em maior ou menor grau, afeta a percepção dos cidadãos patoenses sobre a construção histórica da cidade e, em última instância, distancia o cidadão da coisa pública, ou seja, do exercício da cidadania. Nesse sentido, a não preservação do patrimônio edificado acarreta a não preservação da história local. Eis uma forma de percebermos o problema da política pública de patrimônio na cidade de Patos.

Na verdade, ao acompanharmos os raros documentos sobre as políticas de patrimônio em Patos, percebemos o seu caráter intermitente.

A cidade, como a maioria das cidades de médio e pequeno porte do país, é administrada pelo *Código de Urbanismo e Obras* (Plano Diretor), Lei n. 1.081 de novembro de 1974, atualizado pela Lei 1.247/79 de 20 de julho 1979. Nesse documento, a preocupação com as edificações histórico-culturais aparece já no Livro I, intitulado *Do Urbanismo*. Diz o Código:

O Presente CÓDIGO DE URBANISMO E OBRAS, aplica-se a todo este Município, disciplinando a organização do espaço, fixando diretrizes para todas as construções, objetivando dotar a cidade de condições favoráveis de habitação, meios de circulação, locais de trabalho e lazer, de forma harmônica e em consonâncias com a *preservação de locais paisagísticos e edificações de valor histórico e/ou cultural* (PATOS, 1979, art. 1º, p. 5, grifo nosso).

Pela leitura da lei, cabe ao município delimitar, promover, incentivar e preservar as edificações de valor histórico-cultural. Essa interpretação é confirmada no art. 4 do mesmo código: “Caberá ao Poder Público conservar as edificações ou conjunto de edifícios comprovadamente de valor histórico e/ou cultural para a comunidade local” (PATOS, 1979, art. 4º, p. 5). Entretanto essas são as únicas menções ao patrimônio histórico-cultural edificado da cidade em todo o *Código de Urbanismo e Obras* do município.

Essa preocupação, ainda que tímida, com o patrimônio histórico-cultural pode ser entendida a partir de uma política maior, com vistas a promover o desenvolvimento social e econômico do Nordeste. Em 1971, foi criado o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), órgão estadual voltado exclusivamente para a problemática da preservação do patrimônio paraibano, entretanto seu efetivo funcionamento só se deu a partir de 1974²³.

Em 1978, foi promulgado o Decreto-Lei n. 7.819, que delibera sobre o cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no estado da Paraíba. Esse decreto, editado quatro anos após o início do funcionamento do instituto, definia como se daria o ato de tombamento e cadastramento, mas, sobretudo, dava força de lei indispensável ao Iphaep para, a partir daquela data, e com respaldo jurídico-legal, buscar a defesa do patrimônio histórico-cultural da Paraíba.

O art. 1 do decreto-lei dispõe que estariam sob proteção e vigilância do Iphaep “os bens móveis e imóveis, atuais e futuros, existentes nos limites do seu território”, dividindo-os em cinco grupos:

- I – Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativa de determinada época ou estilo;
- II – Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fatos memoráveis da História Local ou a pessoa de excepcional notoriedade;
- III – Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de “habitat” a espécies interessantes da flora e da fauna locais;
- IV – Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;
- V – Ruas, logradouros, praças, largos, tudo enfim que possa caracterizar o ambiente histórico-arquitetônico, de quaisquer cidades do Estado

(Decreto-Lei n. 7.819, de 24/10/1978. Publicado no D.O. do Estado em 26/10/1978, p. 3-5)²⁴.

Como podemos perceber, a década de 1970 foi fundamental para a estruturação do aparato jurídico-administrativo das políticas de patrimônio no estado da Paraíba, por isso, a breve referência ao tema no *Código de Urbanismo e Obras* da cidade de Patos não deve ser menosprezada.

Porém apenas no ano de 1998, ou seja, quase duas décadas após a publicação do *Código de Urbanismo e Obras* da cidade (1979), por meio de requerimento do Instituto Histórico e Geográfico de Patos (IHGP), o Iphaep começou os primeiros estudos sobre o patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade. Alguns anos mais tarde, ocorreu o cadastramento de alguns edifícios, tais como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, erguida ainda no século XVIII em estilo barroco; a Igreja de Nossa Senhora da Guia, igreja matriz da cidade; a Prefeitura Municipal, sede do Poder

²³ Para um estudo detalhado sobre a política de preservação na Paraíba desde a criação do Iphaep, na década de 1970, até a primeira década do século XXI, ver Oliveira (2009).

²⁴ A legislação estadual sobre tombamento foi compilada por Adelmo Medeiros. Disponível em: https://adelmodemedeiros.blogspot.com/2007/12/paraba-legislao-estadual-de-tombamento_14.html. Acesso em: 18 jul. 2021.

Executivo do município, ambas construídas nos anos 1940, com traços *art déco*; a antiga Cadeia Pública Municipal, dos anos 1950, dentre outras igrejas²⁵.

O início dos anos 2000 trouxe novos ares para a política de patrimônio na cidade de Patos, pois, em 2001, aconteceu o tombamento da Estação Ferroviária, datada de 1944, de estilo *art déco*, decorrente de um projeto maior do Iphaep e posteriormente ratificado pelo governo federal, por meio da Lei n. 11.483 de 31 de maio de 2007, que preceitua no art. 9º:

Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção” (BRASIL, 2007).

Em 21 de dezembro de 2010, foi lançada a portaria n. 407, estabelecendo os procedimentos administrativos específicos no tocante à valoração, gestão e administração dos bens integrantes do patrimônio ferroviário.

O tombamento da Estação Ferroviária da cidade diz muito sobre o modo como, até então, operacionalizam-se as políticas de patrimônio em Patos. O projeto de tombamento partiu, como vimos, da administração em nível macro (estado e União) para o nível micro (municipal), o que subverte a lógica descentralizadora das políticas de patrimônio que partem do local (micro) para o federal (macro). É importante ressaltar, nesse caso, que o processo de tombamento não significou, necessariamente, preservação. A Estação Rodoviária, como vimos neste livro, está sem uso e deteriorada, pois, de acordo com a Prefeitura Municipal de Patos, a Rede Viação Cearense ainda não concedeu aval para a implementação de um museu na edificação.

A nível local só teremos alguma movimentação da Prefeitura de Patos, na área das políticas de patrimônio, em 2008, com a lei n. 3.749, que criou o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Patos (Copahc) – com a finalidade de auxiliar a administração na orientação, planejamento e julgamento pertinentes ao patrimônio histórico-cultural da cidade.

De acordo com a letra da Lei, as principais funções do Compahc são:

- I. Assessorar a Administração Municipal nos assuntos pertinentes ao patrimônio histórico, artístico e cultural do Município;
- II. Estabelecer critérios para enquadramento dos valores culturais, representados por peças, prédios e espaços a serem preservados, tombados ou desapropriados;
- III. Propor a inclusão ou exclusão, no patrimônio histórico, artístico e cultural do Município, de bem considerado de valor histórico artístico, cultural e paisagístico;
- IV. Propor, por todos os meios a seu alcance, a defesa do patrimônio histórico artístico e cultural;
- V. Dar parecer em pedidos de demolição e qualquer outro aspecto sobre móveis e imóveis que tenha significação histórica artística, cultural e paisagística para o Município;

²⁵ Esses dados foram trabalhados por Medeiros (2011).

VI. Opinar sobre qualquer assunto pertinente ao patrimônio histórico artístico e cultural do Município, quando solicitado pelo Prefeito Municipal ou pelos Secretários Municipais.

VII. Manter intercâmbio com os órgãos e entidades co-gêneros, inclusive com o Instituto Histórico Geográfico da Paraíba, visando melhor desempenhar suas finalidades (PATOS, D. O. do Município, 2008, p. 1-2).

A criação do Compahc é muito importante para as políticas de patrimônio da cidade, entretanto, por questões burocráticas, o órgão ainda não está ativo, o que prejudica a gestão e a preservação do patrimônio da cidade.

4.2 FORMULANDO O PROBLEMA

A instável política de patrimônio na cidade de Patos nos leva a um dos principais pontos da bibliografia sobre políticas públicas: quando uma questão se torna importante e chama a atenção do governo a ponto de integrar a agenda política oficial do município, do estado ou da União? Ou, dito de outras maneiras, por que alguns problemas se tornam importantes para o governo? Como uma ideia – por exemplo, a preservação do patrimônio histórico-cultural edificado – se insere no conjunto de preocupações dos formuladores de políticas, transformando-se em uma política pública?

As pessoas não conseguem prestar atenção em todos os problemas ao mesmo tempo, por isso concentram-se em alguns deles, ignorando outros. Para compreender esse processo de seleção, Kingdon (2003) parte da diferenciação entre problemas e questões. Uma questão, de acordo com o autor, é uma situação social percebida, mas que não provoca uma ação do governo para resolvê-lo. Já um problema é aquele que chama a atenção dos formuladores de políticas que acreditam que devem fazer algo a respeito.

Para que um problema chame a atenção dos participantes de um processo decisório, despertando a atenção dos formuladores de políticas públicas, é necessário, antes de qualquer coisa, obter dados quantitativos capazes de demonstrar a existência de uma situação que precisa de atenção. Em seguida, também é fundamental construir uma interpretação de que determinado problema é um símbolo importante para a comunidade. Por fim, mas não menos importante, é preciso construir um processo de barganha e negociação política composto por três elementos: a) o contexto político, social e econômico; b) as forças políticas organizadas ou grupos de pressão; c) as próprias mudanças dentro do governo, ou seja, a agenda política de quem ocupa o governo em determinado período²⁶.

Ao analisarmos a incipiente literatura sobre o patrimônio histórico-cultural edificado da cidade de Patos, nos deparamos com o esforço quase solitário do IHGP em publicações de boletins mensais mapeando edificações que poderiam ser inventariadas, cadastradas e futuramente tombadas na cidade, considerando seu valor histórico, cultural e arquitetônico. Em 2003, o IHGP publicou no jornal *O Sertão* uma lista com mais de quarenta edificações de valor histórico e arquitetônico para a cidade. A mesma lista foi republicada no boletim mensal do instituto em 2005. Dentre as edificações foram relacionados igrejas, edifícios públicos, praças, sobrados e residências construídas em períodos diversos, com características históricas, culturais e sociais (MOTA, 2005).

²⁶ Todo esse parágrafo tem como base Capella (2017).

As publicações do IHGP são importantes para circunscrever a questão do patrimônio, para a preservação da memória histórica de alguns acontecimentos, edificações e personalidades da cidade, entretanto possuem pouca circulação na comunidade e, conseqüentemente, exercem pouca pressão nos formuladores de políticas públicas. Como vimos, o principal foco analítico da política pública está no reconhecimento do tipo de problema que ela pretende corrigir, na chegada desse problema ao sistema político e à sociedade, na formulação e na implementação da política pública.

Uma das grandes dificuldades das políticas públicas de patrimônio em Patos é que a questão do patrimônio não se tornou um problema público que deve ser resolvido por meio de políticas públicas específicas. Assim, a questão que devemos responder é a seguinte: Como atrair a atenção dos gestores municipais para a preservação do patrimônio histórico edificado da cidade de Patos?

4.3 TECENDO UMA SOLUÇÃO

Como criar soluções? É preciso criar ideias viáveis do ponto de vista técnico, de custo tolerável e que sobrevivam ao tempo, isto é, que contem com a aceitação do público em geral e com a receptividade dos formuladores de políticas públicas.

As comunidades criadoras de alternativas são formadas por especialistas – pesquisadores, acadêmicos, assessores parlamentares, funcionários públicos pertencentes a grupos de interesse, entre outros – que compartilham uma preocupação em relação a uma determinada área. As ideias são disseminadas por meio da persuasão, fundamental para gerar a sensibilização necessária para que as propostas sejam consideradas quando apresentadas. Essas ideias não representam, obrigatoriamente, uma visão unânime de uma comunidade política a respeito de uma proposta, mas o reconhecimento, pela comunidade, de que algumas propostas são relevantes dentro de um conjunto de outras propostas possíveis (CAPELLA, 2017).

Tendo em vista que a preservação do patrimônio histórico-cultural hoje é uma questão de cidadania, por ser direito de todos reforçar a identidade local, regional e cultural, no contexto da cidade de Patos, a política de preservação do patrimônio deve andar de mãos dadas com a política de educação patrimonial, fundamental para que a população se sinta identificada com o patrimônio considerado de valor histórico, cultural e arquitetônico da cidade.

O Brasil possui muitos instrumentos e políticas públicas voltados para o patrimônio histórico-cultural. As relações que se estabelecem entre essas políticas e o patrimônio estão na comprovação sobre a importância de se preservar um conjunto de bens materiais e imateriais, determinadas pela razão que deve abarcar a maioria dos interesses da sociedade por esse patrimônio. Deve-se, sobretudo, ter em conta as motivações para que esta ou aquela edificação, por exemplo, seja escolhida como representativa da história local.

Além dos resultados obtidos com as políticas de patrimônio, como a desapropriação, os registros, a vigilância, os inventários e outras formas de acautelamento e preservação, o tema do patrimônio vem sendo alvo de ações edu-

cativas, como aprovação de cursos superiores de restauro e patrimônio, congressos, oficinas e outras atividades que indicam a importância de questões que envolvem reconhecimento, gestão, apropriação e legislação sobre patrimônio histórico-cultural. Essas ações, de acordo com Heiden (2012), podem ter origem em diversos espaços de poder e de trabalho e refletem de forma positiva na sociedade.

O fortalecimento da identidade local é fundamental no processo de preservação do patrimônio, pois intensifica o contato entre o poder público e os cidadãos. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio de oficinas e cartilhas educativas no ensino fundamental básico das escolas do município, incentivando, por um lado, o envolvimento da Secretaria da Educação e da Cultura e, por outro, estimulando as crianças e seus pais (ou seja, a comunidade) para a percepção da existência de um patrimônio histórico, cultural e arquitetônico na cidade. A mensagem que esse tipo de política pública passa à população é extremamente positiva, pois orienta à ação pública e tem como finalidade enfrentar um problema de relevância coletiva.

O que se percebe, ao longo da história da preservação do patrimônio, é que a visão única do Estado, legitimada por meio do saber técnico, está cedendo espaço para aquelas perspectivas que considerem as demandas da comunidade. Com isso, garante-se a permanência, no caso deste livro, das edificações apresentadas, como testemunhas de um período, como protetores da memória e da história da cidade, aspirando também à qualificação do entorno dos bens de caráter histórico-cultural por meio de técnicas de reconhecimento e valorização desse acervo por meio da educação patrimonial.

Em outras palavras, reforçar a importância das políticas públicas para a educação patrimonial na cidade de Patos pode garantir indiretamente políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural da cidade. Por isso, é necessário reforçar a importância da contratação e formação de sujeitos atuantes no campo do patrimônio, da conservação e do restauro por parte da administração pública municipal, pois a ação desses agentes – arquitetos, engenheiros, cientistas sociais, historiadores, técnicos em edificações e pedagogos –, voltados para o trabalho direto com o patrimônio, impulsionam as ações a favor da sua preservação.

A preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico contribui para manutenção da memória coletiva de uma cidade, para o desenvolvimento social, para a construção de identidades sociais e, portanto, para a construção da cidadania. Ou seja, o patrimônio histórico-cultural edificado de uma cidade deve ser pensado para além do seu componente estético, artístico e cultural; deve ser pensado como suporte para a construção da memória social, como um estímulo externo que ajuda os habitantes da cidade a reavivar e reativar algumas características importantes do que é ser cidadão em uma determinada formação socioterritorial.

No caso específico da cidade de Patos e das três edificações escolhidas para análise neste livro – Igreja Nossa Senhora da Conceição, Estação Ferroviária e Prefeitura Municipal –, fica clara a preocupação dos autores em preservar o elo entre a construção material (o prédio) e a construção da memória da cidade em seu aspecto religioso, econômico, político e social. Nas palavras de Leonardo Mesentier (2005),

A preservação de áreas urbanas de valor patrimonial favorece a construção de identidades regionais e locais, identidades étnicas e religiosas e também, por que não, pode possibilitar a formação de identidades de classes e grupos sociais, desde que sejam preservados os suportes da memória a elas correspondentes, devendo-se considerar inclusive que o mesmo objeto patrimonial pode se constituir em uma referência de diferentes identidades (MESENTIER, 2005, p. 171).

O patrimônio edificado proporciona o contato coletivo dos habitantes comuns das cidades com referências empíricas da memória social. O processo de construção da memória social, em uma cidade, propicia a socialização, porque favorece “a apreensão do sentido de história por todos” (MESENTIER, 2005, p. 172), de forma coletiva e não apenas por historiadores, membros de determinado Instituto, pesquisadores, amantes da história local e, sobretudo, porque o patrimônio histórico-cultural edificado ativa o sentido de história no cotidiano a partir dos processos sensíveis (da visão, por exemplo), o que desobriga a apreensão de aparato intelectual próprio da compreensão da importância de determinada edificação para a história da cidade. Em resumo, a partir dessas edificações de valores patrimoniais é possível ver a continuidade e as mudanças na estrutura social da cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.483 de 31 de maio de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11483.htm Acesso em: 2 jul. 2021.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOLCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2017.

HEIDEN, Roberto. Políticas Públicas para a Educação e para o patrimônio e os cursos de conservação e restauro de bens culturais no Brasil. In: MICHELON, F. F.; JÚNIOR, C. S. M.; GONZÁLEZ, A. M. S. (org.). **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. (e-book).

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3. ed. New York: Haper Collins, 2003.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. **A política pública como campo multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

MEDEIROS, Elis. Patrimônio Histórico-Cultural de Patos/PB: diagnóstico e diretrizes para sua gestão e preservação. In: **ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA**, 11. Porto Alegre, 2011.

MESENTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. In: CAVIGNAC, Julie Antoinette (org.). **Dossiê Memória**. Vivência. UFRN/CCHLA, n. 28, p. 167-177, 2005.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O Iphaep e a produção do patrimônio cultural paraibano. **Cadernos do Ceom**, v. 22, n. 30, Políticas públicas: memórias e experiências.

PARAÍBA. Diário Oficial do Estado, **Decreto-Lei n. 7.819**, de 24/10/1978, 26 de novembro de 1978.

PATOS-PB. **Lei 1.247/79** – Código de Urbanismo, 20 de julho de 1979.

PATOS-PB. **Lei D.O. 3.749/2008** – Comphac, 19 de dezembro de 2008.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: PubliFolha, 2010.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. *In*: HOLCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2017.

ANÁLISE TÉCNICA

das Edificações Históricas

Luis Felipe de Medeiros Brito

Maria Emelly Batista de Sousa

Marcos Michael Goncalves Ferreira

Priscila de Souza Maciel

Rafael Augusto Queiroz Silva Bento

Vinicius da Silva Vieira

- 5.1** Manifestação patológica: a doença do descaso ao patrimônio edificado
- 5.2** Mapa de danos



5.1 MANIFESTAÇÃO PATOLÓGICA: A DOENÇA DO DESCASO AO PATRIMÔNIO EDIFICADO

O estudo das patologias das edificações é de suma importância para a preservação do patrimônio edificado. De acordo com Sena *et al.* (2020), a palavra patologia tem origem grega e é formada pela junção dos termos “*pathos*” (doenças) e “*logia*” (estudo). Nesse sentido, patologia significa o estudo, a pesquisa e o conhecimento sobre as doenças. Na Engenharia Civil, essa área é responsável pelo estudo das manifestações patológicas originadas nas construções.

As manifestações podem ser causadas por diversos fatores, o uso em si, que já gera a degradação da edificação, o planejamento inadequado, uso de materiais impróprios e até mesmo manutenção incorreta ou inexistente nas construções. O estudo das manifestações, segundo Olivari (2003), é a análise das falhas que podem ocorrer nas edificações durante seu tempo de vida, além de ser uma área que busca conhecer as possíveis causas e as correções adequadas para amenizar ou até mesmo, sanar os danos.

É válido distinguir os termos patologias e manifestação patológica. As duas expressões são por vezes utilizadas como sinônimos, mas possuem significados distintos. A primeira palavra, como citado, refere-se a área da construção que pesquisa sobre esse tema de forma geral, não necessariamente conhecendo as causas, o segundo volta-se para as anomalias propriamente ditas, dotadas de origens, causas e sugestões de intervenção que são específicas para cada manifestação (SENA *et al.*, 2020).

Sabemos que a cidade de Patos não possui corpo técnico suficiente e especializado para atender as demandas quanto ao patrimônio, tendo em vista os escassos recursos financeiros e a ainda recente importância dada ao tema na cidade, a análise dos danos das edificações históricas acaba não ocorrendo de forma eficaz, sendo as tratativas de reforma executadas tardiamente, gerando maior custo e, por vezes, com adoção de metodologias técnicas inadequadas para edificações históricas. De acordo com Barbosa, Polisseni e Tavares (2010), com o tempo, os custos de intervenções para atingir um nível de durabilidade e proteção crescem de forma rápida, conforme o seu envelhecimento, e a evolução desse custo pode ser interpretada por uma progressão geométrica de razão 5, conhecida por “lei dos 5” ou “regra de Sitter”.

É notável ressaltar a importância do estudo das manifestações quando se analisa edifícios com representatividade histórica, tombados ou não, tendo em vista que possuem centenas de anos de utilização, sofrendo influência de intempéries ao longo desse tempo, além da reduzida discussão acadêmico-científica acerca do tema (ACHIAMÉ; FILHO, 2017).

Além dos fatores climáticos, que merecem extrema atenção quanto a origem das manifestações patológicas, é preciso levar em consideração os materiais utilizados à época da construção, se necessário substituir, mas nunca se distanciar do valor artístico original da edificação. Por vezes, as metodologias construtivas da época também podem ser um fator que acarrete um dano, contudo um olhar apurado deve ser lançado para sanar o problema, tendo em vista que, descaracterizar a metodologia de execução da edificação, mesmo que ela tenha propiciado a origem do dano, pode descaracterizar o bem histórico.

É, portanto, imprescindível conhecer a vida útil de cada material, a maneira como ocorre a sua deterioração ao longo do tempo, os métodos e técnicas construtivas empregados, assim como outros fatores que comprometem o desempenho das edificações, bem como a necessidade de análise e possíveis planos de manutenção, intervenção e/ou restauro.

Para além do diagnóstico visual das manifestações patológicas é essencial o detalhamento no que diz respeito as causas, origens, mecanismos, agentes responsáveis, bem como sugestões de tratamento para essas anomalias. É nesse contexto que se insere a importância do papel da elaboração de fichas de identificação de danos (FID) e do mapa de danos, responsáveis pela representação gráfico-fotográfica das edificações, bem como o detalhamento dos materiais que compõe a edificação, as características dos danos e possíveis tratamentos. Para a elaboração desses documentos, o pesquisador deve se valer de instrumentos e ferramentas adequados para elaborar um dossiê das edificações, sendo crucial a participação de especialistas da área de patologias das construções.

As fichas são elementos essenciais que compõe os mapas e auxiliam em sua elaboração. As fichas podem ser definidas como “um importante contributo para registrar as manifestações patológicas promovendo seu respectivo diagnóstico, uma vez que a FID organiza os achados das vistorias possibilitando comparações” (ROCHA *et al.*, 2018, p. 56). É importante ressaltar que a elaboração da FID precede a elaboração do Mapa de Danos, isso por que o primeiro serve de subsídio para o segundo por meio de documentos normalizados com registros e anotações gráfico-fotográficas sobre a existência dos danos nas construções (TINOCO, 2009). Nas investigações, a respeito da conservação de um patrimônio edificado, deve-se levar em conta três etapas básicas: levantamento de dados (vistoria, levantamentos, ensaios e estudos), análise de dados (origens, causas, natureza, mecanismos e agentes de ocorrências), e, por fim, a conduta de investigação que está relacionada às incertezas, custos e tecnologias.

As fichas são obtidas por uma coleta de dados, apresentando-se sob a forma de formulário (impressas ou em meio digital), com tamanho e formatação apropriados para possibilitar um fácil manuseio e rápida compreensão. Entretanto, apesar de sua importância para identificar os danos e assim escolher uma alternativa adequada de correção, conservando as edificações, os mapas ainda não possuem um modelo padrão a ser seguido, o que torna sua elaboração livre, de acordo com o perfil do profissional responsável. Por esse motivo, na maioria das vezes, são utilizados de maneira incorreta e sem apresentar todas as informações necessárias (BARTHEL; LINS; PESTANA, 2009). Além disso, a ausência de um padrão dificulta a sua leitura pelos profissionais de preservação, pelos orçamentistas e até mesmo durante a execução, podendo suscitar erros de execução. (ACHIAMÉ; FILHO, 2017). Logo, para este trabalho foi desenvolvido um modelo de FID, segundo as orientações de normas internacionais e profunda revisão bibliográfica sobre o tema, com os seguintes campos: dano, causa, origem, mecanismo, ilustração e legenda.

Após a elaboração das FID prossegue-se para uma análise mais contundente e abrangente, com a criação dos mapas de danos, que é a representação gráfico-fotográfica de forma coesa e detalhada de todos os danos causados em uma edificação, em suas múltiplas facetas, assim como os materiais e técnicas utilizados quando da sua construção e sugestões de recuperação da manifestação patológica (TINOCO, 2019).

O mapa de danos precede qualquer projeto de restauro, sendo uma etapa essencial do processo de preservação e, por isso, ele deverá representar de forma mais fiel possível o estado do edifício destacando todas as suas patologias.

Um fato importante, tanto na elaboração das FID quanto nos mapas de danos, é o período de vistoria, ou seja, é preciso que o responsável pela identificação das manifestações situe o(s) documento(s) dentro de um lapso temporal para garantir uma correta leitura das análises, bem como permitir alterações – visto que, por vezes, a diferença de datas entre a análise de manifestações e intervenções pode provocar o agravamento das anomalias pelos seus mais diversos motivos. Barthel *et al.* (2009) também apontam que essa avaliação constante de anomalias serve como um quadro evolutivo do estado conservativo do patrimônio edificado.

Dessa forma, conclui-se que a importância na elaboração de um plano de restauro e intervenção de um edifício histórico não se limita a conhecer técnicas construtivas tecnológicas ou materiais mais recentes; é preciso um estudo a respeito do que originou essas deformidades, bem como traçar um plano para eliminação ou diminuição dessa ação nas construções, buscando sempre manter a originalidade edificada.

Para facilitar o entendimento das manifestações patológicas abordadas neste livro, estão listadas a seguir as 10 principais patologias observadas nas edificações em estudo.

PATOLOGIAS em edificações

Imagem 1 – Infográfico dos danos mais recorrentes
Fonte: Autoria própria

FISSURAS

São as aberturas que aparecem na superfícies do revestimento podem ser causadas pelos seguintes fatores: movimentações higroscópicas e térmicas, deformações de estruturas, recalques, retração e alterações químicas SILVA (2007). Como sugestão de intervenção tem-se refazer procedimentos de emboço e reboco respeitando as normas técnicas. Se as juntas de dilatação não foram feitas durante a execução é essencial que sejam feitas neste momento, há de se observar as origens e causas para identificar se o problema é estrutural ou superficial, podendo ser realizado através da sugestão anterior.



BIOFILME

O biofilme, conhecido como bolor, é uma manifestação patológica dada pelo crescimento de organismos sobre um revestimento dando origem, assim, à manchas escuras. Esse dano é recorrente em ambientes com presença de umidade, altas temperaturas, baixa iluminação natural e ventilação. Como sugestão de tratamento tem-se: lavar a superfície com água e produtos específicos, e posterior aplicação de camada tinta (FERREIRA; GARCIA, 2016).



DESCASCAMENTO

O descascamento representa a soltura ou separação da tinta em relação à superfície. Para Alves (2010) esse tipo de manifestação pode acontecer quando tem-se a execução de pintura sem o devido preparo do substrato: pintura feita sobre caiação, má diluição da tinta, substrato com impurezas, com umidade ou com temperatura aquecida (ALVES, 2010). Para correção, é necessário eliminar a área mal aderida, aplicar fundo preparador, para posterior aplicação da tinta, sempre sendo levado em consideração as características da vedação para interação com a tinta.



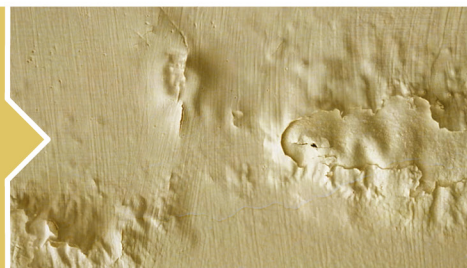
EFLORESCÊNCIA

A eflorescência, popularmente conhecida como salitre, representa o acúmulo de sais cloretos, nitratos, carbonatos, sulfatos da construção que ao serem diluídos se cristalizam ao longo do substrato formando manchas brancas. A origem da eflorescência está relacionada ao uso de materiais com alto teor de sais em locais que haja um nível alto de umidade. Sugere-se eliminar a fonte de umidade e, posteriormente, remover a eflorescência por lavagens e fazer as alterações no substrato. ALVES (2010), MARQUES (2013).



EMPOLAMENTO

São bolhas que se originam da hidratação tardia das cales que não foram devidamente extintas antes de sua aplicação. Porém, a presença de matéria orgânica, torrões de argila ou outras impurezas como pirita e torrões ferruginosos também pode estar associada a estas manifestações. (FERREIRA e GARCIA, 2016). Pode ocorrer também quando a camada de tinta se torna muito espessa ou quando há o uso de massa corrida PVA em áreas externas (ALVES, 2010).



LACUNAS

As lacunas ou perdas de material, são manifestações recorrentes em edifícios históricos, podem ser definidas como perda de elementos estruturais, de revestimento ou mesmo artísticos. (ACHIAMÉ E HAUTEQUESTT, 2017). É muito comum a perda de elementos, principalmente de revestimento e decorativos. Entretanto, o reparo não depende apenas da substituição simples por outro elemento, é preciso estudar a compatibilidade de materiais, a fim de não agravar futuramente a edificação com outras manifestações.



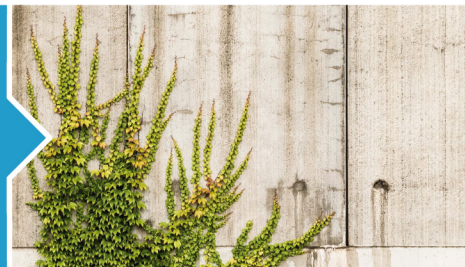
PULVERULÊNCIA

Assim como na eflorescência e saponificação, o aparecimento da pulverulência tem a ver com a porosidade dos materiais, assim como sua alcalinidade e traço fino. Para Ferreira e Garcia (2016) a pulverulência é a desagregação e esfrelamento da argamassa quando pressionada manualmente, acompanhada de uma baixa resistência superficial ao risco, sendo recorrente quando se tem excesso de materiais pulverulentos no agregado, traço pobre em aglomerantes ou demasiadamente rico em cal, excesso de torrões de argila no agregado e tempo insuficiente de carbonatação da cal (FERREIRA e GARCIA, 2016). Como sugestão de tratamento recomenda-se a remoção total da área afetada e a substituição do revestimento a fim de remover a presença da pulverulência e, posteriormente, fazer novo revestimento de forma adequada.



PRESENÇA DE VEGETAÇÃO

Trata-se de uma superfície impregnada de musgo, lodo ou até mesmo plantas; os principais mecanismos atuantes nessa manifestação são os biológicos, podendo ser porta de entrada para outros danos. Como sugestão de intervenção recomenda-se a retirada cuidadosa da vegetação de maneira a não prejudicar a edificação e, se necessário, a aplicação de herbicidas (ALMEIDA, 2000).



SAPONIFICAÇÃO

Na saponificação, em geral, há o aparecimento de manchas pegajosas na superfície pintada. Está relacionada com descascamento da pintura ou com o retardamento na secagem de tintas à base de resinas alquídicas. (CARVALHO, 2016). Essa manifestação também afetar o reboco, podendo ser registrado através de eflorescência de sais como cloretos, nitratos, carbonatos, e sulfatos. (DEUS, 2016). Para tratamento, sugere-se remover a pintura e aplicar fundo preparador, para depois, refazer a pintura. ALVES (2010).



VESÍCULA

Orifício circular na camada pictórica, proveniente do rompimento de bolhas no filme durante o processo de secagem. Os fatores responsáveis por causarem esse dano são: as presenças de pedras de cal parcialmente extintas, matéria orgânica, argila, areia contaminada com outros elementos como, por exemplo, serragem. Para sanar o dano, sugere-se remoção da tinta, limpeza do local com aguarrás, esperar secar e por fim, repintar (FILHO, 2018) e (IBRACLUBE, 2016).



5.2 MAPA DE DANOS

Para a elaboração dos mapas de danos das edificações históricas da cidade de Patos foi necessário realizar um vasto estudo bibliográfico sobre as patologias em edificações e as manifestações patológicas, para isso, foram consultados diferentes tipos de materiais que variam entre livros, teses, dissertações, monografias e artigos. Esse estudo teve como objetivo conhecer os tipos e as características das anomalias mais recorrentes nas edificações, além de buscar compreender os fatores que poderiam ocasioná-las, seja por questões de elaboração do projeto, falhas durante o processo de execução ou por outros motivos que são responsáveis por afetar diretamente a fisionomia ou/e a estrutura dessas obras. Além disso, também foram desenvolvidos estudos na área patrimonial, buscando entender a sua importância histórico-cultural e as principais medidas protetivas, além de estudos sobre a relevância das fichas e dos mapas de danos para a conservação de bens patrimoniais.

A partir dos dados coletados durante a pesquisa, iniciou-se a elaboração das fichas de danos. Para tal, foi realizada uma análise das fotos de cada fachada das três edificações, a fim de identificar os danos existentes e os possíveis fatores que os ocasionaram. Em seguida, utilizando o software AutoCad, foi possível desenhar todas as faces dos edifícios, representar com hachuras específicas cada manifestação patológica e inserir as informações necessárias para a compreensão desses documentos. Toda essa análise patológica foi realizada por meio de fotografias atuais devido à pandemia causada pelo covid-19, que impediu as visitas técnicas aos locais, por esse motivo, o estudo se delimitou apenas as fachadas.

Por fim, iniciou-se a última etapa do trabalho gráfico, a produção dos mapas de danos. Nessa fase, representou-se em conjunto e em suas respectivas fachadas, todas as manifestações patológicas que foram encontradas durante o desenvolvimento das fichas. Os mapas, aqui apresentados, constam com um carimbo que traz informações sobre cada edificação, nele estão indicadas: a planta de situação do local, o nome da edificação e a fachada que está sendo analisada (na planta de situação as fachadas também são indicadas por uma linha vermelha para facilitar a sua localização), o endereço e a situação atual da obra (locais interditados ou em uso), nome dos autores, data de vistoria e numeração da prancha. Além disso, é possível visualizar o nome e as imagens das anomalias presentes na construção, a especificação do material afetado por ela, sugestões de intervenção, para auxiliar a sanar o problema, e legendas, que especificam a cor e tipo das hachuras utilizadas. Para a elaboração desse documento também foi utilizado o software AutoCad e ao todo foram elaborados nove mapas, três de cada edificação, que serão apresentados a seguir.

5.2.1 Igreja Nossa Senhora da Conceição

O primeiro mapa visualizado corresponde a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que está localizada na Praça Edvaldo Mota, no centro da cidade de Patos e que, atualmente, encontra-se em uso pelos cidadãos. No Mapa de Danos 01 verifica-se que duas fachadas foram representadas lado a lado, a frontal e a posterior, isso ocorreu porque na face posterior da edificação foram encontradas pouquíssimas falhas, sendo assim, optou-se pela junção destas.

Analisando as 42 fichas dessa edificação foram identificadas na fachada frontal as seguintes falhas: ausência de elementos decorativos na cruz, ausência de material, biofilme nos detalhes arquitetônicos, descascamento, deslocamento de material, empolamento, fissuras e trincas, intervenção na pintura, intervenção – substituição inadequada, manchas de umidade e poluição visual – elementos não pertencentes ao projeto original.

É notório que um dos danos mais recorrentes, não só nessa fachada, mas em todas as outras, é o biofilme, também conhecido por bolor ou mesmo crosta negra. Sua recorrência está diretamente ligada à presença da cimalha, pois esses detalhes contribuem para o acúmulo de água e acabam afetando a estética do edifício. Percebe-se também a recorrência acentuada de manchas de umidade e, por meio das análises, é possível observar que elas sempre estão localizadas próximas ao piso, por isso, conclui-se que uma das causas é a umidade ascendente presente no local e/ou as incompatibilidades entre os materiais. Pode-se destacar ainda outro dano que também é visualizado em maior quantidade: a poluição visual; que agrupa todos os materiais que foram adicionados ao edifício para suprir as necessidades que surgiram com o passar do tempo, mas que foram inseridos de maneira indevida, sem projeto de intervenção que visasse a implementação adequada de cada item, de maneira que não gerassem problema estético. Os materiais que foram inseridos posteriormente e que são os responsáveis pela descaracterização da fachada frontal variam entre: alto-falantes, antenas e cabos elétricos. Enquanto isso, a fachada posterior, contém apenas o biofilme presente nos detalhes arquitetônicos (cimalha).

Em seguida, encontra-se o Mapa de Danos 02, que corresponde à fachada lateral direita. Nela foram representadas as seguintes anomalias: ataque de xilófagos, ausência de elementos, biofilme nos detalhes arquitetônicos, descascamento, eflorescência, empolamento, fissuras e trincas, intervenção de acessibilidade, intervenção – elemento de vedação não pertencente ao projeto original, intervenção na pintura, intervenção – substituição inadequada, manchas de umidade, poluição visual – elementos não pertencentes ao projeto original, presença de vegetação e trincas localizadas na junção dos materiais.

Nessa face da edificação, já pode-se identificar maior recorrência do empolamento, que está presente em quase toda a superfície superior da alvenaria e em menor quantidade na parte inferior. O aumento dessa falha está ligado diretamente às diversas repinturas que foram realizadas no local durante suas manutenções. No entanto, esse processo foi feito de maneira indevida, sem o preparo da base, o que acabou acarretando reações químicas que foram responsáveis por essa manifestação. Outras representações que chamam atenção são as intervenções, entre elas a de acessibilidade, que consistiu na inserção de uma rampa que foi instalada com o objetivo de tornar o bem acessível e dentro das normas de acessibilidade. Entretanto sua construção é responsável por gerar outras anomalias, tais como: as fissuras e trincas, que estão localizadas em sua lateral e que estão relacionadas com a baixa resistência dos materiais utilizados; as trincas localizadas na junção entre rampa e alvenaria; e pode-se destacar também a intervenção gerada devido à necessidade de se fechar a esquadria para possibilitar a construção da rampa.

Por fim, a última fachada da igreja, a lateral esquerda, está representada no Mapa de Danos 03. Essa fachada é composta por: ausência de elementos, ausência de material, biofilme causado por intervenção, biofilme nos detalhes

arquitetônicos, descascamento, deslocamento de material, empolamento, intervenção – substituição inadequada, manchas de umidade, poluição visual – elementos não pertencentes ao projeto original e trincas.

Nessa parte da edificação é evidente a predominância do biofilme e das manchas de umidade, além de materiais que causam poluição visual – elementos não pertencentes ao projeto original. Vale destacar que, na fachada estudada, um dos materiais responsáveis por gerarem essa patologia são as tubulações, que tiveram, assim como os outros materiais, sua inserção realizada sem os cuidados adequados e sem um projeto que auxiliasse corretamente a intervenção. Sendo assim, acabam provocando novas falhas construtivas que danificam o monumento, são elas: biofilme causado por intervenção e descascamento, ambos ocorrem devido à umidade que fica retida nas laterais dessas tubulações.



MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
 MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
 RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
 VINICIUS DE SILVA VIEIRA
 responsáveis pela elaboração



● **IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**
edificação

● **FRONTAL E POSTERIOR**
fachadas analisadas

● **PRAÇA DEP. EDVALDO MOTA, S/N, CENTRO**
endereço

● **EM USO**
situação da edificação

MARÇO/2021

1/3



 <p>01</p>	<p>AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DECORATIVOS NA CRUZ.</p> <p>Material: lâmpadas.</p> <p>Sugestão de intervenção: reinstalação das lâmpadas.</p>	 <p>02</p>	<p>AUSÊNCIA DE MATERIAL.</p> <p>Material: argamassa (decoração).</p> <p>Sugestão de intervenção: reconstituição do substrato com características físicas compatíveis com o material original.</p>	 <p>03</p>	<p>BIOFILME NOS DETALHES ARQUITETÔNICOS.</p> <p>Material: revestimento.</p> <p>Sugestão de intervenção: higienização da área afetada com limpeza e/ou remoção física, repintura e aplicação de Fungicida.</p>
 <p>04</p>	<p>DESCASCAMENTO.</p> <p>Material: camada pictórica.</p> <p>Sugestão de intervenção: remover as camadas de pintura com o auxílio de uma espátula, limpar a base e repintar com tinta compatível.</p>	 <p>05</p>	<p>DESPLACAMENTO DE MATERIAL.</p> <p>Material: revestimento.</p> <p>Sugestão de intervenção: reconstituição do substrato com características físicas compatíveis com o material original.</p>	 <p>06</p>	<p>EMPOLAMENTO.</p> <p>Material: revestimento.</p> <p>Sugestão de intervenção: raspar a área afetada, limpar e reconstituir a base utilizando materiais compatíveis e repintar.</p>
 <p>07</p>	<p>FISSURAS E TRINCAS.</p> <p>Material: revestimento.</p> <p>Sugestão de intervenção: abrir um sulco sobre a fissura ou trinca, higienizar a base, aplicar material vedante compatível, secar e repintar.</p>	 <p>08</p>	<p>INTERVENÇÃO NA PINTURA.</p> <p>Material: camada pictórica.</p> <p>Sugestão de intervenção: higienizar e lixar a região afetada, aplicar fundo preparador e pintar conforme a cor original.</p>	 <p>09</p>	<p>INTERVENÇÃO - SUBSTITUIÇÃO INADEQUADA.</p> <p>Material: madeira.</p> <p>Sugestão de intervenção: retirada e reconstituição, com o cuidado de utilizar materiais compatíveis com o original.</p>
 <p>10</p>	<p>MANCHAS DE UMIDADE.</p> <p>Material: revestimento.</p> <p>Sugestão de intervenção: localizar e eliminar a fonte de umidade, reconstituir o substrato, se necessário, e repintar.</p>	 <p>11</p>	<p>POLUIÇÃO VISUAL - ELEMENTOS NÃO PERTECENTES AO PROJETO ORIGINAL.</p> <p>Material: alto-falante</p> <p>Sugestão de intervenção: realocação do elemento para um local que cause nenhuma/menor descaracterização do edifício.</p>	 <p>12</p>	<p>BIOFILME NOS DETALHES ARQUITETÔNICOS.</p> <p>Material: revestimento.</p> <p>Sugestão de intervenção: higienização da área afetada com limpeza e/ou remoção física, repintura e aplicação de fungicida.</p>





MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
VINICIUS DE SILVA VIEIRA
responsáveis pela elaboração



● **IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**
edificação

● **LATERAL DIREITA**
fachadas analisadas

● **PRAÇA DEP. EDVALDO MOTA, S/N, CENTRO**
endereço

● **EM USO**
situação da edificação

MARÇO/2021

2/3

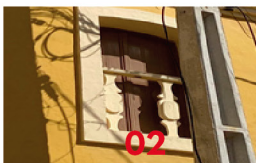




ATAQUE DE XILÓFAGOS.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: limpeza e aplicação de herbicida e fungicida.



AUSÊNCIA DE ELEMENTOS.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: inserção de elemento faltante.



BIOFILME NOS DETALHES ARQUITETÔNICOS.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: higienização da área afetada com limpeza e/ou remoção física, repintura e aplicação de fungicida.



DESCASCAMENTO.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: remover as camadas de pintura com o auxílio de uma espátula, limpar a base e repintar com tinta compatível.



DESCASCAMENTO.

Material: madeira.

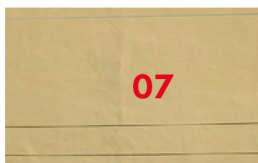
Sugestão de intervenção: preencher com pó de serragem e cola pva e repintar.



EFLORESCÊNCIA.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: eliminar as infiltrações, higienizar a base com o auxílio de escova macia, esperar secar e iniciar o processo de pintura.



EMPOLAMENTO.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: raspar a área afetada, limpar e reconstituir a base utilizando materiais compatíveis e repintar.



FISSURAS E TRINCAS.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: abrir um sulco sobre a fissura, higienizar a base, aplicar material vedante, aguardar a secagem e pintar.



INTERVENÇÃO DE ACESSIBILIDADE.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção: pintura na cor da edificação para gerar menor dano visual. Para futuras intervenções, opte por métodos reversíveis.



INTERVENÇÃO - ELEMENTO DE VEDAÇÃO NÃO PERTENCENTE AO PROJ. ORIGINAL.

Material: alvenaria.

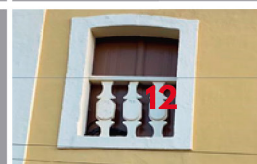
Sugestão de intervenção: remoção do material não pertencente e restauração do material original.



INTERVENÇÃO NA PINTURA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: higienizar e lixar a região afetada, aplicar fundo preparador e pintar conforme a cor original.



INTERVENÇÃO - SUBSTITUIÇÃO INADEQUADA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: remoção do material não pertencente e restauração do material original.



INTERVENÇÃO - SUBSTITUIÇÃO INADEQUADA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: remoção do material não pertencente e restauração do material original.



MANCHAS DE UMIDADE.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: localizar e eliminar a fonte de umidade, reconstituir o substrato, se necessário, e repintar.



POLUIÇÃO VISUAL - ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: tubulação.

Sugestão de intervenção: realocação sem perda da funcionalidade do elemento para um local que cause nenhuma/menor descaracterização.



PRESENÇA DE VEGETAÇÃO.

Material: blocos intertravados.

Sugestão de intervenção: retirada da vegetação, limpeza do local, aplicação de herbicida e reconstituição da área afetada.



TRINCAS LOCALIZADAS NA JUNÇÃO DOS MATERIAIS.

Material: união entre parede e piso.

Sugestão de intervenção: abrir sulco, aplicar produtos flexíveis compatível ao substrato e repintura.

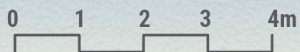


Imagem 2 – Mapa de danos da Igreja Nossa Senhora da Conceição
 Fonte: Autoria própria



MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
 MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
 RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
 VINICIUS DE SILVA VIEIRA
 responsáveis pela elaboração



● **IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**
 edificação

● **LATERAL ESQUERDA**
 fachadas analisadas

● **PRAÇA DEP. EDVALDO MOTA, S/N, CENTRO**
 endereço

● **EM USO**
 situação da edificação

MARÇO/2021

3/3

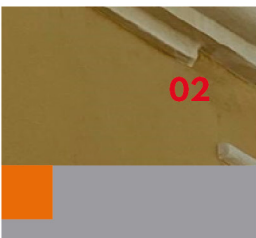




AUSÊNCIA DE ELEMENTOS.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: inserção de elemento faltante.



AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: argamassa (decoração).

Sugestão de intervenção: reconstrução do substrato com características físicas compatíveis com o material original.



BIOFILME CAUSADO POR INTERVENÇÃO.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: remover o cano, limpar a base, aplicar fungicida, repintar e elaborar um projeto para o escoamento adequado da água.



BIOFILME NOS DETALHES ARQUITETÔNICOS.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: higienização da área afetada com limpeza e/ou remoção física, repintura e aplicação de Fungicida.



DESCASCAMENTO.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: remover o cano e as camadas de tinta ao seu redor, repintar e elaborar um projeto adequado de escoamento.



DESPLACAMENTO DE MATERIAL.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: reconstrução do substrato com características físicas compatíveis com o material original.



EMPOLAMENTO.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: raspar a área afetada, limpar e reconstruir a base utilizando materiais compatíveis e repintar.



INTERVENÇÃO - SUBSTITUIÇÃO INADEQUADA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: remoção do material não pertencente e restauração do material original.



INTERVENÇÃO - SUBSTITUIÇÃO INADEQUADA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: remoção do material não pertencente e restauração do material original.



MANCHAS DE UMIDADE.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: localizar e eliminar a fonte de umidade, reconstruir o substrato, se necessário, e repintar.



POLUIÇÃO VISUAL - ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: instalações elétricas.

Sugestão de intervenção: realocação sem perda da funcionalidade do elemento para um local que cause nenhuma/menor descaracterização.



TRINCAS.

Material: revestimento.

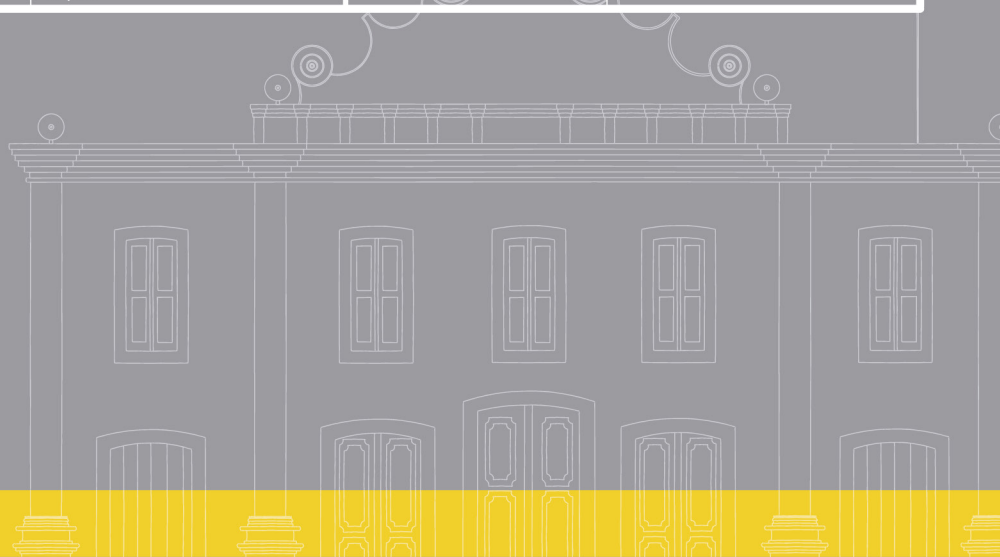
Sugestão de intervenção: abrir um sulco sobre a fissura ou trinca, higienizar a base, aplicar material vedante compatível, secar e repintar.



TRINCAS.

Material: cimento queimado.

Sugestão de intervenção: remoção da parte deteriorada e reconstrução do substrato com traço adequado.



5.2.2 Prefeitura Municipal

Posterior à análise detalhada e abrangente das FID da Prefeitura Municipal de Patos, foram produzidos três mapas de danos, classificados de acordo com a orientação das fachadas do edifício, que serão apresentadas a seguir.

No Mapa de Danos 01, referente à fachada da rua Pedro Firmino, são representadas as seguintes manifestações patológicas: alteração cromática ou pátina, ausência de elementos e de materiais, biofilme, descascamento da película de tinta (localizados na madeira das esquadrias e na camada pictórica), infiltrações, pulverulências, trincas e fissuras (localizadas na madeira das esquadrias e no revestimento).

Uma das manifestações mais aparentes na fachada, são as alterações cromáticas ou pátinas, caracterizadas pela variação da cor original do material, ou manchas, o que prejudica o aspecto visual da edificação. A pátina pode ser causada pelo excesso de sal no material, exposição excessiva ao sol e/ou intempéries. A fachada encontra-se bastante suscetível a esses agentes de degradação, tendo em vista as condições climáticas da região, a exposição aos agentes exógenos e a falta de manutenções preventivas e corretivas. O dano pode ser revertido com a limpeza da área acometida e repintura, com tinta compatível ao revestimento.

Pode-se notar no mapa a presença de manifestações como pulverulências, descascamentos, trincas e fissuras na região inferior da fachada, localizadas na camada pictórica e no revestimento, acometidas por vulnerabilidade ao clima local. A fachada em questão possui uma característica particular para a explicação dessas ocorrências: a rua Pedro Firmino, durante um período do ano, encontrasse em estado de alagamento, devido as enxurradas, contribuindo com a fragilidade do edifício, sujeitando-o a umidade ascendente, respingos e contato direto do substrato com a água. Após esse período, a fachada passa por uma longa exposição ao sol e, conseqüentemente, altas temperaturas, resultando no processo de intemperismo. Conclui-se que o clima é o principal agente do intemperismo, pois, é em função da quantidade de chuva, temperatura e ventos, que ocorrem as alterações químicas e físicas das propriedades dos materiais que compõe a fachada.

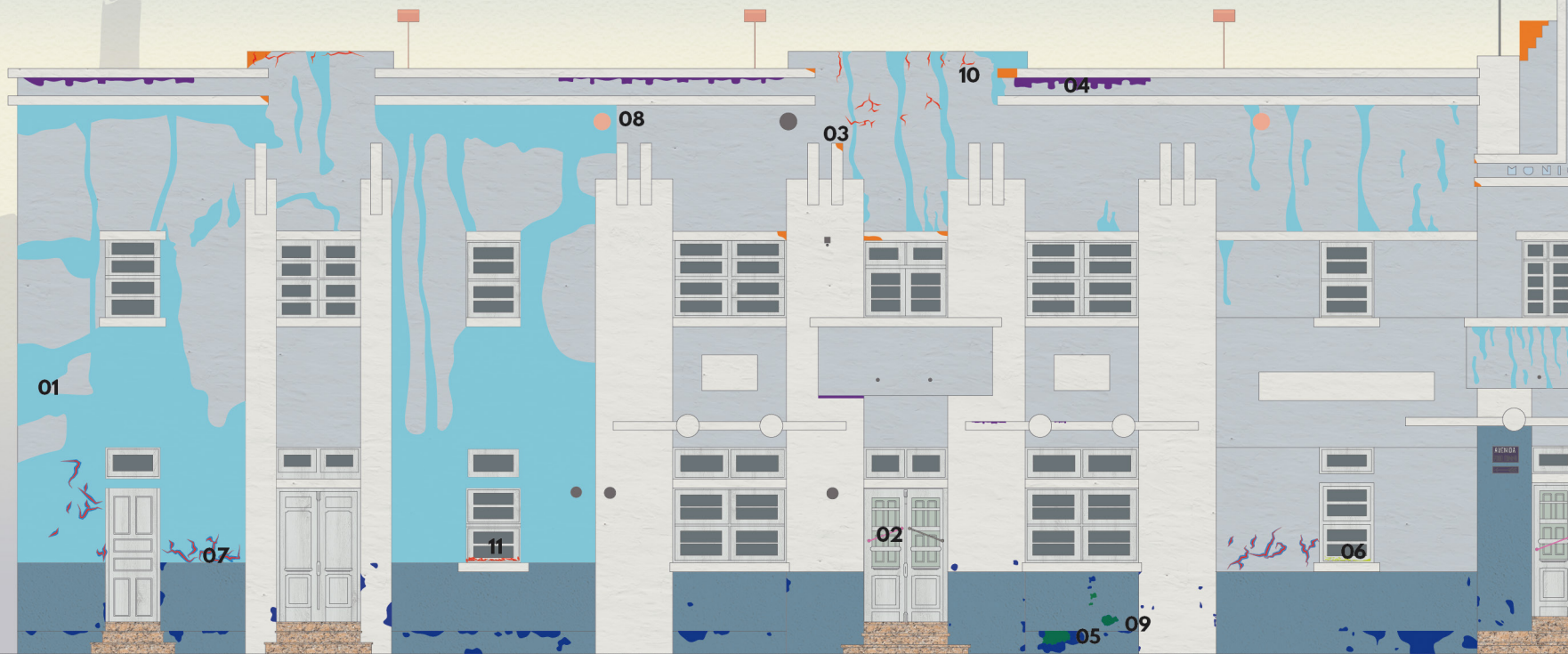
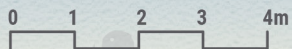
No Mapa de Danos 02, houve a necessidade de adotar uma referência para a orientação, pois a parte frontal do prédio encontra-se em quina, localizada entre a avenida Eptácio Pessoa e a rua Pedro Firmino, indicada na planta de situação, presente no carimbo do mapa. São representadas as seguintes manifestações patológicas: alteração cromática, ou pátina, ausência de elementos e de materiais, biofilme, descascamento da película de tinta (localizado na camada pictórica), empolamento, infiltrações, poluição visual/elementos não pertencentes ao projeto original, pulverulências, trincas e fissuras (localizadas no revestimento).

Nessa fachada constata-se o descaso com o patrimônio histórico edificado, a falta de manutenção e a desvalorização do edifício, sendo comprovadas por meio das aparições de manifestações patológicas como: ausência de elementos, ausência de material e poluição visual/elementos não pertencentes ao projeto original. Essas manifestações, embora tenham localizações e causas distintas, estão ligadas por suas sugestões de intervenções, que consistem na retirada da área deteriorada e/ou substituição dos elementos inadequados. Fazendo-se uma análise mais

aprofundada, os danos observados estão relacionados à ausência de um projeto de restauro adequado e ao uso de materiais e elementos compatíveis, que atendam às necessidades do edifício, causando menor desarmonia em suas propriedades originais. Durante a análise, identificou-se a ausência de elementos como: a maçaneta da esquadria de acesso principal, ausências de vidros em algumas janelas e perdas de substratos no letreiro e na parte superior da fachada.

O Mapa de Danos 03 refere-se à fachada da avenida Pedro Firmino – como mostrado na planta de situação – e apresenta as seguintes manifestações patológicas: alteração cromática, ou pátina, ausência de elementos e de materiais, biofilme, cratera, descascamento da película de tinta (localizados na madeira das esquadrias e na camada pictórica), empolamentos, infiltrações, pulverulências, trincas e fissuras (localizadas na camada pictórica e no revestimento).

São notáveis os problemas na pintura encontrados na edificação em estudo, como as crateras. Esse é um dos danos mais recorrentes nessa fachada e o surgimento está ligado, principalmente, ao processo de pintura, que quando realizado de maneira inadequada, sem respeitar as especificações do produto e sem o preparo prévio do local, favorece o desprendimento da película de tinta, causando as crateras. A fachada em questão, também é alvo de diversas repinturas que ocorreram sem que houvesse um projeto de restauração, o que acaba fazendo com que a edificação esteja suscetível a outras manifestações. As repinturas irregulares geram reações químicas que resultaram no surgimento de diversas bolhas, causando o empolamento. Esse dano é responsável por deixar a película de tinta irregular, prejudicando esteticamente a edificação. A falta de um planejamento adequado, para realizar um projeto de intervenção também são agentes causadores das manifestações patológicas. Observa-se ainda que houve a necessidade de ampliar o sistema de escoamento de águas do telhado e iluminação do edifício, porém executados de maneira inadequada e com elementos incompatíveis, danificando a estética da edificação e gerando as manifestações de poluição visual/elementos não pertencentes ao projeto original.



MAPA de danos

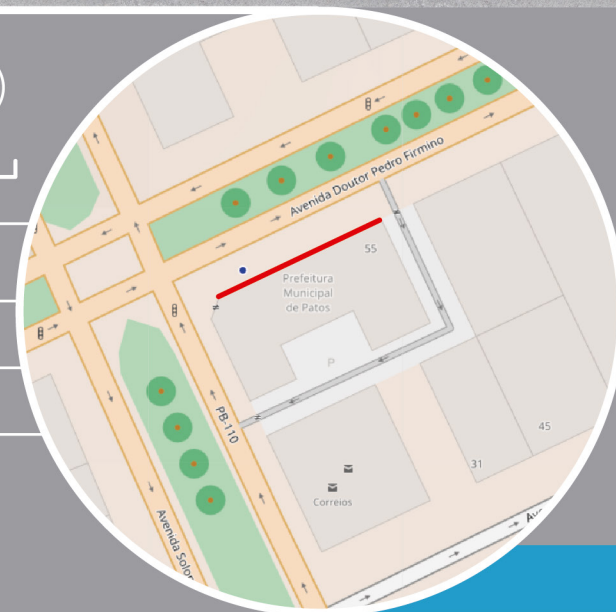
LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
 MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
 RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
 VINICIUS DE SILVA VIEIRA
 responsáveis pela elaboração



- **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**
edificação
- **RUA PEDRO FIRMINO**
fachadas analisadas
- **AV. EPITÁCIO PESSOA, 91, CENTRO**
endereço
- **EM USO**
situação da edificação

MARÇO/2021

1/3





ALTERAÇÃO CROMÁTICA OU PÁTINA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção:
limpeza e repintura da área afetada,
com tinta compatível com o
revestimento.



AUSÊNCIA DE ELEMENTOS.

Material: metal.

Sugestão de intervenção:
inserção de elemento faltante.



AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
reconstituição do substrato com
características físicas compatíveis-
com o material original.



BIOFILME.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
higienização da área afetada, com
lavagem e/ou remoção física.
Repintura e aplicação de fungicida.



DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção:
remover as camadas de pinturas, de
forma física e caso necessário
remoção química, por fim realizar a
repintura.



DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA NA MADEIRA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção:
remover as camadas de pinturas, de
forma física e caso necessário
remoção química, por fim realizar a
repintura.



INFILTRAÇÃO.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
localizar e eliminar a fonte da
umidade, reconstruir o substrato, se
necessário, e repintar.



POLUIÇÃO VISUAL/ ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: tubulação.

Sugestão de intervenção:
realocação sem perda da funcionalida-
de do elemento para um local que
cause nenhuma/menor descaracteri-
zação.



PULVERULÊNCIA.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
eliminar umidade, limpeza, aplicação
de produto neutralizante e reconstrui-
ção do revestimento.



TRINCAS E FISSURAS.

Material: camada pictórica.

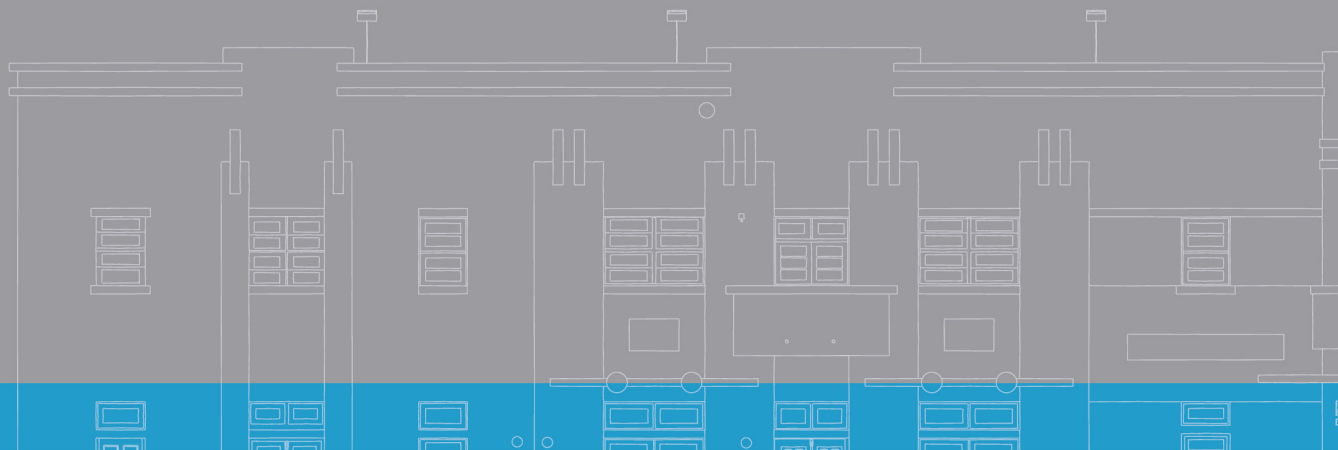
Sugestão de intervenção:
higienizar e lixar a região afetada,
aplicar fundo reparador e pintar de
acordo com a cor original.

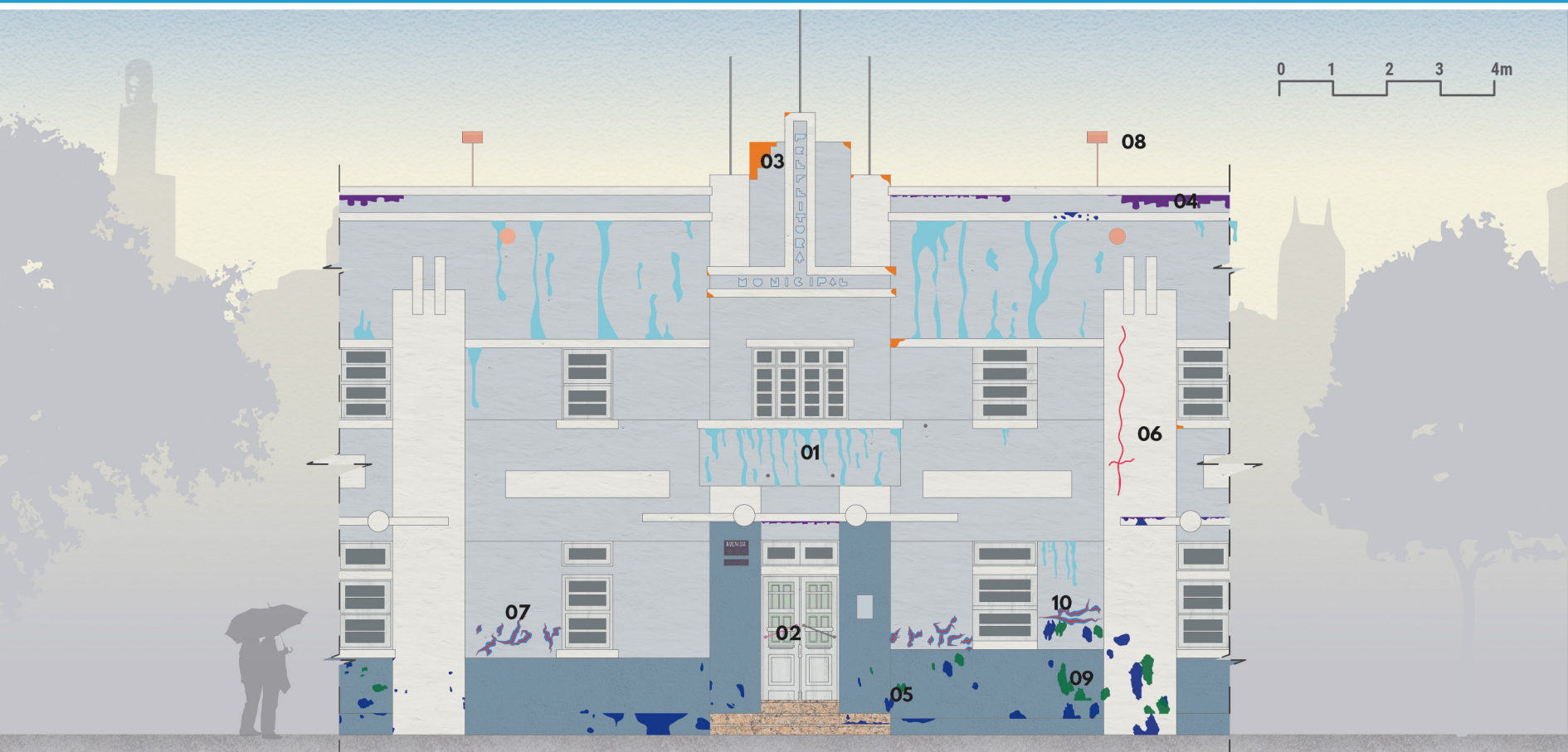


TRINCAS E FISSURAS.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção:
preencher com pó de serragem e cola
pva e repintar.





MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
VINICIUS DE SILVA VIEIRA
responsáveis pela elaboração



● **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**
edificação

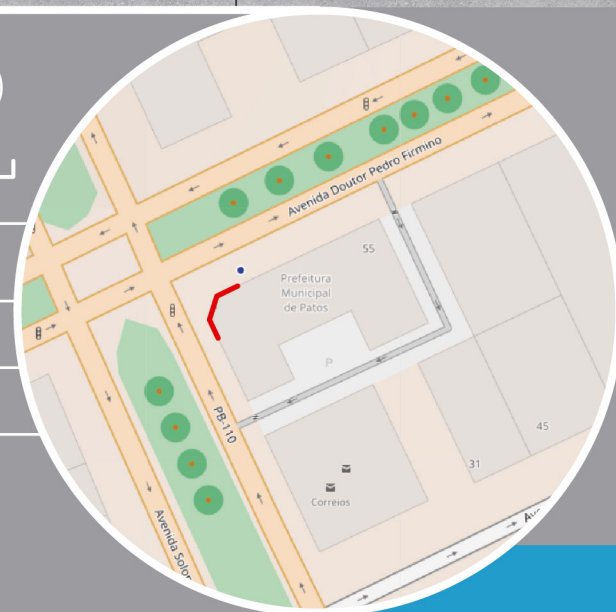
● **AV. EPITÁCIO PESSOA COM RUA PEDRO FIRMINO**
fachadas analisadas

● **AV. EPITÁCIO PESSOA, 91, CENTRO**
endereço

● **EM USO**
situação da edificação

MARÇO/2021

2/3





ALTERAÇÃO CROMÁTICA OU PÁTINA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: limpeza e repintura da área afetada, com tinta compatível com o revestimento.



AUSÊNCIA DE ELEMENTOS.

Material: metal.

Sugestão de intervenção: inserção de elemento faltante.



AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: alvenaria.

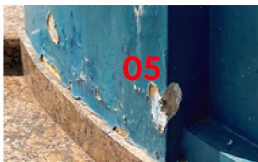
Sugestão de intervenção: reconstituição do substrato com características físicas compatíveis com o material original.



BIOFILME.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: higienização da área afetada, com lavagem e/ou remoção física. Repintura e aplicação de Fungicida.



DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: remover as camadas de pinturas, de forma física e caso necessário remoção química, por fim realizar a repintura.



EMPOLAMENTO.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: raspar a área afetada, limpar e reconstituir a base utilizando materiais compatíveis e repintura.



INFILTRAÇÃO.

Material: revestimento.

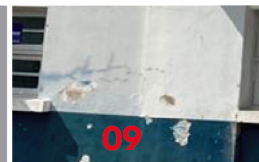
Sugestão de intervenção: localizar e eliminar a fonte da umidade, reconstruir o substrato, se necessário, e repintar.



POLUIÇÃO VISUAL/ ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: refletores.

Sugestão de intervenção: realocação sem perda da funcionalidade do elemento para um local que cause nenhuma/menor descaracterização.



PULVERULÊNCIA.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: eliminar umidade, limpeza, aplicação de produto neutralizante e reconstituição do revestimento.



TRINCAS E FISSURAS.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: abrir sulco sobre a fissura, higienizar a base, aplicar material vedante, aguardar secagem e pintar.

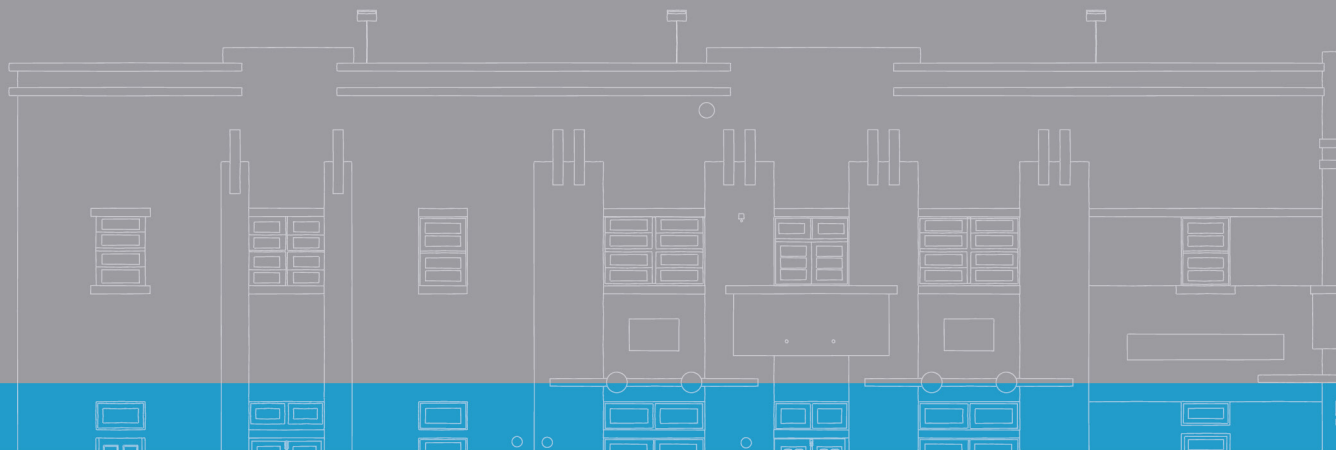
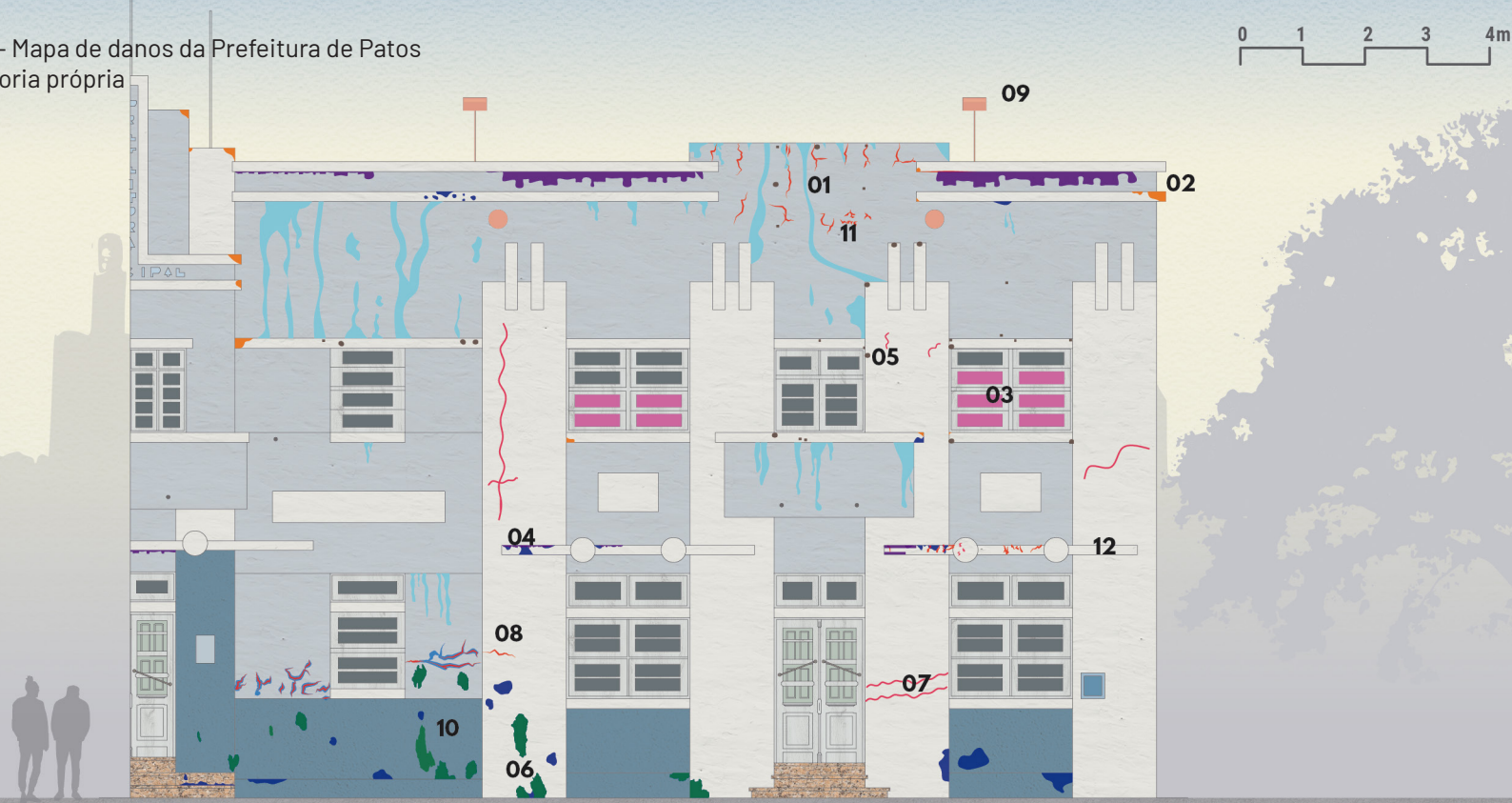


Imagem 3 – Mapa de danos da Prefeitura de Patos

Fonte: Autoria própria



MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
VINICIUS DE SILVA VIEIRA
responsáveis pela elaboração



● **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**
edificação

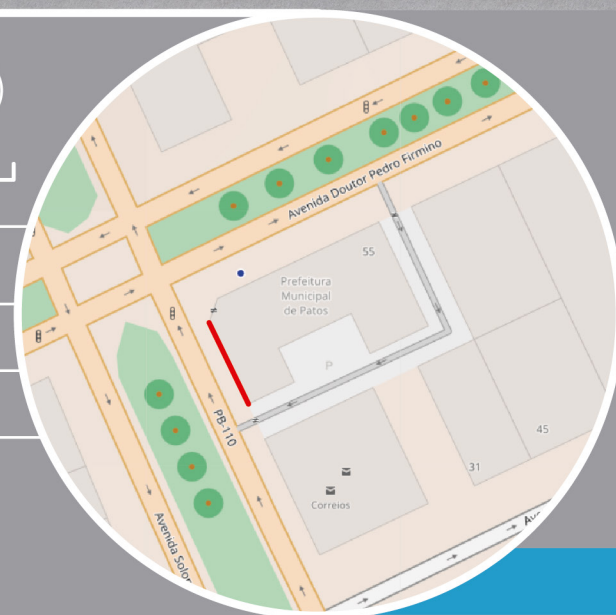
● **AV. EPITÁCIO PESSOA**
fachadas analisadas

● **AV. EPITÁCIO PESSOA, 91, CENTRO**
endereço

● **EM USO**
situação da edificação

MARÇO/2021

3/3





ALTERAÇÃO CROMÁTICA OU PÁTINA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: limpeza e repintura da área afetada, com tinta compatível com o revestimento.



AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: alvenaria.

Sugestão de intervenção: reconstrução do substrato com características físicas compatíveis com o material original.



AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: vidros.

Sugestão de intervenção: utilização de prótese do mesmo material ou com características semelhantes com o original.



BIOFILME.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: higienização da área afetada, com lavagem e/ou remoção física. Repintura e aplicação de fungicida.



CRATERA.

Material: camada pictórica.

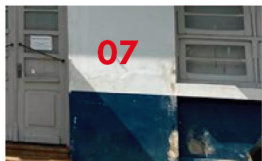
Sugestão de intervenção: reconstrução do substrato com materiais que possuam características compatíveis ao original.



DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: remover as camadas de pinturas, de forma física e caso necessário remoção química, por fim realizar a repintura.



EMPOLAMENTO.

Material: revestimento.

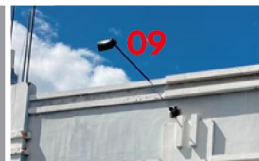
Sugestão de intervenção: raspar a área afetada, limpar e reconstituir a base utilizando materiais compatíveis e repintura.



INFILTRAÇÃO.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: localizar e eliminar a fonte da umidade, reconstruir o substrato, se necessário, e repintar.



POLUIÇÃO VISUAL/ ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: refletores.

Sugestão de intervenção: realocação sem perda da funcionalidade do elemento para um local que cause nenhuma/menor descaracterização.



PULVERULÊNCIA.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: eliminar umidade, limpeza, aplicação de produto neutralizante e reconstrução do revestimento.



TRINCAS E FISSURAS.

Material: camada pictórica.

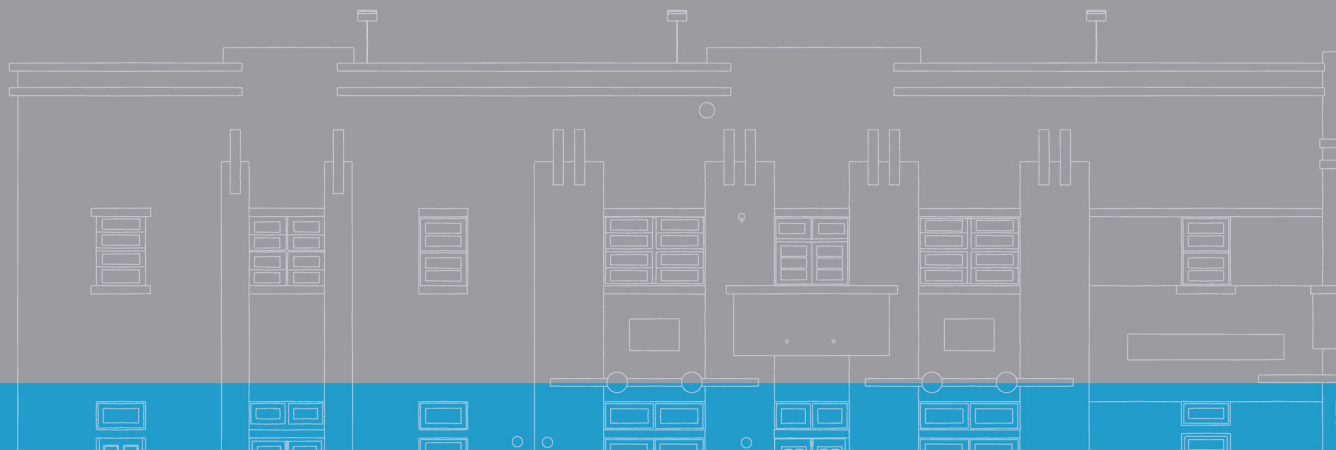
Sugestão de intervenção: higienizar e lixar a região afetada, aplicar fundo reparador e pintar de acordo com a cor original.



TRINCAS E FISSURAS.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: abrir sulco sobre a fissura, higienizar a base, aplicar material vedante, aguardar secagem e pintar.



5.2.3 Estação Ferroviária

Feitas as considerações anteriores, nesse momento serão apresentados os mapas referentes à Estação Ferroviária de Patos, à semelhança da Igreja Nossa Senhora da Conceição e da Prefeitura Municipal de Patos, a Estação também será numerada de 1 a 3 de acordo com suas fachadas, a saber: Mapa de Danos 01 (Fachada Frontal), Mapa de Danos 02 (Fachadas Laterais) e Mapa de Danos 03 (Fachada Posterior).

Nesse sentido, faz-se necessário localizar geograficamente a presente edificação histórica; assim sendo, a Estação Ferroviária encontra-se situada frontalmente à Rua Escritor Rui Barbosa, lateralmente à Rua Projetada e Rua Horácio Nóbrega e, por fim, posteriormente à Rua Frei Caneca, ambas situadas no bairro Belo Horizonte.

De acordo com a análise realizada, as principais manifestações patológicas encontradas na Estação Ferroviária foram as seguintes: ausência de elementos, ausência de material (madeira, telhas e vidros), biofilme, colonização, descascamento da película de tinta, deslocamento de material, eflorescência, manchas na pintura – em madeira, presença de vegetação, poluição visual – elementos não pertencentes ao projeto original (madeira e alvenaria), pulverulência, trincas e fissuras (na madeira, junção de materiais e na calçada) e vandalismo.

Em consonância com as outras edificações, uma das manifestações mais recorrente na fachada frontal (Mapa de Danos 01) foi o biofilme, nesse sentido foi recomendado a higienização da área afetada com limpeza e/ou remoção física, repintura e aplicação de fungicida.

Outro ponto a ser destacado na fachada frontal é a necessidade de uma manutenção efetiva, devido às intervenções inadequadas realizadas ao decorrer do tempo. Nesse sentido, visualmente, vários elementos não pertencentes ao projeto inicial podem ser identificados, os quais: intervenções na madeira e alvenaria.

Não obstante, a ausência de materiais e elementos também são outros fatores que demonstram a precariedade na manutenção (ou mesmo a inexistência dela), para tanto, como sugestão de intervenção tem-se desde a substituição de elementos até a própria reconstrução utilizando materiais compatíveis com os originais.

As trincas e fissuras também se mostraram presentes na fachada frontal. Entre as principais ocorrências dessa manifestação patológica estão as encontradas na calçada, na madeira e as localizadas nas junções de materiais. Como intervenção, sugere-se para o dano em madeira o preenchimento com pó de serragem e cola PVA e depois a pintura. No caso dos outros tipos de material, em geral, recomenda-se abrir sulco, higienizar o local e aplicar material vedante (produtos flexíveis – para as trincas localizadas nas junções de materiais) para, enfim, proceder com a pintura.

À parte dessas manifestações encontram-se outras mais diversas, tais quais descascamento de película de tinta, deslocamento de materiais, eflorescência e vandalismo. Por fim, ainda se encontram manifestações de ordem biológica como a colonização, também presente na fachada posterior, e a presença de vegetação, onde é recomendado o tratamento e remoção dos agentes causadores do dano.

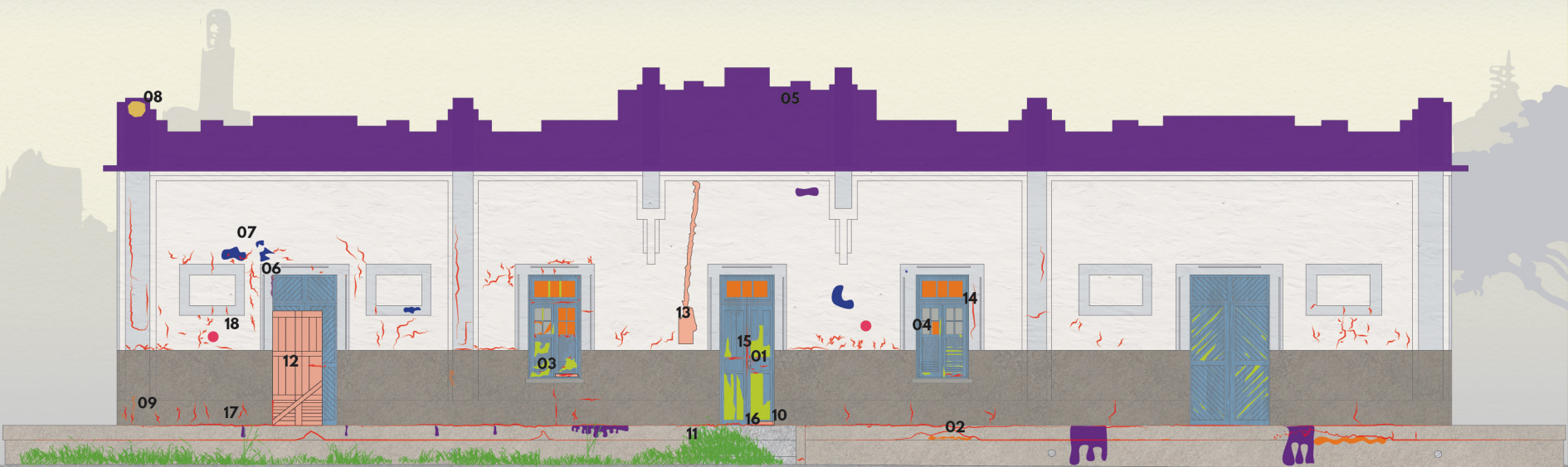
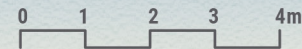
O Mapa de Danos 02 traz as seguintes manifestações: ausência de elementos, ausência de material, biofilme, descascamento da película de tinta, deslocamento de material, eflorescência, presença de vegetação, trincas e fissuras (na madeira e junção de materiais) e vandalismo.

Similar ao Mapa de Danos 01, visualmente, o biofilme, descascamento da camada pictórica e vandalismo foram as manifestações mais facilmente identificadas. As sugestões de intervenção são as mesmas sugeridas no mapa anterior.

Para o descascamento da camada pictórica, sugere higienizar e lixar a parte afetada, aplicar fundo preparador e depois pintar de acordo com o projeto original; no caso do deslocamento recomenda-se a reconstituição do substrato, de acordo com elementos compatíveis e, por fim, no caso do vandalismo, sugere-se a limpeza e repintura do local, se necessário.

À semelhança do Mapa de Danos 02, a fachada posterior (Mapa de Danos 03), também possui numerosas manifestações patológicas, fato possivelmente justificável pela ausência de manutenção. Nesse sentido, duas manifestações patológicas, em específico, cabem ser apresentadas individualmente: eflorescência e pulverulência. No que diz respeito à eflorescência (também conhecida por salitre), que atinge o revestimento, ela é dada pelo acúmulo de sais presentes nos materiais de construção cristalizados no substrato e, para tanto, como sugestão recomenda-se eliminar as infiltrações existentes, higienizar a base com auxílio de escova, esperar secar e proceder com a repintura.

Para a pulverulência, caracterizada como a transformação do substrato em pó ou poeira, também atingindo o revestimento da edificação, recomenda-se a eliminação da umidade, limpeza e aplicação de produto neutralizante e reconstrução do revestimento.



MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
VINICIUS DE SILVA VIEIRA
responsáveis pela elaboração



- **ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PATOS**
edificação
- **FRONTAL**
fachadas analisadas
- **BELO HORIZONTE, PATOS-PB, 58700-060**
endereço
- **INTERDITADA**
situação da edificação

MARÇO/2021

1/3





01

AUSÊNCIA DE ELEMENTOS.

Material: metal.

Sugestão de intervenção: substituição da fechadura.



02

AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção: reconstrução do substrato com características físicas compatíveis com o material original.



03

AUSÊNCIA DE MATERIAL (MADEIRA).

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: restauração da parte danificada.



04

AUSÊNCIA DE MATERIAL (VIDROS).

Material: vidros.

Sugestão de intervenção: inserção de elemento faltante.



05

BIOFILME.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: higienização da área afetada com limpeza e/ou remoção física, repintura e aplicação de fungicida.



06

COLONIZAÇÃO.

Material: alvenaria.

Sugestão de intervenção: limpeza e aplicação de herbicida e fungicida.



07

DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: higienizar e lixar a região afetada, aplicar fundo preparador e pintar conforme a cor original.



08

DESPLACAMENTO DE MATERIAL.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: reconstrução do substrato com características físicas compatíveis com o material original.



09

EFLORESCÊNCIA.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção: eliminar as infiltrações, higienizar a base com o auxílio de escova macia, esperar secar e iniciar o processo de pintura.



10

MANCHAS NA PINTURA - EM MADEIRA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: higienizar e lixar toda a superfície, aplicar fundo preparador e repintar.



11

PRESENÇA DE VEGETAÇÃO.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção: retirada da vegetação, limpeza do local, aplicação de herbicida e reconstrução da área afetada.



12

POLUIÇÃO VISUAL - ELEMENTOS NÃO PERTECENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: remoção do material não pertencente e restauração do material original.



13

POLUIÇÃO VISUAL - ELEMENTOS NÃO PERTECENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: alvenaria.

Sugestão de intervenção: remover, se possível, a parte cimentícia e restaurar.



14

TRINCAS E FISSURAS.

Material: alvenaria.

Sugestão de intervenção: abrir sulco sobre a fissura, higienizar a base, aplicar material vedante, aguardar secagem e pintar.



15

TRINCAS E FISSURAS NA MADEIRA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção: preencher com pó de serragem e cola pva e repintar.



16

TRINCAS LOCALIZADAS NAS JUNÇÕES DOS MATERIAIS.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção: abrir sulco, aplicar produtos flexíveis compatível ao substrato.



17

TRINCAS NA CALÇADA.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção: abrir um sulco sobre a fissura, higienizar a base, aplicar material vedante, aguardar a secagem e pintar.

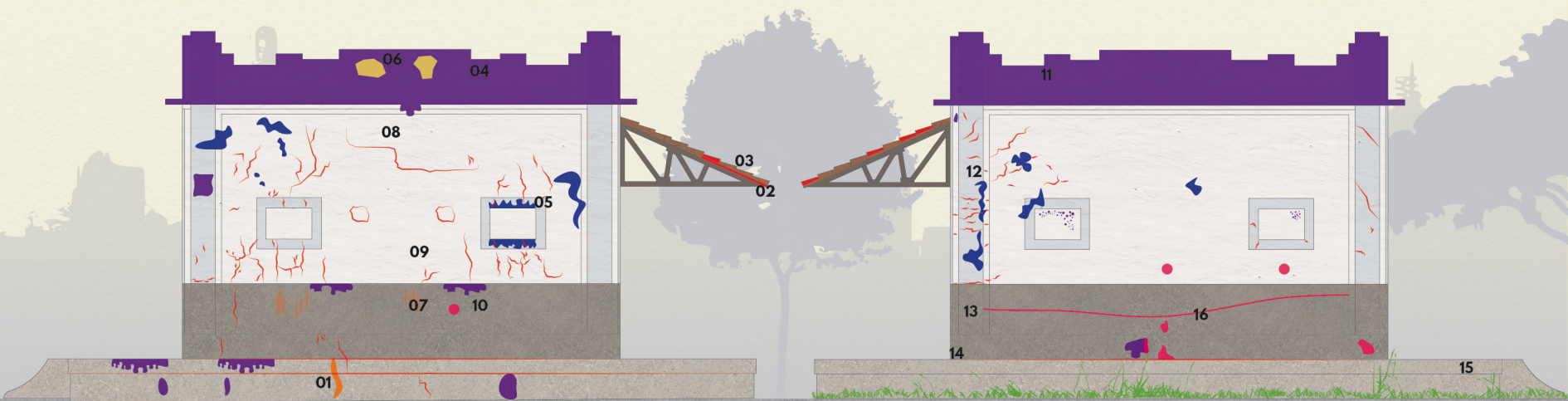
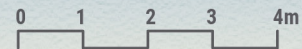


18

VANDALISMO.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção: limpeza e reconstrução da área afetada, e repintura, se necessário.



MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
VINICIUS DE SILVA VIEIRA
responsáveis pela elaboração

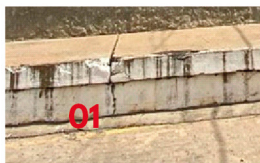


- **ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PATOS**
edificação
- **LATERAL ESQUERDA E LATERAL DIREITA**
fachadas analisadas
- **BELO HORIZONTE, PATOS-PB, 58700-060**
endereço
- **INTERDITADA**
situação da edificação

MARÇO/2021

2/3

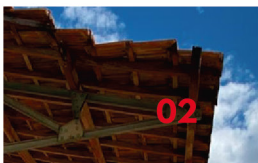
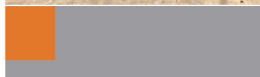




AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: concreto.

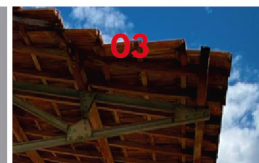
Sugestão de intervenção:
restauração da parte danificada.



AUSÊNCIA DE MATERIAL (MADEIRA).

Material: madeira.

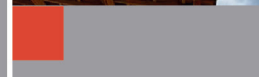
Sugestão de intervenção:
inserção de elemento faltante.



AUSÊNCIA DE MATERIAL (TELHAS).

Material: telha.

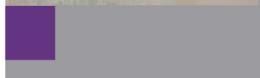
Sugestão de intervenção:
inserção de elemento faltante.



BIOFILME.

Material: revestimento.

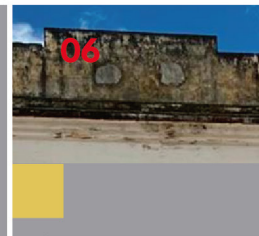
Sugestão de intervenção:
higienização da área afetada com
limpeza e/ou remoção física, repintura
e aplicação de fungicida.



DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA.

Material: camada pictórica.

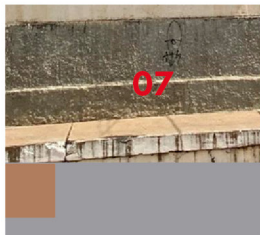
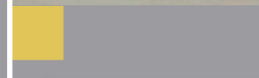
Sugestão de intervenção:
higienizar e lixar a região afetada,
aplicar fundo preparador e pintar
conforme a cor original.



DESPLACAMENTO DE MATERIAL.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
reconstituição do substrato com
características físicas compatíveis
com o material original.



EFLORESCÊNCIA.

Material: revestimento.

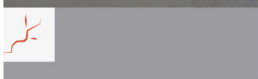
Sugestão de intervenção:
eliminar as infiltrações, higienizar a
base com o auxílio de escova macia,
esperar secar e iniciar o processo de
pintura.



TRINCAS E FISSURAS.

Material: alvenaria.

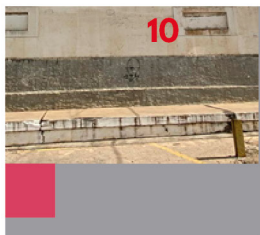
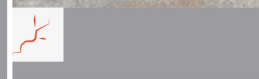
Sugestão de intervenção:
abrir sulco sobre a fissura, higienizar a
base, aplicar material vedante,
aguardar secagem e pintar.



TRINCAS LOCALIZADAS NAS JUNÇÕES DOS MATERIAIS.

Material: alvenaria.

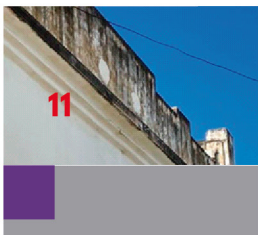
Sugestão de intervenção:
abrir sulco sobre a fissura, higienizar a
base, aplicar material vedante,
aguardar secagem e pintar.



VANDALISMO.

Material: camada pictórica.

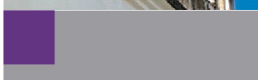
Sugestão de intervenção:
limpeza e reconstrução da área
afetada, e repintura, se necessário.



BIOFILME.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
higienização da área afetada com
limpeza e/ou remoção física, repintura
e aplicação de fungicida.



DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção:
higienizar e lixar a região afetada,
aplicar fundo preparador e pintar
conforme a cor original.



TRINCAS E FISSURAS.

Material: alvenaria.

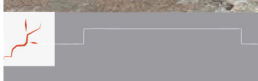
Sugestão de intervenção:
abrir sulco sobre a fissura, higienizar a
base, aplicar material vedante,
aguardar secagem e pintar.



TRINCAS LOCALIZADAS NAS JUNÇÕES DOS MATERIAIS.

Material: alvenaria.

Sugestão de intervenção:
abrir sulco, aplicar produtos flexíveis
compatível ao substrato.



PRESENÇA DE VEGETAÇÃO.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção:
retirada da vegetação, limpeza do
local, aplicação de herbicida e
reconstituição da área afetada.



VANDALISMO.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção:
limpeza e reconstrução da área
afetada, e repintura, se necessário.

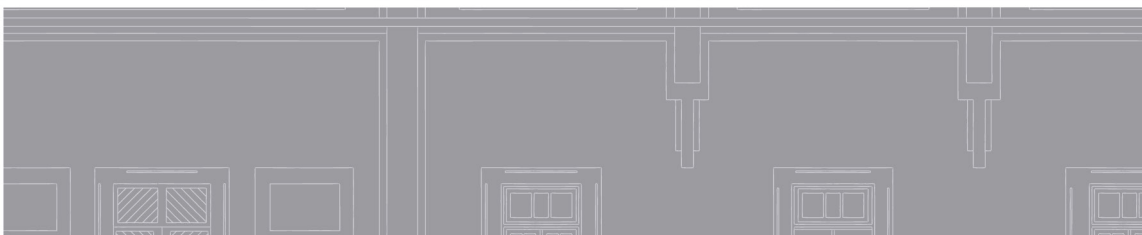
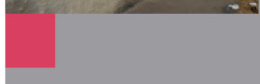


Imagem 4 – Mapa de danos da Estação Ferroviária
Fonte: Autoria própria

0 1 2 3 4m



MAPA de danos

LUIS FELIPE DE MEDEIROS BRITO
MARIA EMELLY BATISTA DE SOUSA
RAFAEL A. QUEIROZ S. BENTO
VINICIUS DE SILVA VIEIRA
responsáveis pela elaboração



- **ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PATOS**
edificação
- **POSTERIOR**
fachadas analisadas
- **BELO HORIZONTE, PATOS-PB, 58700-060**
endereço
- **INTERDITADA**
situação da edificação

MARÇO/2021

3/3





AUSÊNCIA DE MATERIAL.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção:
restauração da parte danificada.



AUSÊNCIA DE MATERIAL (MADEIRA).

Material: madeira.

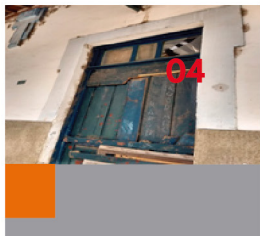
Sugestão de intervenção:
inserção de elemento faltante.



AUSÊNCIA DE MATERIAL (TELHAS).

Material: telha.

Sugestão de intervenção:
inserção de elemento faltante.



AUSÊNCIA DE MATERIAL (VIDROS).

Material: vidros.

Sugestão de intervenção:
inserção de elemento faltante.



BIOFILME.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
higienização da área afetada com
limpeza e/ou remoção física, repintura
e aplicação de
Fungicida.



COLONIZAÇÃO.

Material: alvenaria.

Sugestão de intervenção:
limpeza e aplicação de herbicida e
fungicida.



DESCASCAMENTO DA PELÍCULA DE TINTA.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção:
higienizar e lixar a região afetada,
aplicar fundo preparador e pintar
conforme a cor original.



EFLORESCÊNCIA.

Material: revestimento.

Sugestão de intervenção:
eliminar as infiltrações, higienizar a
base com o auxílio de escova macia,
esperar secar e iniciar o processo de
pintura.



MANCHAS NA PINTURA - EM MADEIRA.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção:
higienizar e lixar toda a superfície,
aplicar fundo preparador e repintar.



POLUIÇÃO VISUAL - ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: madeira.

Sugestão de intervenção:
remoção do material não pertencente
e restauração do material original.



POLUIÇÃO VISUAL - ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES AO PROJ. ORIGINAL.

Material: elétrico.

Sugestão de intervenção:
remoção da parte sem funcionalidade.



PRESENÇA DE VEGETAÇÃO.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção:
retirada da vegetação, limpeza do
local, aplicação de herbicida e
reconstituição da área afetada.



PULVERULÊNCIA.

Material: revestimento.

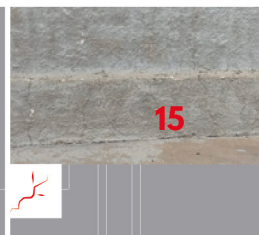
Sugestão de intervenção:
eliminar umidade, limpeza, aplicação
de produto neutralizante e reconstituição
do revestimento.



TRINCAS E FISSURAS.

Material: alvenaria.

Sugestão de intervenção:
abrir sulco sobre a fissura, higienizar a
base, aplicar material vedante,
aguardar secagem e pintar.



TRINCAS LOCALIZADAS NAS JUNÇÕES DOS MATERIAIS.

Material:
alvenaria.

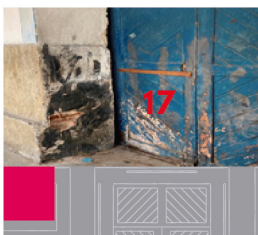
Sugestão de intervenção:
abrir sulco, aplicar produtos flexíveis
compatível ao substrato.



TRINCAS NA CALÇADA.

Material: concreto.

Sugestão de intervenção:
abrir sulco, aplicar produtos flexíveis
compatível ao substrato.



VANDALISMO.

Material: camada pictórica.

Sugestão de intervenção:
limpeza e reconstrução da área
afetada, e repintura, se necessário.

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Giovana Gonçalves; HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho. **Mapa de Danos:** Diretrizes de representação gráfica em projetos de restauro. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2017.

BARBOSA, Maria Teresa Gomes; POLISSENI, Antônio Eduardo; TAVARES, Fabiana Mendes. Patologias em edifícios históricos tombados. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENAPARQ)**, 1. Rio de Janeiro, 2010.

BARTHEL, Cecília; LINS, Mariana; PESTANA, Fábio. O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico. **Jornada de Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio**, v. 1, n. 8, 2009.

OLIVARI, Giorgio. **Patologia em edificações**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, 2003.

ROCHA, E. A. *et al.* Adaptação de mapa de danos para edifícios históricos com problemas patológicos: Estudo de Caso da Igreja do Carmo em Olinda PE. **Revista Alconpa**, v. 8, n. 1, 2018.

SENA, Gildeon Oliveira de. **Patologia**. Salvador: 2b Educação, 2020.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Mapa de danos: Recomendações básicas. **Textos para Discussão** – Gestão de Restauro, v. 43, n. 2. Olinda, 2009.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Ficha de identificação de danos: FID na modelagem de um mapa de danos. **Textos para Discussão** – Gestão de Restauro, v. 65, n. 2. Olinda, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de patrimônio se apresenta de distintas formas, inclusive relacionado aos processos culturais e à formação de memórias, individuais ou coletivas, nos quais os elementos patrimoniais emergem. É importante destacar que o patrimônio é sempre uma categoria de pensamento que reflete aspirações e valores dos grupos sociais que o elaboram e/ou interpretam.

O patrimônio de uma sociedade frequentemente tem a ver com as práticas sociais e culturais de rememoração em relação ao seu passado. Nesse contexto, o patrimônio funciona como um “lugar de memória”, onde ritualísticas podem ser realizadas de modo a preservar no presente, e para as gerações futuras, o legado recebido do passado.

Precisamos lembrar que o patrimônio é, antes de tudo, resistência. O patrimônio, enquanto aspecto do direito à memória, é fundamental no exercício da cidadania. Dessa forma, não se deve esquecer que a interpretação do patrimônio deve ser realizada, antes de tudo, “com” e “para” a população local.

O trabalho aqui apresentado resulta de um esforço coletivo de pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao Instituto Federal da Paraíba, visando contribuir para o avanço dos estudos sobre as questões patrimoniais na cidade de Patos. Diante da complexidade que o patrimônio e suas múltiplas vertentes implicam, tem-se ciência dos limites da metodologia de avaliação técnica e das análises teóricas elaboradas no decorrer da construção dessa obra.

O entendimento de que as questões sobre patrimônio e sua relação com a cidade requerem transformações culturais e políticas a muito longo prazo, pois demandam uma alteração social de base que exige revisão da tradição patrimonialista presente na política local. Esse escrito, em sua completude, buscou compreender os elementos científicos a partir de uma análise de três edifícios históricos e da vida urbana de Patos, e, como consequência, apontou possibilidades de enfrentamento ao descaso político com o patrimônio local e, sobretudo, uma necessidade de estudos históricos e técnicos sobre as edificações históricas da localidade.

Os produtos arquitetônicos estudados neste livro estão vinculados aos códigos formais barrocos e *art déco*, apresentando, contudo, uma versão simplificada dos estilos, em que os princípios de projeto adotados são determinados pelas condições econômicas e soluções técnicas locais, a fim de atender as necessidades e os gostos de cada época.

A investigação, no entanto, não poderia ficar restrita à análise de aspectos de natureza formal, logo, desenvolveu-se a discussão em que as edificações são vistas, também, como fenômeno histórico e urbano, atribuindo a estas uma nova função que não apenas aquelas de natureza utilitária ou estética. A história tem demonstrado, em vários momentos, que as formas de apropriação da arquitetura podem transmitir mensagens de conteúdos diversos: como o reforço a apelos religiosos e econômicos ou a divulgação de um ideário político.

A presença dessas edificações no cenário urbano da cidade de Patos foram agentes de transformação urbana e ajudaram a modificar a fisionomia da cidade, alinhando-se aos padrões arquitetônicos e urbanísticos vigentes em todo o país.

A carência de documentações cadastrais do poder público municipal é um problema latente no cenário da preservação patrimonial da cidade, uma vez as informações estão dispersas no saber de alguns grupos saudosistas e/ou órgãos como o IHGP. A documentação arquitetônica junto aos mapas de danos, representam metodologias essenciais no processo da preservação do patrimônio, como ferramentas que auxiliam no registro de edificações, a fim de fornecer subsídios para que os órgãos de preservação possam fazer uma reflexão sobre a importância desses exemplares, que correm o risco de desaparecer sem deixar rastros.

O estudo das manifestações patológicas é de grande valia para a conservação e restauração do patrimônio edificado. Os diversos danos que podem ocorrer em um bem histórico estão atrelados diretamente ao seu uso, ausência de manutenção, definição de metodologias de conservação inadequadas estabelecidas pelos órgãos responsáveis e pelas ações antrópicas de depredação, entre outros. A conceituação das principais patologias apresentadas nesse livro é apenas o começo de um vasto estudo sobre o tema, tendo em vista a ausência de normas técnicas no Brasil. As manifestações estão atreladas ao clima, materiais e aos métodos construtivos, logo, é de grande importância que mais obras técnicas sobre o assunto sejam debatidas no Brasil e em especial na Paraíba, para que se crie um banco de dados sobre o tema, levando em consideração as características específicas da região.

A elaboração de cerca de 130 fichas de identificação de danos, que deram origem aos mapas apresentados nessa obra, foi uma profunda reflexão sobre as causas das manifestações patológicas e os agentes relacionados ao aparecimento do dano. Sendo assim, ressalta-se a importância da análise profissional das edificações por grupos especializados para a elaboração dos mapas, pois serão esses que nortearão todo o processo de restauração do bem.

Os mapas de danos aqui apresentados por meio da análise fotográfica das fachadas, mesmo que seja um estudo inicial, possuem grande potencial para atualizações e aprimoramentos futuros, sendo de enorme ganho para o município, tendo em vista que traça o marco inicial de uma linha cronológica das condições das edificações históricas da cidade, algo que servirá como referencial para diversos estudos posteriores.

Essa obra é, por fim, um arcabouço de informações historiográficas, antropológicas e técnicas inéditas. O Nupedi, entendendo a importância de seu papel junto à região onde o IFPB está alocado, entrega essa obra à comunidade patoense buscando assim a valorização desses marcos da construção de Patos e mais importante ainda, visando que os moradores encontrem nesse livro a sua identidade e a valorização merecida da sua própria história como membro do corpo social.

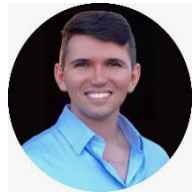
BREVE CURRÍCULO (ORG.)



Fernanda de Castro Farias

É arquiteta e urbanista (UFPB), mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Arquitetura e Cidade: Processo e Produto (UFPB). Atua como professora no curso técnico em Edificações do Instituto Federal da Paraíba (*campus Patos*).

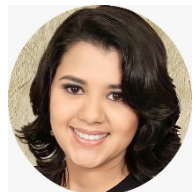
Orcid: 0000-0002-2999-469X



João Paulo da Silva

É cientista social (UFPB) e designer de interiores (Cesumar), especialista em Arquitetura e Patrimônio (Faveni), mestre em Sociologia (UFPB), doutor em Ciências Sociais na área de concentração Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações (UFRN). Atua como professor no curso de Engenharia Civil do Instituto Federal da Paraíba (*campus Patos*).

Orcid: 0000-0001-8622-642X



Priscila de Souza Maciel

É engenheira civil (Ufop), mestre em Geotecnia (Nugeo-Ufop) e doutoranda em Materiais (Ufal). Atua como professora do curso técnico em Edificações do Instituto Federal de Alagoas (*campus Coruripe*).

Orcid: 0000-0001-7896-0165

SOBRE OS AUTORES

Elis Dantas Medeiros

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPB), especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística pela FAU/UnB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo (UFPB). Orcid: 0000-0003-2328-6497

Erygeanny Machado de Lira

Graduada em Ciências Sociais (UFPB), mestre em Ciência Política (USP) e doutora em História e Teoria das Ideias pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Atua como professora substituta no Instituto Federal da Paraíba. Orcid: 0000-0003-3756-8356

Fernanda de Castro Farias

É arquiteta e urbanista (UFPB), mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Arquitetura e Cidade: Processo e Produto (UFPB). Atua como professora no curso técnico em Edificações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (*campus Patos*). Orcid: 0000-0002-2999-469X

Fernando de Oliveira Moraes

Graduado em Arquitetura e urbanismo (UFPB), mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFPB), doutorando em Arquitetura e Urbanismo (UFRN). Professor de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário de Patos. Orcid: 0000-0001-5692-3101

João Paulo da Silva

É cientista social (UFPB) e designer de interiores (Cesumar), especialista em Arquitetura e Patrimônio (Faveni), mestre em Sociologia (UFPB), doutor em Ciências Sociais na área de concentração Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações (UFRN). Atua como professor no curso de Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (*campus Patos*). Orcid: 0000-0001-8622-642X

Luis Felipe de Medeiros Brito

Graduando em Engenharia Civil (IFPB), graduado em Ciências Contábeis (UEPB), mestre em Educação pela Universidad de La Empresa (Uruguai). Atua como servidor público na UEPB. Orcid: 0000-0002-7121-3092

Marcos Michael Gonçalves Ferreira

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (Unipê), graduado em Design de Produto pela Universidade Cruzeiro do Sul, especialista em Design de Interiores (Iesp) e mestrando em Design (Cesar). Atua como professor substituto no Instituto Federal da Paraíba. Orcid: 0000-0002-3375-4226

Maria Emelly Batista de Sousa

Técnica em edificações e graduanda em Engenharia Civil pelo Instituto Federal da Paraíba. Orcid: 0000-0002-6406-2644

Priscila de Souza Maciel

É engenheira civil (Ufop), mestre em Geotecnia (Nugeo-Ufop) e doutoranda em Materiais (Ufal). Atua como professora do curso de Edificações do Instituto Federal de Alagoas (*campus* Coruripe). Orcid: 0000-0001-7896-0165

Rafael Augusto Queiroz Silva Bento

Graduando em Engenharia Civil (Ufop) e técnico em Edificações (Cefet). Atuou como instrutor no curso Restauração e Conservação em Edificações Civas (Fiemg/Senai). Orcid: 0000-0002-7008-1294

Uriel Lucas dos Santos

Técnico em Edificações (IFPB), graduando em Arquitetura e Urbanismo (Unifip) e pós-graduando em História da Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo. Orcid: 0000-0002-9990-7598

Taise Costa de Farias

Graduada em Arquiteta e Urbanista (UFPB), mestre em História da Arquitetura e das Cidades (PPGAU/UFPB) e doutoranda em Teoria e História da Arquitetura (ULisboa). Orcid: 0000-0001-5390-6269

Vinicius da Silva Vieira

Graduando em Engenharia Civil pelo Instituto Federal da Paraíba. Orcid: 0000-0002-9647-3499

A preservação do patrimônio mobiliza hoje muitos setores da sociedade civil na disputa pelo direito à memória e das representações sociais. O patrimônio passou a ser visto como atributo da qualidade de vida urbana e como componente da cultura de um povo. Tomando como ponto de partida três edifícios históricos da cidade de Patos, na Paraíba, o livro busca traçar um paralelo entre teorias antropológicas e estudos técnicos. De forma analítica, os autores percorrem a história local e estudam seus elementos a partir das relações socioculturais e arquitetônica, buscando delinear um estudo do patrimônio arquitetônico e urbano da cidade. Com ilustrações didáticas, o livro apresenta um manual construído a partir de mapas de danos, enfatizando as técnicas empregadas no exame patológico das edificações estudadas.




INSTITUTO
FEDERAL
Paraíba
Campus
Fatos


Nupedi
Núcleo de Pesquisa e Extensão em
Educação, Cultura e Desenvolvimento

Appris
Editora

ISBN 978-65-250-1645-0



9 786525 016450

